MENSAGEM Á ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Conselho Técnico de Economia e Finanças
Divisão Estudos Econômicos
Em ____/____/____

Enviada, em 1.º de Junho de 1952, pelo Governador JOSÉ AMERICO DE ALMEIDA

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL
DO ESTADO DA PARAIBA

1/2 [illegible]

MENSAGEM Á ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Enviada, em 1.º de Junho de 1952, pelo Governador JOSÉ AMERICO DE ALMEIDA

353.9(813.3)
M54m

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL
DO ESTADO DA PARAIBA

1696 65955

MENSAGEM Á ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ENVIADA PELO GOVERNADOR JOSE' AMERICO DE ALMEIDA, EM 1.º DE JUNHO DE 1952.

SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Tenho a honra de apresentar o balanço do meu primeiro ano de atividades governamentais, na forma do art. 52, alínea 9.ª, da Constituição do Estado.

Não puderam ser obtidos todos os resultados que eu previra nos meus planos de administrador, por se ter desenvolvido essa ação num período trabalhado por crises e dificuldades insuperáveis, advindas, principalmente, das irregularidades do clima e dos seus reflexos ainda acentuados no corrente exercício.

Foi um imenso esforço submetido a essas provas que alcançou produzir, apenas, o acêrvo de serviços e obras que passo a enunciar, primeiro, como um simples sumário para, em seguida, detalhar, como convém a uma exposição de tamanha responsabilidade, acrescido de tôdas as conquistas obtidas nesse espaço de tempo, paralelas à atuação administrativa:

I — A organização das obras públicas e dos serviços de assistência, na incidência da sêca, a partir de março de 1951, e na reincidência da crise, a começar em setembro, constituindo-se comissões de socorro e criando-se setores de trabalho em cada município, de maneira que, evitando-se, dessa forma, a dispersão, com a ajuda eficiente do Presidente da República, ao normalizar-se o tempo, a Paraíba estava intacta e em condições de retornar às suas atividades rurais, sem perda dos elementos de trabalho. As medidas tomadas contra o êxodo completaram essa salvaguarda de nossa economia e de nossa vitalidade.

II — Uma política financeira que transformou, sem aumento de impostos, pela simples prática de processos mais honestos e diligentes de arrecadação, o "deficit" previsto de Cr$ 13.643.520,00 no "superavit" de Cr$ 64.625.666,10, o que possibilitou a mais ambicionada conquista de um Estado organizado: o orçamento equilibrado do exercício vigente. Sanaram-se, assim, as finanças da Paraíba encon-

tradas pelo atual Govêrno num estado de bancarrôta: Cr$ 1.715.861,60 no Tesouro e uma divida passiva de Cr$ 93.604.968,60

III — A aplicação dos saldos obtidos, além de outras disponibilidades em obras de maior vulto, como: o Abastecimento D'água da Capital, em que, além de estar o Govêrno atual pagando, desde a primeira prestação, o empréstimo obtido pela administração anterior para êsse fim, já foram dispendidos Cr$ 11.395.473,40, mais, portanto, do que o Govêrno anterior; que gastou nessa obra, em todo o seu período, Cr$ 11.359.486,30; os serviços elétricos de iluminação e tração que já custaram ao atual Govêrno Cr$ 9.001.329,60 só de material, excluida a mão de obra; a pavimentação de João Pessoa, no total de 53.603 metros quadrados, com a despesa de Cr$ 6.539.437,80; o açude «Tamanduá", para abastecimento d'água de Monteiro, orçado em Cr$ 1.399.000,00; o prosseguimento das obras do Colégio Estadual de Campina Grande, com a aplicação de Cr$ 950.000,00; um estábulo-modêlo na Granja «São Rafael» no valor de Cr$ 450.000,00.

IV — Obras de emergência, com recursos concedidos pelo Govêrno Federal como auxilio às vitimas da estiagem, a saber: construção e conservação de estradas, no valor de Cr$ 5.310.996,60; 16 pequenos açudes, 13 tanques desobstruidos e 12 cacimbas, no valor total de Cr$ ..... 2.241.791,00; e trabalhos nos campos de pouso de Cajazeiras e Soledade, no valor total de Cr$ 241.140,80.

V — Obras do Departamento de Estradas de Rodagem, sendo: estudos e projetos com 135,780 Km de exploração e 172,140 Km de locação; construcão com serviços preparados num total de 308.720 m2; plataforma pronta, 46 Km, valetamento, 33,977 Km, boeiros, 92, pontilhões, 16, caminhos de serviço, 26.280 Km, revestimento 81,150 Km, cêrca, 3.75 Km, muros de arrimo, 3, revestimento de asfalto 11,581 Km; conservação em asfalto, 31.147 Km e em paralelepipedos 1.111 m2, reparos em leito 1.564.652 Km, revestimento 287.806 m2, valetamento 17.180 Km, boeiros, 18, muros de arrimo, 145.583m — tudo na importância total de Cr$ 9.795.975,30, tendo sido iniciadas, além dessas construções novas estradas, como, sejam: São João do Cariri — São José de Egito, Sumé e Pombal — Serra Negra.

VI — Conservação e revestimento da estrada-tronco João Pessoa — Cajazeiras, estrada federal que tinha so-

frido o mais completo desgaste pelo abandono em que a deixara o D.N.O.C.S., serviço a cargo do D.N.E.R. com auxilio do Govêrno do Estado, que renunciou em seu favor a importância de Cr$ 3.000.000,00 obtida para novas construções, e estudos pelo D.E.R. da estrada João Pessoa - Campina Grande para sua retificação, como medida preliminar para o contrato dos trabalhos de pavimentação, até agosto do corrente ano, já se encontrando em depósito, até abril, a importância arrecadada de Cr$ 7.605.086,40 a ser aplicada nessa obra. Completando êsse plano ficou a estrada João Pessoa — Goiana a cargo do D.N.E.R. que está procedendo a estudos para o início da pavimentação, contando no corrente exercício, com a verba de Cr$ ... 5.507.417,10.

VII — Equipamento dos serviços públicos encontrados inteiramente desprovidos de material rodante ou com êsse material fora de uso, tendo sido adquiridos pelo D. E. R. um trator-escavador equipado para cavar e carregar, 6 caminhões basculantes, 3 caminhões de carrosseria fixa, 5 camionetes, uma «Utility Dodge», e pelo Estado: 4 automóveis, 22 caminhões e 16 camionetes. Para se avaliar o vulto dessas aquisições, basta referir que na Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas existia apenas em janeiro de 1951, um caminhão em condições de ser utilizado.

VIII — Pequenas obras de construção, reconstrução e reparos em prédios escolares e edifícios públicos que se achavam, em grande parte, ameaçados de ruina, no total de Cr$ 1.413.030,40.

IX — Cooperação com entidades particulares que executam serviços de utilidade pública, culturais e de assistência, libertando-as, em quase sua totalidade, das grandes dificuldades com que arcavam por falta de amparo oficial, Cr$ 4.972.238,40.

X — Uma campanha de produção, abrangendo tôdas as formas de sua eficiência, como: a mecanização, tendo sido adquiridos 58 tratores equipados, 4 com «bulldozer», 6.500 cultivadores, 12.000 enxadas para cultivadores, 60.000 enxadas manuais, número que contrasta com as 10 máquinas que foram encontradas o ano passado, estando apenas uma em condições de trabalho; cursos de tratoristas em cooperação com o Fomento Federal; cooperação com os particulares, inclusive para produção de gêneros alimentícios, forma que nunca fôra tentada, elevando-se sua área

a 7.000 hectares, sendo: 1.600 hectares para cultura do algodão "mocó", 3.500 para algodão "herbáceo" e 1.900 para cereais e grãos leguminosos; seleção de sementes, na Fazenda "Pendência", onde as pesquisas se desenvolveram no estudo de trinta tipos diferentes de algodão "mocó", principalmente a variedade «P-46», plantada, do ano passado para êste ano, numa área de 1.250 hectares, sendo a total de fibra longa, 1.600; criação de dois campos para cana, um na Fazenda "Espírito Santo" e outro em Areia como resultado dos apelos feitos pelo Govêrno do Estado ao Instituto do Açúcar e do Álcool; Início de um campo de seleção de sementes de algodão «herbáceo», resistente ao fusário, em Alagoa Grande, para experiência de adubação dessa cultura doado ao Estado pelo Senador Assis Chateaubriand; projetos para um campo de coqueiro e outro de cajueiro; distribuição de sementes, sendo: de algodão «herbáceo» e «paulista» (tipo «817» e «Texas»), 1.796.000 quilos, e de «mocó», 294.590 quilos, tendo ainda sido distribuídas gratuitamente aos agricultores pobres, além da parte revendida com 50%, 60 toneladas de milho e 110 toneladas de feijão "mulatinho", como também 6.000 enxadas manuais; distribuição de 600.00 bulbilhos de agave, devendo êsse trabalho tomar caráter de campanha, a partir de julho do corrente ano e uma classificação do produto que, tendo sido encontrada inteiramente abandonada, a ponto de ameaçar a perda dos mercados, não sofreu mais nenhuma reclamação; distribuição de mudas, sendo: para reflorestamento, 213.169, em regime de acôrdo com o Govêrno Federal; de café, cultura que está sendo restaurada, 120.000, de coqueiro, 44.205, de fruteiras-enxertos e pés livres, 41.844, de tubérculos-sementes de batatinha, 18.942, parte em regime de cooperação com o Fomento Federal; defesa sanitária vegetal, sendo 5.617 pulverizadores e polvilhadeiras e 10 pulverizadores de alta pressão para defesa do coqueiral praguejado adquiridos pelo Estado, e 2.280 polvilhadeiras e pulverizadores, além de 11.707 quilos de inseticidas, em regime de acôrdo com o Ministério da Agricultura; conservação dos produtos, com a utilização de 17 silos com a capacidade de 60 toneladas que estão sendo montados em Campina Grande, Guarabira, Itabaiana e Patos, e mais um armazém que está sendo construído para a batatinha, em Novo Areial, do custo de Cr$ 360.000 00, assim como um plano de silos subterraneos, cuja execução já se Iniciou na Fazenda «Mangabeira», como

tentativa ainda desconhecida no Brasil, graças à iniciativa do Agrônomo José Eurico Dias Martins; para produção vegetal, especialmente fruticultura, objetivando o seu fomento e defesa da bananeira e da laranjeira contra a «tristeza» e a «cosmopolitis sordidus», pragas que estão destruindo êsse alimento dos pobres; Agrônomo japonês Dr. Maki, para horticultura. Introdução de novas culturas, como a parreira, o arroz e o amendoim.

XI — Uma campanha mais intensa de produção de gêneros de subsistência, como meio de limitar o custo da vida, assim empreendida: aproveitamento das Fazendas do Estado para a cultura de cereais e grãos leguminosos: em Mangabeira, sob a orientação de um técnico japonês, já fornecendo quase duas toneladas de tubérculos por semana à Capital e com um preparo de 200 hectares para aipim, batata doce, amendoim, hortaliças e outras espécies alimentares; em três propriedades adquiridas recentemente pelo Estado para isolamento da bacia hidráulica de Marés; cultivo de 7 hectares de feijão, 5 de café, 6 de pimenta do reino, 4 de coqueiros, 3 de bananeiras e 2 de laranjeiras estando ainda em preparo uma área para o plantio de parreiras; em Camaratuba, reorganizada com a instalação da Casa de Fôrça, a aquisição de um «Drag-Line», a instalação de uma casa de farinha (mecânica), uma usina de beneficiamento de arroz, um conjunto bomba e motor elétrico para abastecimento d'água, assistência técnica, financeira e médica aos colonos, um pôsto de monta, silos, sementes selecionadas e inseticidas, máquinas agrícolas e defesa contra as pragas com todo êsse conjunto para uma produtividade, cujo volume previsto terá como complemento para o necessário escoamento, a retificação da rodovia João Pessoa-Mamanguape, em vias de execução; em Pindobal, um programa das mesmas proporções, quanto ao rendimento, confiado a um técnico recentemente contratado; a cooperação mecânica, no centro de pequenas propriedades nos municípios de Alagoa Grande Guarabira, Campina Grande, Ingá e outros, em benefício da agricultura de alimentação; um plano de subdivisão de propriedades do Domínio do Estado, como Fagundes e Queimadas, em Campina Grande, para uma grande colonização, contra o êxodo e de maior produtividade de gêneros de alimentação; aproveitamento da zona já saneada do Vale do Gramame, principalmente na parte úmida para cultura de verão, na entre-safra, estabilizando os preços; a venda de tratores, com a condição da reserva de áreas

para cultura de cereais; o fomento da batatinha, inclusive cooperando-se, pela primeira vez, para a adubação; a irrigação por meio de motor-bombas, no total de 20 conjuntos, somando 40 hectares de milho, banana, feijão, arroz e hortaliças, na região sêca, material fornecido a pedido do Govêrno do Estado ao Ministério da Agricultura, à Secção de Fomento que, no verão do ano passado, fez, também, uma experiência vitoriosa de cultura de hortaliças e outros produtos alimentares, infelizmente prejudicada pela intempestiva inundação do rio Una; contrato com a Escola de Agronomia do Nordeste, na base de Cr$ 200.000,00, para o fornecimento de legumes e hortaliças a Campina Grande, à maneira do que foi feito na última guerra para a Base Aérea de Natal.

XII — Desenvolvimento dos serviços de fomento da produção animal e defesa sanitária animal, com o progresso já verificado: tendo sido encontrados na Granja «São Rafael» 445 aves, 90 suinos, 45 bovinos e 1 eqüino, êsse número já foi elevado para 5.000 aves, 150 suínos, 70 bovinos e 8 eqüinos; as instalações foram melhoradas e aumentadas de um estábulo-modêlo; a elevação da produção diária de ovos, da mesma fazenda, de 55 em 1951, para 550 em 1952; doação pelo Serviço de Remonta do Exército de reprodutores de raças inglesa, árabe e bretã; a fazenda «Riacho dos Cavalos», agora dirigida por um Agrônomo e com o rebanho «Malabar» aumentado de 5 novilhas; a reabertura da Granja de Itabaiana, com um reprodutor eqüino, um holandês e um plantel de dezesseis suínos além de quinze colmeias; a Granja de Esperança, povoada por um reprodutor holandês, um jumento «pêga», 100 galinhas de raça e 8 porcos, bem como a Estação de Monta de Puxinanã com um reprodutor holandês e um «Mangalarga»; acôrdo feito com o Serviço de Defesa Sanitária Animal, para poupar os rebanhos ao abandono em que se encontravam, já tendo sido instalados postos, em Guarabira, Patos e Campina Grande; um plano em estudo, de aquisição de animais, ainda êste ano, para as Fazendas do Estado e para revenda, em grande escala, contando com a cooperação sempre constante do Ministério da Agricultura.

XIII — Novos acordos com o Govêrno Federal para o serviço de replantação e o de defesa sanitária animal, tendo-se ainda em vista o de fermentação.

XIV — Organização do Serviço de Abastecimento para suprir as deficiências do ano que se tornára improdutivo e reduzir os preços em benefício das classes mais des-

favorecidas, por iniciativa do Estado e, depois, em cooperação como o Ministério da Agricultura e a C. A. N, mantendo-se nos bairros da Capital e nos municípios do interior serviço de revenda de produtos pelo custo, acrescido das despesas de transporte, extraordinário esfôrço voltado, afinal, para a campanha da produção de gêneros de subsistência como fator decisivo para a baixa de preços.

XV — Cooperativismo e crédito bancário, mediante as seguintes iniciativas do Govêrno do Estado: fundação de 39 cooperativas de créditos e reorganização de 7, financiando-as, bem como às já existentes, que se encontravam na quase totalidade sem funcionamento, o ano passado, com Cr$ 2.245.000,00 e êste ano com Cr$ 8.000.000,00, sendo que o primeiro depósito beneficiou 10.102 pequenos agricultores; intervenção junto ao Banco do Brasil S.A. para elevação do limite de operação das suas Agências de João Pessoa e Campina Grande, além da parte tomada na obtenção do penhor mercantil, como meio de atenuar a crise que se manifestava no comércio algodoeiro; cooperação no interêsse do reconhecimento das cartas patentes de novos estabelecimentos de crédito, como o Banco da Lavoura de Minas Gerais, Banco Nacional de Pernambuco e Agência do Banco do Povo em Guarabira; revigoramento do Banco do Estado, com aumento do capital para ..... Cr$ 5.000.000,00 e, agora, de Cr$ 5.000.000,00 para Cr$ .. 10.000.000,00, o que já determinou que seus depósitos se elevassem, dentro de um mês, de Cr$ 5.000.000,00 para Cr$ 25.000.000,00, graças, também, à sua nova gerência; financiamento direto da cana de açúcar pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, em virtude de entendimento promovido pelo Govêrno do Estado, até a próxima fundação da Cooperativa dos Fornecedores.

XVI — Preparativos para o planejamento geral dos serviços públicos, com os estudos e observações já concluídos e a serem feitos por técnicos como: Engenheiro Luiz Vieira, para os serviços elétricos; Professor Otávio Domingues, para produção animal; Dr. José Eurico Dias Martins, para produção vegetal, especialmente fruticultura; objetivando o seu fomento e a defesa da bananeira e da laranjeira contra a «tristeza» e a «cosmopolitis sordidus», pragas que estão destruindo êsse alimento dos pobres; Agrônomo japonês Dr. Maki, para horticultura; Cel. Geraldo Côrtes, para o Trânsito; Dr. Mário Reis, para a Organização Hospitalar; Dr. João da Silva Teles, para o regime penitenciário; Escritor Edson Nery da Fonsêca, para a Biblio-

teca Pública e Arquivo Estadual; Professor Gilberto Freyre, para a organização universitária; Engenheiro Boleslaw Dulemba, para a Rádio Tabajara; e Dr. Waldemar de Oliveira para o Teatro «Santa Rosa».

XVII — Reaparelhamento e melhoramento do Pôrto de Cabedelo, de acordo com o seguinte programa em execução; iluminação e energia proprias, graças aos novos motores adquiridos; inicio da construção do terceiro armazém; aquisição de três guindastes de pórtico, seis autos-carro transporte e um auto-guindaste giratório; concorrência aberta pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, para dragagem da barra; prolongamento da estrada de rodagem até o cais; subvenção do transporte em ônibus para a Capital; defesa das praias Formosa e Ponta de Mato e da Praia de Tambaú, em atendimento aos apelos feitos pelo Govêrno do Estado aos Departamentos Nacionais de Portos, Rios e Canais e de Saneamento; plano de aparelhamento e remodelação geral, projeto orçado em Cr$ 54.920.000,00, conforme a proposta feita pelo Estado, podendo elevar-se a Cr$ 70.000.000,00, a ser custeado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos; serviço de abastecimento d'água já estudado pelo Estado e incluído naquele plano; maior frequencia de vapores do «Loide», atendendo a um apêlo do Govêrno do Estado e da Associação Comercial de João Pessoa.

XVIII — O empenho do Govêrno do Estado para melhoramento dos serviços de comunicação, por exemplo: a «Rádio Internacional», antiga aspiração, a inaugurar-se em Campina Grande no prôximo mês; a «Western Telegraph Co.», também uma conquista há muitos anos pleiteada, com a promessa da emprêsa de instalá-la ainda êste ano; entendimentos com a emprêsa Sul-Americana de Telefones S.A. para sua encampação, visando a melhoria e ampliação dos serviços; acordo com a emprêsa «Aero-Norte» para o estabelecimento de uma linha de aviação de João Pessoa a Cajazeiras, compreendendo, também, Brejo das Freiras e Princesa Isabel; além dos campos de Cajazeiras e Soledade, cooperação para melhoramento dos de Itaporanga e Santa Rita, sendo que êste e o de Campina Grande terão soluções definitivas, conforme o plano encaminhado à Bancada Federal do Estado, para obtenção de verbas, elaborado pela 2.ª Zona Aérea; auxilio ao «Aéro-Clube de João Pessoa».

XIX — Melhoramento dos serviços elétricos, dentro da orientação sugerida pelo Engenheiro Luiz Vieira; aqui-

slção de um conjunto «Diesel», de 390 Kwa, para o bairro de Cruz das Armas, no valor de Cr$ 951.740,00 e de dois grupos «Diesel» com 390 H. P. para Cabedêlo, um grupo «Diesel» de 700 H. P. no valor de Cr$ 1.750.000,00; reparo de um motor «Sulzer» de 500 H. P., que voltará a funcionar em breves dias; instalação de uma caldeira «Babcock», no valor de Cr$ 1.074.002,00; inauguração da linha de bondes de Mandacarú, na extensão de 1.960 metros de trilhos; recondicionamento dos bondes que entraram em tráfego; criação de novas linhas na extensão de 5.120 metros, da iluminação pública, que, adicionada a energia da turbina «Stall», a chegar ainda êste ano, ficará em condições de esperar pela solução definitiva que virá de Paulo Afonso, assim como dos transportes urbanos que se desenvolveram a ponto de ser hoje João Pessoa talvez a única Capital do Brasil sem filas de ônibus, acrescendo ainda que os preços, tanto de água como de luz, são dos mais baixos do Brasil e não serão aumentados.

XX — Aumento do volume de abastecimento d'água da Capital em mais do dôbro do que foi encontrado, devendo ser elevado, até o fim do ano, a mais 7.000 m3 com o fechamento da barragem e a construção dos reservatórios, sendo que o primeiro dêstes, orçado em Cr$ 2.000.000,00, será iniciado dentro de quinze dias; desenvolvimento da rêde de distribuição d'água em 4.881 metros; vasto programa de abastecimento d'água em cidades do interior, incluindo-se Santa Rita, Guarabira, Mamanguape, Patos, Pombal, Souza e Cajazeiras, estando o de Guarabira já sendo executado e devendo os outros ser iniciados o mais breve possível, além dos estudos que serão feitos para o mesmo fim em Itabaiana, tendo-se ainda em vista o aproveitamento do açude «Tamanduá», em Monteiro e do açude «Namorado» em São João do Cariri, para o mesmo melhoramento: aumento da vasão no abastecimento d'água de Campina Grande em cêrca de mil metros cúbicos, diáriamente, pelo processo de torpedo na adutora, como meio de eliminar suas incrustações, devendo atingir o dôbro dessa vasão quando se completar, ainda neste inverno, êsse processo, o que já determinou a extensão de 60 metros de distribuidores d'água, com 12 chafarizes novos; 134 instalações e 73 penas d'água, para cujo resultado foram instalados um grupo motor-bomba e dois motores, um «Blackstone» de 90 H. P. e um «Lister» de 40 H. P.; estudos simultâneos em Mazagão, do município de Areia como solução de emergência, e como solução definiti-

va para o problema da água de Campina Grande, da adutora para a represa do Boqueirão, que, além do abastecimento, assegurará o fornecimento de energia avaliado em mais de 15.000 KW; estudos e primeiros trabalhos do abastecimento d'água de Areia em cooperação com S. E. S. P.; obras de conclusão do serviço em Alagoa Grande, em mais 500 metros; e, finalmente, criação do Departamento de Águas Rurais destinado à disseminação da pequena açudagem como solução do abastecimento e da agricultura de sub-sistência, bem como perfuração de poços com material já adquirido.

XXI — O novo surto cultural da Paraíba, representado pela criação das Faculdades de Ciências Econômicas, Direito, Medicina, Filosofia e Odontologia, sendo as duas últimas pelo Estado como meio de democratizar o ensino superior, tornando-o accessivel aos que não dispõem de recursos para ir estudar fora do Estado, bem como pela Federalização da Escola de Agronomia do Nordeste; a regulamentação do Ensino Normal e do Instituto de Educação; o projeto de reforma do Departamento de Educação; a adoção de novos programas do ensino primário; o convite de uma equipe de professores da Prefeitura do Distrito Federal para uma reforma nesse setor, aproveitando-se os elementos que já estão sendo levantados por professores especializados em cursos do I. N. E. P.; a criação dos cursos de canto orfeônico e de educação física; o provimento de 481 cadeiras primárias vagas; a fabricação de 420 e a aquisição de 5.000 carteiras escolares; a compra de material didático no valor de Cr$ 248.000,00, além de 1.896 bandeiras nacionais e 1.896 globos; a conclusão de 6 grupos escolares e restauração de 23 escolas e grupos que, além de não disporem de móveis e material didático, ameaçavam ruina; a construção, a iniciar-se no principio do verão, de 10 grupos escolares e 60 escolas rurais com verbas do I. N. E. P.; a construção pelo I. N. E. P. das Escolas Normais Rurais de Alagoa Grande e Sousa, que estavam com suas obras paralisadas; a seleção do professorado do ensino supletivo, que já se eleva a 850 cursos, feita mediante concurso; o funcionamento das escolas técnica e doméstica na «Casa do Calvário», com a frequência média de 80 alunas, por acordo feito com o Govêrno do Estado; e, finalmente, o funcionamento do Colégio Estadual de Campina Grande, para cêrca de 2.000 alunos, a ter início no ano próximo vindouro.

XXII — Maiores desvelos dispensados à cultura e à

arte: com a importação de valores para estímulo do nosso nível espiritual; com a reorganização da Biblioteca Pública e do Arquivo Estadual, confiada a um técnico de consagrada competência; com grande coleta de material para o Museu que se organiza; com o novo feitio intelectual da A UNIÃO como escola de jornalismo: com o incentivo ao teatro, devendo o Teatro «Santa Rosa» passar por uma grande reforma, já confiada a outro técnico; com as homenagens prestadas ao escritor paraibano José Lins do Rêgo no seu cinqüentenário, como manifestação de apreço do Estado á moderna literatura brasileira; com os auxílios concedidos à VII Assembléia Geral da Associação de Brasileiros Geografos, ao Teatro do Estudante, ao Centro de Artes Plásticas, ao Congresso de Engenheiros e ao Congresso Esperantista; com a completa remodelação da «Rádio Tabajara», em que já foram dispendidos Cr$ 329.132,50; incentivos aos esportes em geral e projeto de construção de um estádio e uma piscina, assim como ao canto e á música, que é a maior vocação dos paraibanos.

XXIII — Expansão e aperfeiçoamento dos serviços de saúde, como comprovam os seguintes dados: aumento do movimento do Centro de Saúde, na proporção de, entre 1950 e 1951, 31,9% no comparecimento e 108,5% na distribuição de merendas, e entre 1950 e 1952, 46,1% em comparecimento e 139,7% nas merendas; a criação de novos ambulatórios em Indio Piragibe e Cruz das Armas; Cursos de Atendentes e Visitadoras; a reforma geral, incluindo unidades sanitárias itinerantes, já tendo sido adquiridas duas camionetes «Fordson» para êsse serviço; equipamento do Laboratório Central que, assim reorganizado, já produziu êste ano 22.655 ampôlas diversas; conclusão do grande hospital que está sendo construído pelo S. E. S. P. em Alagoa Grande em regime de acordo, mediante a quota anual de Cr$ 2.000.000,00 paga pela primeira vez pelo atual Govêrno; acordo com o Serviço de Doenças Mentais, na base de Cr$ 600.000,00 para o Ministério da Educação e Cr$ 300.000,00 para o Estado, afim de aumentar a eficiência e ampliar as instalações da Assistência a Psicopatas; doação de um terreno à Fundação «Napoleão Laureano», no valor Cr$ 420.000,00, para a construção do Hospital de Concerosos; prosseguimento da construção do Hospital Regional de Patos em cooperação com a Legião Brasileira de Assistência; entendimentos mantidos com o Serviço Nacional de Tuberculose para início da

Instrução do hospital e ampliação desse serviço no Estado, inclusive a construção de um dispensário e realização de um censo toráxico; elevação para o dôbro das subvenções dos hospitais de Sapé, Bananeiras, Patos e Cajázeiras; reinício da construção dos hospitais regionais de Campina Grande e Guarabira e, próximamente, de Itaporanga, com verbas do Estado, por ter-se esgotado a federal; conclusão do Centro de Saúde de Itabaiana; funcionamento do Centro de Puericultura de Santa Júlia, desta Capital; vários centros de puericultura a serem construidos em Campina Grande, Mamanguape e outros municípios, com recursos fornecidos pela «Campanha da Criança», patrocinada pelo Senador Assis Chateaubriand; intensificação dos serviços de fiscalização, tendo sido visitados 7.547 estabelecimentos e inutilizados gêneros no total de 14.147 quilos; inestimável concurso do F. I. S. I. para o equipamento das maternidades e a alimentação das crianças deslocadas pela sêca; e, por fim, primeiros estudos para construção de uma usina de pasteurização de leite em cooperação com o F. I. S. I..

XXIV — A racionalização do Serviço Social com a criação do Departamento, que já atingiu os seguintes resultados: pessoas avulsas atendidas em 1951 e no 1.º trimestre dêste ano, 17.110, além de 500 famílias fichadas e assistidas semanalmente, com uma despesa total de .... Cr$ 497.773,00; refeições fornecidas, 469.800; casas cobertas em 1951 e no trimestre de 1952, 645; instrumentos de trabalho fornecidos, 745; livros escolares, 20; roupas de crianças, 500; cobertores de lã, 500; Natal dos Pobres com objetos adquiridos no valor de Cr$ 76.233,00; distribuição de medicamentos, 6.579; gabinête médico, com 5.418 consultas, 64.856 injeções aplicadas, 2.178 curativos, 6.579 receitas aviadas e 1.697 pessoas encaminhadas a hospitais; gabinête dentário, com 839 consultas e 1.027 extrações; árvores frutíferas plantadas em casas proletárias, 4.400; assistência a pescadores por conta de crédito extraordinário: jangadas novas 19, botes 5, além de seu equipamento; consêrtos de casas danificadas por inundações, 387; fundação de um albergue com 110 leitos, no valor de Cr$ 312.188,90, tendo sido contratada a sua administração com as Irmãs de Santa Catarina de Senna, à razão de Cr$ 20.000,00 mensais, sendo que anteriormente fôra dispendida com essa assistência a importância de Cr$ 420.000,00; salões de costura nos bairros pobres desta Capital, devendo ser abertos outros em Campina Grande; 20 Instituições particulares au-

xiliadas em 1952, com uma despesa de Cr$ 635.200,00; Instalação de núcleos do Serviço Social nos municípios de Campina Grande, Areia, Bananeiras e Guarabira e outros em organização; nova pintura do berçário do Abrigo «Jesus de Nazaré», achando-se em construção duas enfermarias, uma para doentes comuns e outros para isolamento, um gabinête médico, uma sala para curativos, dormitórios para enfermeiras e sanitários; grande reforma na Escola «Presidente João Pessoa», de Pindobal, que foi encontrada com as oficinas paradas e no pior estado de desorganização e anarquia, projetando-se a cobertura do pavilhão, o consêrto das instalações de água e esgôto, de uma caldeira, de uma bomba hidráulica e o ajustamento das máquinas de marcenaria e carpintaria. Além dêsse serviço, as Audiências Públicas do Palácio do Govêrno, cada quarta-feira, com a presença dos Secretários de Estado e o Diretor do Departamento do Serviço Social comparecendo em média 300 pessoas, para solução a inúmeros casos, principalmente aos das mães pobres, de prole numerosa e sem arrimo, que constituem os mais graves.

XXV — O funcionalismo público com seus vencimentos aumentados e recebidos em dia, facultado o seu aperfeiçoamento com a instituição de cursos e com seus direitos assegurados pela mais severa observância das leis e regulamentos, em vez de mêses de atraso, do abandono e das preterições e injustiças de que sempre era vitima.

XXVI — A reforma da Polícia Civil e da Polícia Militar, com a criação de Delegácias Regionais ocupadas por bacharéis em Direito, já estando providas as de Campina Grande, Patos e Sousa; do Serviço de Vigilância, com unidades volantes; do Serviço de Trânsito, em início de execução, de acordo com o plano elaborado pelo Cel. Geraldo Côrtes; da Inspetoria de Polícia Marítima e Aérea; da Guarda Civil, que obedece à nova organização, devendo caber-lhe o serviço de policiamento nas cidades principais, a começar em Campina Grande; melhoramentos introduzidos na Casa de Detenção, encontrada em condições de higiene as mais precárias, sem acomodações e sem assistência médica e dentária, com a maioria dos detentos dormindo no chão e a enfermaria sem possuir siquer colchões nos leitos, e medicamentos; início da remodelação da Colônia Penal de Mangabeira, situada numa grande propriedade, mas sem produção agrícola nem mesmo hortaliças para alimentação dos presidiários, que ainda vivem em sua maioria em imundos casebres de palha; repressão à gatu-

nagem que assaltava a Capital e Campina Grande, aos nomisios de criminosos e aos jogos de azar; distribuição pontual de fardamentos aos soldados da Polícia Militar, em vez de andarem maltrapilhos como dantes, passando até dois anos sem recebê-los; aquisição de novo material para o Corpo de Bombeiros que já não estava em condições de atender a seus serviços; compra de novos armamentos e municições, bem como de viaturas: criação do Ambulatório anexo ao Hospital Militar; pintura e reparação das instalações hidráulicas dos Quarteis de João Pessoa e Campina Grande.

XXVII — Uma atitude invariável dando o exemplo do alto que é o mais fecundo, para a educação democrática, o sentimento da legalidade e a moralização dos costumes públicos; presidindo eleições livres, como testemunhou o Tribunal Regional Eleitoral em três documentos espontâneos; reprimindo os jogos proibidos; desfazendo coitos de criminosos; suprimindo as passagens de favor; coibindo o abuso dos automóveis oficiais; estabelecendo o regime de publicidade exigido pelo regimen democrático para que se exerça a fiscalização do povo, a começar pela divulgação dos balancetes do Tesouro; afastamento de intermediários, etc.

XXVIII — A transformação de João Pessoa — a Capital — numa cidade moderna, saída da sombra, da lama e da poeira, com os serviços de iluminação, de água, de transportes urbanos que se completam, e a pavimentação de suas belas avenidas já marchando para o mar, para a Praia de Tambaú, que será, nosso maior encanto, projetos de construção do Palácio das Secretarias, do Centro de Saúde, do Hotel de Tambaú e de um hospital-modêlo, além das construções do Montepio e da doação de terrenos ao I. A. P. E. T. E. C., no valor de Cr$ 360.000,00 e das que ainda serão feitas ao Instituto dos Bancários, à Fundação da Casa Popular ao Instituto dos Comerciários para construção de um edifício residencial.

XXIX — Finalmente, a política dos pobres, meu compromisso mais segrado, desempenhado em tôda parte e por tôdas as formas, desde as realizações que já foram expostas até os pequenos serviços que para êles são grandes, como as Salas de Costura, as Lavanderias, os Abrigos para Lavadeiras e a revenda do feijão e da farinha por preços a seu alcance.

É o que se verá com o necessário desenvolvimento

para apreciação e julgamento dessa Assembléia Legislativa, nos capítulos que se seguem.

DIÁRIO DA SÊCA

A crise gerada pela sêca, na sua primeira manifestação no mês de março e na sua reincidência em setembro, dominou todo o ano de 1951, penetrando, pelos seus reflexos no primeiro trimestre de 1952, quando mais se assinalaram êsses sintomas de depressão econômica.

Envolvendo, assim, tantas faces de nossa organização geral e de nossa estabilidade social, é natural que essa situação sirva de pórtico de todo o quadro a descrever.

A forma do diário dará uma impressão mais real dêsses dias dolorosos.

Março — 1951

Dia 1.º — Prenúncios de estiagem prolongada. Primeiros pedidos de socorro.

Dia 3 — Chegam-me da zona sertaneja instantes solicitações de auxílios e providências, em vista do agravamento da situação.

Dia 4 — Tendo pleiteado, desde o dia 26 de fevereiro, a cooperação do DNOCS para as dificuldades que se apresentavam, recebo o seguinte telegrama do engenheiro Berrêdo: «Já autorizei o início dos trabalhos do açude Espinho Branco e estou recomendando ao chefe do Distrito que apresse as obras, tendo em vista o andamento da distribuição de recursos». Recebo dramáticos telegramas sôbre concentrações de flagelados que montam a 2.600 em Itaporanga.

Dia 7 — Cogita-se de uma Mesa Redonda dos Governadores do Nordeste para o debate dos nossos problemas, em face da estiagem e dos seus efeitos que já se manifestam. Dirijo-me ao Presidente da República pedindo-lhe que ordenasse a vinda de diretor do DNOCS, então em viagem de inspeção nos Estados do Ceará e Piauí, também à Paraíba, cujo quadro não é menos desolador. Comunico-lhe ainda nesse despacho que estou recebendo

apelos de vários municípios sertanejos que já experimentam as conseqüências da falta de chuvas para uma assistência mais direta, sugerindo-lhe que, caso o tempo não se normalize até o fim do mês, abro um crédito extraordinário, por se tratar de calamidade pública, destinado ao polígono das sêcas, na importância correspondente à terça parte da quota constitucional reservada para êsse estado de emergência. Urgia essa providência, antes que ocorressem retiradas em massa, movimento mais difícil de deter.

Dia 11 — Recebo a seguinte comunicação do Presidente da República: «Em resposta ao telegrama de Vossa Excelência, desejo assegurá-lo de que o assunto foi tomado em plena consideração, devendo ser examinadas com a máxima atenção as medidas propostas. O diretor do DNOCS conferenciará pessoalmente com Vossa Excelência. Cordiais saudações — Getúlio Vargas».

Dia 12 — Resolvo ir observar «in-loco» a situação da área paraibana da sêca. Segui diretamente para o município de Patos e no dia seguinte visitei Souza, Pombal e Cajazeiras. De Patos enviei o seguinte telegrama ao Presidente da República: «Estou percorrendo a região da sêca para dar-lhe a esperança de que, caso persista a estiagem que já paraliza tôdas as atividades agrícolas, não faltará a assistência do Govêrno Federal ao povo paraibano. Posso adiantar que nada encontrei ainda organizado para atender a essa situação que, de um momento para outro, poderá tomar um aspécto trágico. Estão apenas em andamento a rodovia Patos-Piancó e o açude Mãe D'água. Da estrada estão voltando trabalhadores por falta de ferramenta. O açude Mãe D'água não comporta grande aumento de pessoal, devido à natureza de sua construção. Conviria a remessa de gêneros para evitar a aglotagem que já provoca reclamações. Ainda fiz outro apêlo: «Em complemento ao meu telegrama anterior, tomo a liberdade de sugerir a colocação de trabalhadores nas obras públicas da região das sêcas, embora sejam admitidos com a condição de dispensa, caso venha a chover, como medida de economia e interesse da produção».

Dia 15 — Telegrafo ao Ministro da Guerra solicitando a colaboração do 7.º Batalhão de Engenharia, com sede em Campina Grande, para o fornecimento d'água a várias localidades, inclusive na zona da caatinga, onde, por um fenômeno novo, tinham secado os mananciais. Regresso da viagem ao sertão.

Dia 16 — Em entrevista ao jornal A UNIÃO, focalizo os aspectos mais sombrios da calamidade que se prenunciava, solicitando o apôio das esferas governamentais e conclamando a todos para a mesma campanha. Reuno o Secretariado.

Dia 17 — Abertura de um crédito extraordinário de seis milhões de cruzeiros para ajuda às populações desamparadas. Incumbo o doutor Lúcio Costa, diretor do Departamento de Saúde Pública, de ir ao interior do Estado organizar comissões de socorro em todos os municípios que necessitem de assistência. Começam os flagelados a deslocar-se, formando as primeiras concentrações que se avolumam, de um dia para outro, principalmente nos municípios de Cajazeiras e Catolé do Rocha. Tomo medidas para descentralizar essas massas que se elevam a milhares de pessoas, distribuindo-as por vários centros de trabalho.

Dia 18 — Chegam o Governador do Rio Grande do Norte, Dix-Sept Rosado, e o Inspetor do Departamento de Obras Contra as Sêcas, engenheiro Venicius Berrêdo.

Dia 19 — Mesa Redonda no Palácio da Redenção com a presença do Governador do Rio Grande do Norte, do engenheiro Berrêdo, dos engenheiros Francisco Pereira de Miranda, Abelardo Lôbo e Antonio Antero, chefes dos Distritos do DNOCS no Ceará, na Paraíba e em Pernambuco, do doutor Guimarães Duque, chefe do Serviço Agro-Industrial do mesmo Departamento, do engenheiro Antonio Baltar, do DNER, e do engenheiro Múcio Lacerda, do DER estadual. Além de representantes de secretarias e departamentos do Estado. Pleiteio serviços federais que atendam a todos os pontos sacrificados, em vez de se restringirem a um plano de administração preestabelecido localizado em três ou quatro municípios, para evitar deslocamentos que criariam outros tantos problemas, como o de abastecimento e de saúde agravados pelas grandes concentrações. Apelando também para o DNER e o Serviço Agro-Industrial do DNOCS, alvitro uma distribuição de tarefas, em ação conjunta, abrangendo todos os pontos atingidos pela estiagem, a par da intervenção do Estado que se responsabiliza, além de algumas obras, pela parte de assistência. Na ocasião em que se realizava a Mesa Redonda, recebo telegrama de Catolé do Rocha, anunciando novas concentrações de famintos que somam 1.140 e ameaçam assaltar o comércio do sul.

Dia 20 — Continuam pedidos de socorro. Doutor Lúcio Costa prossegue na sua excursão instalando comissões em vários municipios. Evita-se, desse modo, que as populações locais se desenraízem, superlotando as cidades para onde convergem.

Dia 21 — Novos telegramas de Catolé do Rocha: chegam alí mais 200 flagelados. Telegrafa-me o Presidente Getúlio Vargas impressionado com o noticiário da imprensa sôbre o alastramento da sêca. Salienta que, desde a partida do diretor do DNOCS, não recebeu nenhuma comunicação sôbre as medidas tomadas por aquêle Departamento, em coordenação com outros órgãos federais. Deseja informações mais detalhadas para o encaminhamento das providências. Respondo referindo o que se passara na Mesa Redonda do Palácio da Redenção e criticando o programa rígido do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, adstrito aos trabalhos programados, diante duma situação cheia de novas exigências. Empenha-se sua ampliação para atendimento de necessidade que se exasperam. Solicito do Presidente a admissão do pessoal necessitado para construção de estradas e açudes, suscitando outras atividades para o desemprego ocasionado pela cessação dos trabalhos agrícolas, como a cultura irrigado, por meio de bombas a motor. Pondero o interesse de que fossem transportados estoques de gêneros de primeira necessidade para o Nordeste, destinados a revenda, com uma margem limitada de lucro, resolvendo-se, assim, desde logo, o mais angustioso problema nacional que era o de custo de vida, agravado, então, no Nordeste. Mostro, igualmente, a conveniência de serem enviadas missões médicas e enfermeiras, como em 1932, para a vacinação sistematica e completa assistência médica-sanitária, conjurando os surtos epidêmicos. Concluo informando que, tendo apelado para o representante do FISI, doutor Ismael Martinez Sottomayor, para que fornecesse leite, em caráter de emergência, com as limitações dêsse serviço, à população infantil da zona vitimada, no que fôra atendido, como a prestação de um benefício incomparável.

Chegam pedidos de socorros verdadeiramente frenéticos.

Dia 22 — Comunico ao Presidente da República que já foram alistadas 2.326 pessoas nos serviços da estrada de Piancó, como solução de emergência. O Presidente da República devota-se, com extremos de solicitude, à salvação do povo

paraibano, atingido, mais uma vez, pelo ciclo de fogo. Despacha comissões médicas e de enfermeiras tendo à frente o professor Arlindo de Assis.

Dia 25 — Chegam aviões transportando gêneros alimentícios, providência que, só por si, levanta o ânimo da população que sai de sua crise de desespêro, já crente de que não está abandonada. A 2.ª Zona Aérea, com sede no Recife, põe à disposição do Estado os aviões necessários para o transporte de víveres para o interior. O Secretário do Presidente da República, senhor Roberto Alves, avisa a partida de um avião da VARIG transportando víveres e outro da AEROVIA transportando medicamentos. Notícias de Catolé do Rocha confirmam a chegada alí de mais 800 famintos. Da Vila de Galante, do município de Campina Grande, pedem-me socorro para 200 homens sem trabalho.

Dia 26 — Reunião no Palácio do Govêrno com a presença do doutor Arlindo de Assis, diretor do Departamento Nacional de Saúde, do Secretário de Educação e Saúde, do doutor Gilberto Costa Carvalho, delegado da 5.ª Região do mesmo Departamento e de vários médicos e enfermeiros que formam a equipe destinada a dar assistência ao interior. No mesmo dia viaja para o sertão o doutor Isnard Teixeira, acompanhado de várias enfermeiras da Divisão de Organização Sanitária do M. E. S.

Dia 27 — O sanitarista Isnard Teixeira, de volta do interior, da sua primeira impressão ao jornal A UNIÃO, a área assolada que acabo de visitar apresenta, evidentemente, condições sanitárias que muito me preocupam». O Tenente-Coronel Ferny Pires Ferreira comunica de Sousa que os trabalhos de suprimento estão concluidos, com as últimas viagens de aviões, em número de quatro. Foram vinte e quatro toneladas de víveres, distribuidos, afinal, em partes iguais pelos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Caminhões da Aéronautica, cedidos para êsse serviço, transportam gêneros alimentícios e toneladas e mais toneladas de leite em pó para Patos, Sousa, Cajazeiras e outros municípios. Agradeço ao Presidente providenciar concurso prestado, minorando os sofrimentos dos paraibanos, pedindo-lhe, ao mesmo tempo, que fossem ampliados os serviços do Departamento de Obras Contra as Sêcas, mesmo aquêles não previstos no seu programa. Refiro-me ao Batalhão de Engenharia de Campina Grande, a assistência médico-sanitária e a outras formas de proteção à terra sêca.

Caem chuvas esporádicas em algumas localidades.

Dia 28 — Apesar das perspectivas de chuvas, a estiagem atinge ao auge. Novos telegramas de Catolé do Rocha mais 1.000 flagelados pedem trabalho. Em Piancó inicia-se uma concentração com 2.000 retirantes. De Antenor Navarro apelam para o Govêrno afim de que socorra 500 trabalhadores desempregados.

Dia 29 — Desfaço uma concentração em Catolé do Rocha, aproveitando parte do pessoal no açude São Gonçalo. O D. N. O. C. S. e o D. E. R. não iniciaram todas as obras prometidas. O doutor Mariano Ferraz, presidente da Federação da Indústria de São Paulo, manifesta o seu empenho de ajudar a Paraíba na crise que atravessa. Partiu um enviado especial da L. B. A., dona Célia Câmara, conforme comunicação de dona Darcy Vargas.

Dia 31 — Mêsa Redonda no Palácio do Govêrno de Pernambuco, com a presença do Governador Agamenon Magalhães, dos governadores da Paraíba, do Ceará e do Vice-Governador do Rio Grande do Norte, Sylvio Pedrosa. Foi elaborado um esquema prevendo o emprêgo de pessoal nas obras públicas, no abastecimento e no serviço de saúde. O Governador Raul Barbosa partiu para o Rio, levando ao Presidente da República os resultados da conferência.

ABRIL — 1951

Dia 1 — Noticias de Itaporanga revelam que aumentaram as concentrações de mais 300 retirantes.

Dia 2 — Telegrama do Governador Raul Barbosa comunicando que o Presidente da República acolheu com toda bôa vontade as sugestões dos governadores do Nordeste e tomará novas providências no sentido da adoção dêsse programa de emergência.

Dia 6 — Chega ao Pôrto de Cabedelo o «Loide América», com grande carga de mantimentos.

Dia 7 — Novos telegramas alarmantes de Catolé do Rocha: voltavam a se concentrar flagelados naquela cidade em número de 1.000.

Dia 8 — Aumenta o número das concentrações de Antenor Navarro para 850.

Dia 10 — Forma-se uma grande concentração de necessitados em Pombal e adjacências. Tende a avolumar-se o número de deslocados de Catalé do Rocha. Grande afluxo de flagelados no açude São Gonçalo. O D:N.O.C.S. só cogita de suas obras nos locais previstos sem prestar serviços

de assistência, tendo o Estado que promover o deslocamento do pessoal para os setores que vai conquistando a fim de dar-lhes trabalho. O D.N.E.R não responde pelo programa combinado na Mêsa Redonda do Palácio da Redenção, com o fim de favorecer a determinados municípios. Só o abastecimento feito pelo Govêrno Federal é verdadeiramente providencial. Apelo para a bancada paraibana para que patrocine o desenvolvimento das obras federais, como um meio de desafogar o Estado das exaustivas obrigações que está assumindo para não deixar os sertanejos desamparados.

Dia 13 — Comunica-me o Presidente da República ter encaminhado ao Ministério da Fazenda as reclamações que formulei contra o retardamento dos limites das medidas invocadas em favor da Paraíba. O diretor do Departamento de Obras Contra as Sêcas autoriza o chefe do Distrito nêste Estado a intensificar os trabalhos dêsse Departamento.

Dia 14 — Chegam os Ministros da Agricultura e da Fazenda, João Cleophas e Horácio Lafer. Mantenho com ambos longa conferência sôbre a situação da Paraíba no Palácio da Redenção, entendimento que se prolongou em Campina Grande, onde fomos tomar parte na conferência algodoeira, até alta madrugada. Ambos transmitem a disposição em que se encontra o Presidente da República de dar solução definitiva à crise que se agrava. Telegramas de Pombal trazem notícias dolorosas de uma concentração de mais 800 retirantes.

Dia 15 — No momento em que acompanho o Ministro da Fazenda ao campo de aviação para seu regresso ao Rio, chegam pessoas de Brejo do Cruz trazendo a notícia do que, milhares de pessoas se concentram na cidade clamando por socorro.

Dia 16 — São concentrados em Sousa 400 trabalhadores sem emprego.

Dia 18 — O senhor Roberto Alves comunica novas partidas de gêneros de subsistência. A Campanha Nacional da Criança socorre só em Patos mais de 7.000.

Dia 20 — Telegramas de Taperoá, avisando que se formava ali uma concentração já com 200 necessitados.

Dia 24 — Comunico ao Presidente da República que chove no interior com características de bom tempo. Muitos trabalhadores retornam aos campos sob os prenúncios da chuva. Na área da sêca há certa timidês em iniciar outras plantações, mas, há possibilidades de cultura na

zona situada entre o litoral e o sertão. Peço sementes para o plantio.

Dia 30 — Agradeço a prontidão com que o Presidente da República vem ouvindo aos meus apêlos, no interesse dos problemas do Estado que são ao mesmo tempo problemas nacionais. Sente o povo essa cooperação.

MAIO — 1951

Dia 14 — Chegada do Ministro da Viação, senhor Souza Lima. Acompanho-o na sua excursão pelo interior, revendo o sertão já com a sua paisagem refeita.

SETEMBRO — 1951

Dia 14 — A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística congratula-se com o meu govêrno pela orientação dada ao combate aos efeitos da sêca.

Dia 21 — O Ministério da Agricultura concorre, eficazmente, para atenuar a crise de alimentação: começa a fornecer farinha de mandioca consignada ao Serviço Especial de Abastecimento para ser revendida pelo custo. Foi uma contribuição da maior valia, antes que a CAN organizasse a sua distribuição.

Dia 24 — Em várias declarações feitas à Imprensa prevejo a reincidência da crise, a partir de dezembro. Tendo sido um ano improdutivo por falta de chuvas, êsse período de entre-safra, escasso mesmo nos tempos normais, tenderia a agravar-se, tudo dependeria, porém, de uma nova organização que reduzisse os efeitos da carência.

Dia 25 — Transformou-se o açude Curemas em «Quartel General» contra os efeitos da sêca. Estou presente á reunião com os engenheiros Saboya, o agrônomo Guimarães Duque e os chefes de Distritos, Pereira de Miranda e Estêvão Marinho, traçam-se planos, propõem-se medidas, coordenam-se esforços. Organiza-se a defesa preventiva do Estado para não ser apanhado de surpresa, nossa nova anormalidade. Percorro tôdas as organizações de trabalho. Consigo transferir para o DNOCS a construção das estradas Santa Luzia — Patos de Brejo do Cruz que, pelo acúmulo de outros serviços vinham com seus milhares de operários consumindo a verba de emergência que o Govêrno Federal concedera á Paraíba, como a outros Estados do Nordeste, para poder

manter, em proporções sempre crescentes, os planos de assistência. Apelando, então, para o DNOCS, para o Serviço Agro-Industrial dêsse Departamento e para a construção ferroviária de Patos à Campina Grande, mediante uma distribuição de encargos, consigo cobrir toda a região da fórma mais aconselhada de beneficios aos flagelados que são as obras públicas. Não houve município que não tivesse, dentro dessa organização, sua parte de amparo, de maneira a poderem atravessar o recrudescimento da crise sem maiores sofrimentos.

O ÊXODO

Proibo o êxodo na Paraíba, providência que alcançou repercussão nacional, porque estava, como estou, convencido de que o Estado não deveria permanecer indiferente ante o martirio, e a ostentação dêsse martirio através de quatro Estados e na própria Capital da República, do povo do Nordeste castigado já agora, não só pela fatalidade do clima, como também pelo abandono a que foi votado, tornando-o prêsa fácil das miragens mais inverossimeis e de aventureiros inescrupulosos.

Não consentí que o «pau de arára» continuasse a sair da Paraiba, e fiz mais ainda: o transito desumano e ilegal dêsse meio de transporte foi impedido nas nossas estradas. viesse de onde viesse e fôsse para onde fôsse. Um ou outro caminhão, carregado de retirantes, tentou violar essas determinações, mas foi detido na fronteira. aprisionado, quando não se forageiu, o seu motorista, encaminhados os homens válidos que conduzia a lugares de trabalho e suas famílias assistidas pelo Serviço Social do Estado.

Na Mesa Redonda dos Governadores do Nordeste, em Campina Grande, propuz um esquema que obteve aprovação com breves aditamentos, enumerando os principais meios idôneos para revitalizar a região e, por conseguinte, fixar o homem à terra. A' base dêsse esquema, aquêle importante conclave apresentou ao Senhor Presidente da República, por intermédio do Ministro da Agricultura, também presente à reunião, as sugestões e reinvidicações seguintes:

"OBRAS CONTRA AS SÊCAS"

Deverá o Departamento Nacional de Obras Contra as

Sêcas obedecer à seguinte orientação:

1 — Aproveitamento imediato da água armazenada nos açudes, desenvolvendo-se com recursos mais amplos a rêde de canais;

2 — Adoção de um regime tributário que importa na utilização total da bacia irrigada pelos seus proprietários ou mediante loteamento, se a área não fôr cultivada;

3 — Desapropriação de áreas julgadas necessárias á colonização;

4 — Preferência à construção de grandes barragens, em suas múltiplas finalidades, inclusive a produção de energia. Quanto aos açudes médios e pequenos deverão ser, igualmente, disseminados, tendo em vista, dentre suas finalidades, o abastecimento dágua aos núcleos de população.

5 — Expansão dos serviços ágro-industriais mantidos pelo Departamento, pela sua correlação com as obras e sua natureza especifica, visando ao abastecimento da região, nos períodos de emergência e nas épocas normais;

6 — Exploração imediata da pesca nos açudes, mediante concessão às empresas que se organizarem para êsse fim;

7 — Máximo desenvolvimento do regimen de cooperação para açudagem;

8 — Majoração da dotação orçamentária destinada á açudagem por cooperação, da qual se reservará uma subdotação a fim de ser entre, mediante convênios, aos Estados do Poligono para a construção de açudes de capacidade inferior à exigida pelo Departamento, em cooperação com os particulares.

PAULO AFONSO

Deverá ser mantido o ritmo atual da construção dessa obra para que a distribuição de energia possa alcançar, no mais breve praso possível, a área prevista no seu plano, convindo ampliá-la ao Rio Grande do Norte e às zonas mais profundas do Ceará

ASSISTENCIA FINANCEIRA

Deverá ser prestada tôda assistência financeira à exploração das riquezas regionais, como o algodão mocó, cêras, fibras, oleaginosas, minérios e, em maior escala, ao

pequeno produtor, concedendo-se o crédito agrícola por meio da rêde de cooperativas existentes e que se fundarem com êsse fim.

ASSISTENCIA TÉCNICA

O Ministério da Agricultura cooperará com os agricultores mediante o emprêgo de máquinas de maior porte, organizando patrulhas mecânicas para operarem nas diversas zonas de produção, como centros de irradiação técnica e financeira, cabendo aos Estados essa forma de assistência em favor do pequeno produtor, especialmente no centro de pequenas propriedades.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

Serão organizados pelos Estados, com auxilio do Govêrno Federal, núcleos de assistência médico-dentária ás zonas rurais inclusive a respectiva assistência médicamentosa.

HABITAÇÃO RURAL

A Fundação da Casa Popular e as Caixas Econômicas Federais deverão financiar, de preferência no nordeste, a habitação rural

ARMAZENAGEM

Para a conservação dos produtos e regularização dos seus preços nas entre-safras, deve ser instalada uma rêde de armazéns e silos, nas principais cabeças de zona de cada Estado.

DIVISÃO DA PROPRIEDADE

O Poder Público loteará as terras agrícolas do seu domínio e desapropriará outras, onde necessário, para distribuição mediante pagamento a prestações a longo praso, criando núcleos de pequenas propriedades com centros de assistência técnica e financeira.

FINANCIAMENTO

Será autorizada a emissão que fôr julgada necessária

para financiamento do plano de recuperação do nordeste, não devendo os juros do capital destinado à produção agrícola exceder de 3% (três por cento).

OUTRAS PROVIDÊNCIAS E SUGESTÕES

A Mêsa Redonda sugere, ainda, como providência indispensáveis umas e imediatas outras, o seguinte:

1) — Aproveitamento racional dos vales úmidos do Nordeste;

2) — Aproveitamento das várzeas dos rios nordestinos, mediante a disseminação do emprego do moto-bombas, a cargo do Ministério da Agricultura;

3) — Aproveitamento racional e intensivo das serras e chapas do Nordeste;

4) — Aquisição, em maior escala, de perfuratrizes pelo D.N.O.C.S., para que se intensifique a perfuração de poços tubulares na região semi-árida;

5) — Amparo à pecuária nas regiões onde haja condições ecológicas favoráveis;

6) — Especial atenção ao problema do reflorestamento, tendo em vista, dentro dos respectivos planos, a destinação forrageira das espécies apropriadas;

7) — Distribuição com os Estados de divisas para importação, observado um mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total obtido com as respectivas exportações;

8) — Instalação do Bando do Nordeste do Brasil tão pronto seja transformado em Lei o respectivo projeto;

9) — Majoração adequada dos salários dos trabalhadores em serviço nas obras contra as sêcas, a cargo da União;

10) — Financiamento da presente safra algodoeira, por Decreto do Poder Executivo com as garantias estabelecidas na Lei de preços mínimos;

11) — Restabelecimento das operações de penhor mercantil pelo Banco do Brasil para o algodão;

12) — Libertação imediata e total das dotações orçamentárias do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas e do Ministério da Agricultura;

13) — Estas providências de caráter urgente, sugeridas pela Mêsa Redonda de Governadores do Nordeste não dispensam a necessidade de um planejamento racional, a longo praso, objetivando ao fortalecimento da economia nordestina e a integração desta, no quadro da economia nacional.

Campina Grande, 7 de março de 1952.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

JOSE' AMERICO DE ALMEIDA
Stênio Gomes
Paulo Sarasate
Oscar Carneiro
Sizefredo Passos
João Gonçalves de Sousa
Paulo Cabral de Araújo

O art. 207, do Código Penal, bem assim os Regulamentos de Trânsito, foram os fundamentos legais da resolução do meu Govêrno proibindo o êxodo. Não escondo, porém, a emoção com que recebia diàriamente, as notícias mais alarmantes dêsse deslocamento em massa que ameaçava despovoar os nossos campos.

FINANÇAS

I — ORGANIZAÇÃO

Graças aos novos processos de fiscalização e à permanente vigilância contra a sonegação e a fraude, foi possivel ao govêrno, dentro de poucos meses, elevar o nível da arrecadação, de tal modo que ao encerrar-se o exercício financeiro de 1951 a receita do Estado acusava o aumento de 33% em relação à realizada no exercício de 1950.

A fim de tornar ainda mais eficiente o aparelhamento fiscal do Estado, foram, ex-vi da Lei n.º 567, de 5 de outubro de 1951, criadas três Inspetorias Regionais de Rendas.

II — SITUAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de janeiro de 1951 as disponibilidades do Tesouro eram de Cr$ 1.715.861,60, sendo Cr$ 626.774,30 em moeda corrente e Cr$ 1.089.087,30 em depósitos bancários.

Havia em depósitos especiais vinculados a importância de Cr$ 12.640.965,10, pertencente parte ao Govêrno Federal e parte decorrente de empréstimos contraídos pelo Estado, a saber:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:

	Cr$
— Conta Auxílio para Desenvolvimento Econômico	2.057,00
— Conta Especial	3.400.000,00
— Conta Crédito para Importação	10.907,90
— Conta Especial de Auxílio para Equipamento de Hospitais	1.200.000,00

BANCO DO ESTADO DA PARAÍBA S|A:

	Cr$
— Conta Especial para sua Encampação	7.013.895,20

— Conta Especial Aquisição de Ações	14.105,00
— Conta Depósito para Integralização de Ações	1.000.000,00
	12.640.965,10

III — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei n.º 503, de 30 de novembro de 1950, que aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 1951, estimou a receita em Cr$ 137.820.000,00 e fixou a despesa em Cr$ 151.283.520,00 com o «déficit» previsto de Cr$ 13.643.520,00.

A incidência de créditos adicionais e a transferência de saldos de créditos plurienais elevaram as autorizações da despesa ao total de Cr$ 258.221.545,40, a saber:

	Cr$
Despesa orçamentária	151.283.520,00
Créditos especiais	19.292.655,30
Créditos extraordinários	6.380.000,00
Créditos suplementares	28.383.743,80
Saldos de créditos plurienais	52.881.626,30
	258.221.545,40

Como consequência das modificações operadas, o "déficit" previsto passou a ser de Cr$ 120.401.545,40, como se vê:

	Cr$
Receita prevista	137.820.000,00
Total da despesa autorizada	258.221.545,40
"Déficit" previsto	120.401.545,40

Entretanto, no encerramento do exercício apurou-se que a despesa realizada foi de Cr$ 188.825.689,20, verificando-se a redução de despesas de Cr$ 69.395.856,20.

A receita realizada atingiu a Cr$ 203.515.384,60.

Pôsto em confronto o total da receita arrecadada com a despesa efetuada, constata-se o saldo de Cr$ ..... 14.689.695,40, que é o resultado do exercício financeiro de 1951.

1. RECEITA

A previsão orçamentária foi de Cr$ 137.820.000,00, cabendo Cr$ 130.960.000,00 à receita ordinária e Cr$.... 6.860.000,00 à receita extraordinária.

A receita realizada atingiu à soma de Cr$..... 203.515.384,60, competindo Cr$ 193.234.718,90 à receita ordinária e Cr$ 10.280.665,70 à receita extraordinária.

Houve uma maior receita de Cr$ 65.695.384,60, ou seja de Cr$ 64.625.666,10, se se computar a importância de Cr$ 1.069.818,50 da receita adicional prevista pela Lei n.º 7, de 14 de agôsto de 1947, relativa ao restante a receber, em 1951, do empréstimo de Cr$ 15.000.000,00 contraído pelo Estado com a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, importância que deixara de figurar na lei orçamentária.

O tributo que mais concorreu para a elevação da receita foi o impôsto sôbre vendas e consignações, com o aumento de Cr$ 40.858.667,80 sôbre a previsão, seguindo-se o impôsto sôbre exportação, com o aumento de Cr$.. 16.200.692,90 e o de transmissão de propriedade inter-vivos com o de Cr$ 4.960.131,90. Na receita industrial, a renda dos Serviços Elétricos acusa o aumento de Cr$..... 2.216.391,50.

Considerada quanto à sua categoria, a receita arrecadada oferece o seguinte resultado:

Receita Ordinária:

	Cr$
Tributária	178.426.335,10
Patrimonial	213.632,60
Industrial	14.594.751,20

Receita Extraordinária:

Diversas	10.280.665,70
	203.515.384,60

Quanto à incidência, o resultado é o seguinte:

Sem classificação	25.089.049,50
Sôbre a propriedade	15.790.039,20
Sôbre a circulação da riqueza	156.554.572,00

Resultante da atividade do Estado	3.421.226,50
Várias incidências	2.660.497,40
	203.515.384,60

A receita arrecadada em 1951 excedeu em Cr$..... 50.844.452,70 à realizada no exercício de 1950, que foi de Cr$ 152.670.858,90.

2. DESPESA

Encerrado o exercício, constatou-se que a despêsa realizada foi inferior ao total das autorizações, havendo a economia de Cr$ 69.395.856,20, sendo:

	Cr$
Na despesa ordinária (orçamento e créditos suplementares)	17.107.184,30
Na despesa extraordinária (créditos especiais e extraordinários)	52.288.671,90
	69.395.856,20

Em função dos órgãos que integram a administração estadual, a despesa realizada está assim distribuida:

	Cr$
Poder Legislativo	4.911.708,50
Govêrno do Estado	3.939.438,10
Secretaria do Interior e Segurança Pública	30.420.603,70
Secretaria de Educação e Saúde	45.445.989,20
Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas	48.877.009,60
Secretaria das Finanças	49.322.347,70
Poder Judiciário	5.908.592,40
	188.825.689,20

Segundo os serviços codificados pelo Decreto-Lei federal n.º 2416, de 1940, a despesa realizada classifica-se do seguinte modo:

	Cr$
Administração geral	25.873.481,00
Exação e fiscalização financeira	16.036.035,90

Segurança pública e assistência social ..	24.246.531,60
Educação pública	30.566.577,60
Saúde pública	16.293.341,80
Fomento	9.412.465,10
Serviços Industriais	30.986.193,30
Dívida pública	3.869.501,40
Serviços de utilidade pública	14.460.309,50
Encargos diversos	17.077.752,00
	188.825.689,20

Finalmente, pelos elementos, ainda de acôrdo com o mencionado Decreto-Lei 2416, o resultado é o seguinte:

	Cr$
Pessoal Fixo	52.132.226,80
Pessoal Variável	49.557.580,50
Material Permanente	19.492.335,20
Material de Consumo	20.173.060,80
Despesas diversas	47.465.485,30
	188.825.689,20

Com referência ao disposto no art. 44 da Constituição do Estado, verifica-se que a despesa com o pessoal fixo e variável, inclusive a referente a inativos e etapas do pessoal militar no exercício de 1951, correspondeu a 57,11% da receita geral, inferior, portanto, ao máximo preestabelecido no aludido dispositivo constitucional.

IV — GESTÃO PATRIMONIAL

Conforme detalha a demonstração da Conta Patrimonial que integra o Balanço Geral do exercício de 1951, foram as seguintes as mutações ocorridas na gestão do Patrimônio do Estado:

	Cr$
Mutações ativas	21.249.942,30
Mutações passivas	7.766.778,40
Saldo patrimonial	13.483.163,90

Desta forma, o resultado econômico do exercício é

representado pelo "superavit" de Cr$ 28.172.859,30, ou seja:

	Cr$
Saldo financeiro	14.689.695,40
Saldo patrimonial	13.483.163,90
Saldo econômico	28.172.859,30

O patrimônio, em 31 de dezembro de 1951, ficou representado pela importância de Cr$ 168.411.589,60, assim demonstrada:

	Cr$
Patrimônio liquido transferido do exercicio de 1950	140.238.730,56
Saldo econômico verificado no exercicio de 1951	28.172.859,30
	168.411.589,86

V — AUXILIO FEDERAL PARA COMBATE ÀS SÊCAS E RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

Ainda no exercicio de 1951, recebeu o Tesouro Estadual, do Ministério da Fazenda, por autorização do sr. Presidente da República, a importância de Cr$..... 12.500.000,00, como auxilio para combate às sêcas e recuperação econômica do Estado.

Recolhida essa importância à Caixa Econômica Federal da Paraiba, sob a rubrica «Depósitos de Diversas Origens", foi constituida pelo Chefe do Executivo a Comissão de Obras de Emergência e Socorros Públicos, sob a sua presidência e integrada por um engenheiro civil, o Procurador da República, o Secretário das Finanças e o Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas, a qual autorizou despesas no total de Cr$ 6.003.524,00, no exercicio passado, tendo sido transferido para o exercicio corrente o saldo de Cr$ 6.496.476,00, que vem sendo aplicado em obras da mesma natureza.

VI — DEPÓSITOS PARA FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

Durante o exercicio de 1951, o Govêrno do Estado de-

positou nas Cooperativas de Crédito Agrícola a importância de Cr$ 2.245.000,00, destinada ao financiamento da produção. Dêsses depósitos, já retornou ao Tesouro a importância de Cr$ 1.580.000,00, continuando Cr$ 665.000,00 aplicados na finalidade a que se destinam.

No 1.º trimestre do exercício vigente, os depósitos para financiamento da produção montaram a Cr$ 8.000.000,00.

VII — DÍVIDA PÚBLICA

Em janeiro de 1951 a Dívida Passiva do Estado elevava-se a Cr$ 93.604.968,80. Durante o exercício passado foram pagos a diversos credores Cr$ 19.394.402,70. Manteve-se ainda em dia o serviço de amortização e juros dos empréstimos de Cr$ 10.000.000,00 e Cr$ 15.000.000,00, contraídos na administração passada com o Banco do Brasil S|A e a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, tendo sido pagas, por conta dêsses compromissos, a importância de Cr$ 2.920.058,50, no exercício passado, e já no exercício corrente, a de Cr$ 1.202.742,60.

VIII — RESTOS A PAGAR

As despesas consideradas realizadas e creditadas aos respectivos interessados ou credores, no exercício de 1951, sob a conta "Restos a Pagar", atingiram à cifra de Cr$ 19.394.402,70. Foram liquidados "Restos a Pagar", de diversos exercícios, como se segue:

	Cr$
De 1945	517.014,60
De 1946	572.863,90
De 1947	10.727,50
De 1948	7.918,00
De 1949	2.635.245,20
De 1950	15.650.633,50

IX — APLICAÇÃO DO SALDO ORÇAMENTÁRIO

O excedente de Cr$ 64.625.666,10, da receita obtida além da previsão orçamentária, foi aplicado em obras e serviços extraordinários, compreendidos na seguinte discriminação:

	Cr$
— Suplementação de verbas orçamentárias para o prosseguimento e manutenção de diversos serviços, inclusive acréscimo de percentagens e do salário-família	12.869.862,30
— Pagamento de despesas por créditos especiais e extraordinários	22.413.068,90
— Liquidação de restos a pagar	19.394.402,70
— Saldo que passa para 1952	9.948.332,20
	64.625.666,10

Os gastos de maior vulto atendidos por conta de créditos especiais e extraordinários vão a seguir especificados:

	Cr$
— Obras do Abastecimento D'água em Marés que vinham sendo custeadas com recursos decorrentes de empréstimo e passaram a correr por conta dos saldos orçamentários, por se acharem esgotados aquêles recursos	6.501.311,30
— Iluminação pública e transportes urbanos, inclusive aquisição de ônibus e de motores para produção de energia elétrica, serviços que vinham sendo igualmente custeados por operações de crédito	6.475.327,60
— Materiais agrícolas: pulverizadores, tratores e acessórios	1.002.860,00
— Socorros às vítimas das chuvas torrenciais desta Capital e de Campina Grande, com a construção e reconstrução de 320 casas para os pobres	310.000,00
— Caminhões, camionetes, ambulâncias e automóveis para equipamento dos diversos serviços do Estado	2.179.524,00
— Socorros aos flagelados da sêca, além dos auxílios recebidos do Govêrno Federal	1.114.881,30
— Amortização e juros de parte dos empréstimos tomados pelos govêrnos anteriores ao Banco do Brasil, sendo que do último nenhuma prestação tinha sido paga	2.920.059,50

X — OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Conquanto não seja matéria do exercício encerrado, levo ao conhecimento da Assembléia a maneira como foi feita a operação de crédito autorizada pela Lei n.º 525, de 8|2|1951.

Em data de 12|11|1951, dirigi ao Presidente do Banco do Brasil S|A, a seguinte carta:

"GOVÊRNO DA PARAÍBA — João Pessoa, 12 de Novembro de 1951 — Presidente Ricardo Jaffet: — Ao assumir o Govêrno do Estado da Paraíba, a 31 de janeiro do corrente ano, deparou-se-me esta grave situação financeira: Uma dívida passiva de Cr$ 93.604.960,80, a par de uma previsão de receita de Cr$ 137.820.000,00 e da despesa orçada em Cr$ 151.463.520,00, dispondo, apenas, o Tesouro de Cr$ 1.715.866,60 em moeda corrente para atender, logo de entrada, ao pagamento do funcionalismo público, obrigação mensal que se elevava a mais de oito milhões de cruzeiros. Tinha ainda a administração que se inaugurava de manter obras de grande custo, como as de saneamento e serviços elétricos da Capital, custeadas, até então, pelo produto de empréstimo que acabava de esgotar-se e cujas prestações se iniciavam exatamente nêsse período, como novos ônus, sem contar, siquer, com dotações orçamentárias para ocorrer a êsse encargo.

Graças, porém, à adoção de outros métodos de arrecadação, a um regime fiscal que se assinalou pela sua honestidade e diligência, já em setembro tinha sido ultrapassada a renda prevista.

Utilizando, mediante autorização legislativa, os saldos apurados, muito além dos duodécimos, reativou-se a máquina administrativa cujos órgãos se atrofiavam por deficiência funcional; empreendeu-se uma campanha de produção, adquirindo material agrícola, financiando cooperativas e distribuindo sementes; tratou-se, finalmente, de concluir empreendimentos da administração anterior, já desprovidos de meios de financiamento destinados à sua execução, sendo dispendidos só nos serviços de abastecimento dágua e iluminação de João Pessoa cêrca de oito milhões de cruzeiros.

Aconteceu, porém, que, além de outros desfalques causados à economia paraibana pela ausência de chuvas na época normal das atividades rurais, a praga de lagarta re-

duziu a produção algodoeira, principal fonte de renda do Estado, de trinta e três milhões de quilos à estimativa de dez ou onze milhões, o que representa uma perda, conforme avaliou o Presidente da Associação Comercial de Campina Grande, de setecentos e cinqüenta milhões de cruzeiros, computando os subprodutos.

Vê-se, assim, atingido por um tremendo desequilíbrio o plano de recuperação econômica e financeira em que estava empenhado o meu Govêrno, consoante as linhas gerais da mensagem de primeiro de junho, estruturando os problemas essenciais e formulando os meios de resolvê-los.

Criando-se novas riquezas, seriam revigoradas as finanças públicas, para que a Paraíba pudesse promover o seu progresso com recursos próprios. Mas, nesta conjuntura, não poderemos, ao menos, tomar iniciativas que viriam atenuar as crises de subsistência, como a produção de leite para os centros de maior consumo que já sofrem um déficit mortal, a cultura do arroz que encontra condições excepcionais para o seu incremento nos vales úmidos do Município de Mamanguape, o plantio da mandioca e sua industrialização no Vale do Gramame e em fazendas do Estado para suprir a escassês de um produto que é a base da alimentação do povo, a organização da pesca, aproveitando, além das águas piscosas que vão até as Rocas, os extraordinários cardumes de albacora da Baía da Traição, uma rêde de armazém e um frigorífico para regular o abastecimento etc. Ressaltam outros problemas vitais, como o abastecimento dágua, a pavimentação das ruas principais da Capital que ainda se atolam na lama na época da chuva e se cobrem de poeira no verão e os transportes internos.

O que há de mais grave, entretanto, é que estamos na contingência de ver paralizadas obras de evidente utilidade pública, já em via de conclusão, como as já referidas de esgôto e iluminação pública, cujas despesas, de acôrdo com a mensagem que dirigi à Assembléia Legislativa, solicitando autorização para abertura de um crédito especial, montam a quarenta e setc milhões e seiscentos mil cruzeiros.

O interesse dêsses problemas locais, principalmente os de produção e transporte, integram-se nas soluções gerais. E, assim, os setores que realizam essas obras colaboram com as diretrizes centrais, merecendo, portanto, o seu concurso.

Distinguindo a valiosa função do Banco do Brasil na formação do nosso bem estar social e nosso aparelhamento material, seja no campo privado, seja na esfera administrativa, venho solicitar que, à maneira do que se tem feito em favor de outros Estados, seja concedido um empréstimo ao Estado da Paraiba, para evitar que o ano de 1952 seja perdido para o seu programa de reconstrução. Está o meu Govêrno autorizado pela Assembléia Legislativa do Estado, com o apôio da própria oposição a contrair empréstimos e realizar operações de crédito num montante de centenas de milhões de cruzeiros, tal a confiança depositada nessa ação reprodutiva. Creio tanto na capacidade de reconstituição da vida econômica do Estado, na reação de suas reservas úteis, se se normalizarem as condições de trabalho com a regularidade das chuvas, no próximo ano, que poderia assumir maiores compromissos. Mas satisfaz-se o meu Govêrno com um empréstimo de quarenta milhões de cruzeiros nas bases que forem estabelecidas, conforme o sistema que vem adotando êsse estabelecimento de crédito. E' o apêlo que estou traduzindo, confiante na sua esclarecida compreensão de administrador. Com o maior aprêço — Ass. José Américo".

De acôrdo com a citada Lei 525, de 8|2|1951, o empréstimo destinava-se obrigatóriamente à seguinte aplicação:

a) financiamento da lavoura e da pecuária;

b) aquisição de máquinas agrícolas para revenda aos agricultores, pelo preço do custo, acrescido das despesas realizadas com a compra;

c) aquisição de produtos de outros Estados, estocando-os para beneficiamento, quando necessário, visando o barateamento do custo de vida (art. 102 da Constituição Estadual);

d) incentivo e amparo ao cooperativismo (art. 103 da Constituição);

e) fomento da produção dos gêneros de primeira necessidade e amparo às indústrias que utilizem matéria prima da região;

f) instalação ou ampliação de serviços de água e esgôto nesta Capital e no interior;

g) amparo e incentivo à indústria da pesca;

h) outras finalidades de caráter reprodutivo.

Em data de 22|3|1952, foi lavrado e assinado o contrato respectivo que se subordinou às seguintes condições:

— Limite — quarenta milhões de cruzeiros.
— Juros — 8% ao ano.
— Comissão — 1|10% sôbre o valor do empréstimo.
— Resgate — em seis prestações, sendo cinco de Cr$ 6.666.000,00 cada uma, e uma de Cr$ 6.670.000,00, em 30 de abril e 30 de outubro de 1953, 30 de abril e 30 de outubro de 1954 e 30 de abril e 30 de outubro de 1955.
— Garantias — caução de apólices da dívida pública estadual, no valor nominal global de oitenta milhões de cruzeiros, a partir de setembro de 1952, recolhimento de parte da receita estadual em parcelas diárias mínimas de Cr$ 50.000,00; os juros das apólices caucionadas.

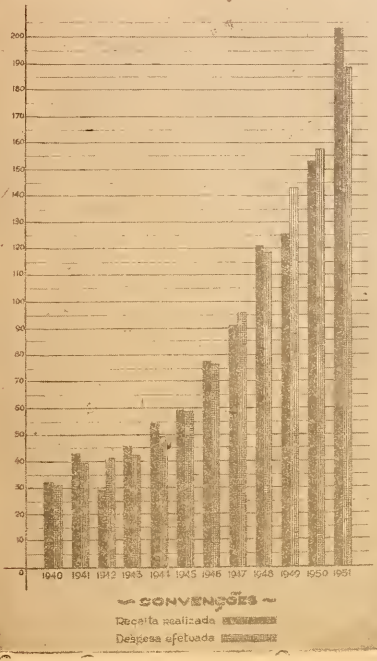
Tendo procurado dar a êsse empréstimo um caráter rotativo, aplicando-o de forma que reverta em grande parte em benefício das prestações a serem pagas nos prazos fixados salvo certas despesas, como as de produção que, por sua natureza, não comportam êsse regime.

Do mútuo, já recebeu o Estado a importância de Cr$ 30.000.000,00, que teve a seguinte aplicação:

	Cr$
Depósito nas Cooperativas de Crédito Agrícola	8.000.000,00
Depósito no Banco do Estado	6.000.000,00
Pavimentação da Capital	3.500.000,00
Melhoramentos (Serviços Elétricos, Rádio Tabajara, Corpo de Bombeiros, veículos para carga, transporte individual e coletivo)	3.750.978,80
Campanha da Produção (Tratores, cultivadores e sementes para revenda, construção de armazéns etc.)	5.589.941,00
Saldo em depósito, da importância recebida	3.159.080,20

Mas, a principal aplicação dêsses recursos extraordinários será feita em obras de saneamento e abastecimento dágua de cidades do interior, conforme planos já elaborados pelo Escritório Saturnino de Brito, a começar pela nova adutora do serviço de água e esgôto de Campina Grande, já em estudo.

RECEITA E DESPESA DO ESTADO NO PERÍODO DE 1940/1951.



OBRAS PÚBLICAS

I — ORGANIZAÇÃO

O Departamento de Obras Públicas exerce atividades de caráter administrativo e industrial, tendo a seu cargo a construção e conservação de próprios estaduais, administração de serviços contratados e assistência técnica a serviços em cooperação.

Sua organização compreende: Diretoria, Trabalhos Técnicos, Almoxarifado, Secção de Reparos e Cooperação, Obras e Construções e Oficinas de Serraria e Carpintaria.

II — OBRAS EM CONSTRUÇÃO

Em Janeiro de 1951, foram encontradas em construção as seguintes obras:

a) Sob regime de execução direta:

Grupo Escolar de Cajazeiras
Grupo Escolar de Marizópolis
Grupo Escolar de Aparecida
Grupo Escolar de Serra da Raiz
Grupo Escolar de Tacima
Grupo Escolar de Ibiara

b) Em administração contratada:

Colégio Estadual de Campina Grande, com as obras paralisadas
Edifício da Secretaria de Educação e Saúde, com uma pequena parte em fundação e cinta, paralisado
Hospital Regional de Campina Grande, custeado com verbas federais, paralisado

Abastecimento d'Água de Marés
Abastecimento d'Água de Alagoa Grande.

c) Em regime de fiscalização, com as suas obras também paralisadas:

Grupo Escolar de Jatobá
Grupo Escolar de Cuité
Grupo Escolar de Arara
Hospital Regional de Guarabira
Hospital Regional de Itaporanga

III — OBRAS CONSTRUÍDAS

Dispendeu o Govêrno a importância, de Cr$..... 210.830,80, para conclusão das seguintes obras iniciadas em administrações anteriores:

Grupo Escolar de Malta
Grupo Escolar de Remígio
Grupo Escolar de Serra da Raiz
Grupo Escolar de Marizópolis
Grupo Escolar de Tavares

Totalmente executadas pela atual administração, foram concluídas as obras abaixo relacionadas, em que o atual Govêrno empregou a importância de Cr$..... 707.942,70:

Ambulatório da Ilha Indio Piragibe
Reservatório d'água, banheiros e lavanderias no bairro da Tôrre
Reservatório d'água de Cruz das Armas
Pavilhão de verduras no Mercado Central
Pavilhão para máquinas na Fazenda "Simões Lopes"
Oficina de ferraria
Adaptação de prédio para o Pôsto Médico de Cruz das Armas
Estábulo modêlo na Granja "São Rafael"

Ainda foram realizados consertos, reparos e limpeza de edifícios em que se dispenderam Cr$ 705.087,70:

Quartel da Policia Militar
Secretaria do Interior e Segurança Pública
Secretaria de Educação e Saúde
Teatro "Santa Rosa"
Grupo Escolar "Santa Júlia"
Abrigo de Menores "Jesus de Nazaré"
Saneamento de João Pessoa
Escola Primária "Indio Piragibe"
Ponte "Indio Piragibe"
Palácio da Redenção
Rádio Tabajara
Tribunal de Justiça
Biblioteca Pública e Arquivo Estadual
Casa de Detenção
Imprensa Oficial
Hospital da Polícia Militar
Serviço de Assistência a Psicopatas
Serviço Especial de Abastecimento
Escola de Aplicação
Delegacia Especial de Investigações
Departamento dos Serviços Elétricos
Departamento da Produção
Abastecimento d'Água de Alagoa Grande
Saneamento de Campina Grande
Estância Hidro-Mineral de Brejo das Freiras
Grupo Escolar "Clementino Procópio"
Escola de Mataraca
Escola Rudimentar de Itaporanga
Escolas Reunidas de Serra Branca
Grupo Escolar de Baía da Traição
Grupo Escolar de Patos

Vê-se, assim, que as sedes dos serviços públicos se encontravam nas piores condições de conservação, muitas ameaçadas de ruína.

Procedeu-se à reconstrução da calçada de Tambaú, limpeza do pôço de Abastecimento d'Água de Tambaú e à reconstrução de casas de taipa em Cabedelo, obras em que foi gasta a importância de Cr$ 73.590,00.

Foram confeccionados 700,8 m2 de esquadrias e 420 carteiras escolares.

Dispenderam-se ainda, com adaptações no Almoxarifado, Cr$ 80.383,60 e com consertos de veículos nas oficinas do D.O.P. Cr$ 213.721,90.

IV — OBRAS EM ANDAMENTO

Prosseguiram, no 1.º trimestre de 1952, os trabalhos de construção de várias obras, salientando-se as seguintes:

Grupo Escolar de Cuité
Grupo Escolar de Aparecida
Grupo Escolar de Tacima
Grupo Escolar de Ibiara
Colégio Estadual de Campina Grande
Hospital Regional de Campina Grande
Abastecimento d'Água de Marés
Abastecimento d'Água de Catolé do Rocha

Foram referidas em outros capitulos desta Mensagem as obras realizadas pelos Departamentos de Serviços Elétricos, de Estradas de Rodagem, de Saúde e de Serviço Social; assim como as de emergência custeadas pela C. O. E. S. P. e as de pavimentação da Capital.

V — OBRAS PROJETADAS

Estão projetadas novas obras necessárias ao maior rendimento e bom funcionamento dos serviços públicos, como sejam:

Palácio das Secretarias, onde deverão ser reunidas tôdas elas, com exceção da de Finanças
Centros de Saúde de João Pessoa e de Campina Grande
Penitenciária modêlo na Capital e Cadeias Públicas no interior
Hotel em Tambaú e nas principais cidades do Estado, em cooperação com a Caixa Econômica Federal
Casa do Estudante da Paraíba, em cooperação com o Govêrno Federal
Hospital-modêlo na Capital e Postos de Higiene nas cidades do Interior
Centros de Puericultura na Capital e no Interior, em cooperação com a "Campanha Nacional da Criança", patrocinada pelo Senador Assis Chateaubriand
Biblioteca Pública.

É, porém, um programa para todo um período governamental.

OBRAS EM COOPERAÇÃO

I — OBRAS REALIZADAS

De Janeiro de 1951 a março de 1952, realizou o Govêrno diversas obras de imediata necessidade, na importância de Cr$ 426.469,60, em cooperação com as Instituições de utilidade pública abaixo relacionadas:

Casa do Calvário
Casa do Estudante de João Pessoa
Federação Paraibana de Futebol
Asilo de Mendicidade "Carneiro da Cunha" (reconstrução de 3 pavilhões)
15.º Regimento de Infantaria
Casa do Pobre
Educandário "Eunice Weaver"
Casa do Estudante de Campina Grande
Orfanato "Dom Ulrico"
Escola de "Santa Catarina", em Guarabira
Maternidade "Cândida Vargas" (muro e balaustrada)

Ainda atacou a construção do açude "Barra do Tamanduá", no município de Monteiro, em cooperação com o D.N.O.C.S., orçado em Cr$ 1.399.000,00.

II — FORNECIMENTO DE MATERIAIS

Cooperou também o Govêrno com o fornecimento de materiais de construção a diversas entidades e instituições como abaixo se relaciona:

Prefeitura da Capital
Colégio "São Pedro Gonçalves"
Teatro do Estudante
Círculo Operário Católico de João Pessoa
Pôsto Agro-Pecuário de Sapé
Faculdade de Ciências Econômicas
7.º Batalhão de Engenharia de Campina Grande
Prefeitura de Campina Grande

Escola de Agronomia do Nordeste
Instituto "Dom Adauto"
Grupo "Joaquim Nabuco"
Escola Espírita "Leopoldo Cyrne"
Flotilha de "Snipes" da Paraíba
Serviço Nacional de Malária
Colégio Nossa Senhora da Luz, de Guarabira
Ginásio "Nossa Senhora de Lourdes"

Com essa cooperação dispendeu o Estado a importância de Cr$ 201.768,80.

III — AUXÍLIO FINANCEIRO

Foram auxiliados várias instituições assistênciais e estabelecimentos particulares de ensino com recursos financeiros que se elevaram a Cr$ 2.945.000,00. Dentre os que se beneficiaram com essa cooperação, salientam-se:

	Cr$
Ordem do Calvário e Noelistas	100.000,00
Circulo Operário Católico	50.000,00
Instituto "D. Adauto"	50.000,00
Maternidade "Cândida Vargas"	100.000,00
Instituto dos Cegos da Paraíba	25.000,00
Escola Profissional "Padre Dehon"	70.000,00
Outras Instituições	105.000,00
Faculdade de Ciências Econômicas	250.000,00
Seminário Diocesano de Cajazeiras	200.000,00
Associação dos Servidores Públicos	20.000,00
Faculdade de Medicina	950.000,00
Hospital de "São Vicente de Paula"	150.000,00
Abrigo "Melo Matos"	36.000,00
Hospital Santa Isabel	180.000,00
Ginásio "Sparta"	12.000,00
Casa do Estudante da Paraíba	85.000,00
Fundação "Napoleão Laureano"	120.000,00
Escola Gratuita "São José"	6.000,00
Asilo do "Bom Pastor"	12.000,00
Faculdade de Direito da Paraíba	200.000,00
Centro de Assistência Social "Cônego Machado", de Patos	24.000,00
Conselho Regional de Desportos	20.000,00
Casa do Estudante de Campina Grande	60.000,00
Associação Paraibana de Cirurgiões Dentistas	20.000,00
Sociedade Médica de Campina Grande	100.000,00

Releva salientar que várias outras instituições e estabelecimentos particulares de ensino tiveram também as suas subvenções aumentadas, em alguns casos, para o dôbro do que recebiam.

O Govêrno considera que essa política de cooperação com a iniciativa privada, em setores de interêsse coletivo, representa inestimável serviço que o Poder Público está na obrigação de prestar ao povo.

OBRAS DE EMERGÊNCIA

I — ORGANIZAÇÃO

Quando da realização da Mesa Redonda do Algodão "Mocó", iniciada em Recife e Natal e concluída em Campina Grande, o Ministro da Fazenda propôs entregar aos Governos dos Estados nordestinos, então atingidos pela sêca, determinada importância distribuída pelo Presidente da República, a fim de ser empregada em obras de emergência e socorros públicos capazes de minorar os sofrimentos dos flagelados.

Neste sentido, recebeu o Govêrno os seguintes telegramas do Ministro Horácio Lafer:

> "H94, WESTERN, RIO, 115, 80, 24, 1858 — GOVERNADOR JOSÉ AMÉRICO JPESSOAPB — Nº 282, de 24.4.51 — Em aditamento e em caráter confidencial tenho a honra de comunicar a V. Excia. que Presidente da República autorizou fôsse atribuída Departamento Nacional Estradas Rodagem e por êste delegada ao Estado Paraíba para serviços e obras por V. Excia. julgados necessários quantia oito milhões cruzeiros pt Estou autorizando Banco Brasil entregar Govêrno V. Excia. quatro prestações mensais de dois milhões de cruzeiros, cada pt Atenciosas saudações — Horácio Lafer, Ministro da Fazenda".

Não estando suficientemente esclarecidas as atribuições do Govêrno na distribuição do auxílio recebido, fôram solicitados maiores detalhes, tendo o Ministro da Fazenda respondido nos seguintes termos:

"J46º XNQ 133, Riodf, 114, 26, 1830 — WEST

— GOVERNADOR JOSÉ AMÉRICO JPESSOAPB: Nº 299, de 26.4.51 — Em resposta seu telegrama esclareço ter V. Excia. absoluta autonomia aplicar numerário enviado a fim assegurar flexibilidade atendimento das necessidades que V. Excia. pelo conhecimento local é o melhor e único Juiz pt Pedi reserva pelo fato do suprimento anterior ter que ser legalizado posteriormente classificando-se para obediência das normas como suprimento ao D.N.E.R. por motivos processuais fato que não deve evitar o atendimento de necessidades urgentes pt Dai a conveniência do sigilo até a legalização definitiva por decreto executivo que não obsta a utilização por parte de V. Excia. desde logo no objetivo de atenuar conseqüências da sêca pt Atenciosas saudações — Horácio Lafer".

De possc dessa autorização, que era a mais ampla possivel, o Chefe do Govêrno resolveu criar um órgão próprio sob a sua presidência, ao qual ficasse atribuida a responsabilidade pelo encaminhamento e soluções dadas aos reiterados pedidos de abertura de serviços e socorros urgentes, procedentes de todo o sertão, que se debatia com a calamidade da sêca. Foi, assim, criada a Comissão de Obras de Emergência e Socorros Públicos, cuja composição ja foi referida.

II — ATIVIDADES

1. MOVIMENTO FINANCEIRO

O Govêrno do Estado recebeu do Govêrno da União e entregou à C.O.E.S.P. a importância de Cr$..... 11.500.000,00, da qual foi gasta, em 1951, a quantia de Cr$ 4.820.484,30, assim discriminada:

	Cr$
Serviços de construção e conservação de estradas	3.124.277,90
Reconstrução, construção e conservação de açudes e reservatórios	946.905,80
Campos de pouso	41.140,80
Veiculos, inclusive carros de mão	397.739,00
Material de consumo, equipamento de ser-	

viço, utensilios e despesas diversas .. 310.420,80

4.820.484,30

No 1.º trimestre de 1952, as despêsas realizadas pela C.O.E.S.P. elevaram-se a Cr$ 3.766.718,70, assim discriminadas:

	Cr$
Serviço de construção e conservação de estradas	2.186.718,70
Construção, reconstrução e conservação de açudes e reservatórios	1.500.000,00
Veículos, inclusive carros de mão	397.739,00
Material de consumo, utensilios e despesas diversas	310.440,80
Aquisição de sementes	80.000,00

2. ESTUDOS E PROJETOS

Em 1951, realizaram-se os seguintes estudos e projétos:

1 — Estrada Brejo do Cruz — Limites com o Rio Grande do Norte	
Exploração e locação	23,000 Km
2 — Estradas São João do Cariri — São José dos Cordeiros	
3 — Placas — Riacho dos Cavalos	
Exploração e locação	9,300Km
4 — Estrada Sumé — Congo	
Exploração e locação	3,680 Km
5 — Estrada Patos — Santa Luzia	
Exploração e locação	42,000 Km
6 — São José — Cipó	
Exploração e locação	27,400 Km

No 1.º trimestre de 1952 prosseguiram os serviços de estudos e projetos das estradas Sumé-Congo, São João do Cariri-São José dos Cordeiros, Riacho dos Cavalos-Placas e Taperoá-Destêrro.

Os dados referentes ao desenvolvimento dêsse serviço ficam assim resumidos:

Em 1951

Exploração	88,980 Km
Locação	88,980 Km

Em 1952

Exploração	73,000 Km
Locação	73,000 Km

3. CONSTRUÇÃO

Em 1951, o serviço de construções de estradas por verbas de emergência acusou os seguintes resultados:

1 — Estrada Brejo do Cruz — Limites com o Rio Grande do Norte	
Serviços preparatórios	238.000 m2
Plataforma construída	8,380 Km
2 — Estrada Patos-Santa Luzia	
Serviços preparatórios	140.000 m2
Plataforma construída	2,400 Km
Caminhos de serviço	3,200 Km
3 — Estrada Taperoá-Desterro	
Plataforma construída	10,570 Km
Revestimento	2,072 Km
Alvenaria em geral	9,700 m3
4 — Estrada São João do Cariri-São José dos Cordeiros — Limites com Pernambuco	
Serviços preparatórios	124.540 m2
Plataforma construída	5,430 Km
5 — Estrada Sumé-Congo	
Serviços preparatórios	6.000 m2
Corte	4.023 m3
Atêrro	5.648 m3
6 — Placas-Riacho dos Cavalos	
Serviços preparatórios	33.720 m2
Caminhos de serviço	1.800 m1
Plataforma construída	1.400 m1
7 — Ramal — Jericó	
Serviços preparatórios	65.000 m2

No 1.º trimestre de 1952, prosseguiram os trabalhos de construção, na seguinte ordem:

2,420 Km na estrada Sumé-Congo
2,820 Km na estrada São João do Cariri-São José dos Cordeiros
2,670 Km na estrada Riacho dos Cavalos-Placas
5,000 Km na estrada Taperoá - Destêrro

Os dados referentes à construção de estradas por verbas de emergência ficam assim resumidos:

Em 1951

Serviços preparatórios	607,260 m2
Plataformas prontas	9,180 Km
Valetamento	22,000 Km
Boeiros	2.700 m3
Caminhos de serviço	5,000 Km
Revestimento	2,720 Km

Em 1952

Plataformas prontas	12,910 Km
Revestimento pronto	1,000 Km
Valetamento	10,000 Km
Boeiros	6
Pontilhões	3

4. CONSERVAÇÃO

Foram executados vários serviços de conservação nas estradas do Plano Rodoviário Estadual, com o objetivo, principalmente, de dar trabalho às pessoas deslocadas pela sêca.

Êsses serviços, todos realizados em 1951, tiveram o desenvolvimento seguinte:

1 — Estrada Brejo do Cruz — Limites com o Rio Grande do Norte	
Reparos no leito	133.620 m2
2 — Estrada Brejo do Cruz — Riacho dos Cavalos	
Reparos no leito	10.340 m1
3 — Estrada Brejo do Cruz — São Bento	

Reparo no leito 3.040 m1

4 — Estrada Catolé do Rocha — Limites com o Rio Grande do Norte (Município de Patu)

Reparo no leito 109.480 m2

5 — Placas — Riacho dos Cavalos

Reparo no leito 5.380 m1

6 — Riacho dos Cavalos — São Bento

Reparo no leito 5.240 m1

7 — Estrada Central — Nazarézinho — Jatobá

Reparo no leito 2.770 m1

8 — Canto — São Francisco — Santa Cruz

Reparo no leito 8.260 m1

9 — Estrada Pombal — Paulista — Queimadas

Reparo no leito 28.570 m1

10 — Estrada Paulista — Lagoa

Reparo no leito 6.340 m1

11 — Estrada Santa Luzia — Patos

Reparo no leito 5.400 m1

12 — Estrada Santa Luzia — Junco do Seridó

Reparo no leito 37.080 m2

Revestimento 22.400 m2

Os dados referentes a êsse serviço têm o seguinte resumo:

Reparos em leito .. .. 118,340 Km

Revestimento .. .. 3,200 Km

Procurou-se, tanto quanto possível, dar um caráter de aplicação sistemática aos recursos recebidos. A principal finalidade dêsses serviços, porém, foi o amparo às populações flageladas. O operariado era admitido nas obras à medida que as procurava, não havendo limites de idade ou de número para a sua aceitação.

5. AÇUDAGEM

FORNECIMENTO D'ÁGUA

Além das atividades de construção, conservação e es-

tudos de estradas de rodagem, financiou a C.O.E.S.P. o fornecimento de água, em regime de emergência e a construção de pequenos açudes, tanques e cacimbas nas zonas atingidas pela sêca:

Água fornecida em 1951	1.458,05 m3
Localidades beneficiadas por êsse fornecimento	12
Caminhões-tanques adquiridos e utilizados no transporte d'água	6
Preço médio da lata dágua de 18 litros vendida na região .. .. Cr$	3,50
Prêço da água fornecida pela C.O.E.S.P. (lata de 18 litros) .. .. Cr$	0,50
Distância máxima da fonte de abastecimento para o centro de consumo ..	20 Km
Despesa da C. O. E. S. P., por lata .. Cr$	0,17

O fornecimento de água tornou-se indispensável a localidades com população até 10.000 habitantes, em virtude de se ter verificado o esgotamento dos mananciais, o que não ocorrera em nenhuma sêca anterior.

6. AÇUDES, TANQUES E CACIMBAS

Em 1951 (outubro a dezembro)

Açudes construídos	10
Tanques construídos	5
Cacimbas construídas	12
Operários empregados	1.721

DESPESAS EM 1951

	Cr$
Serviço de construção	613.563,70
Equipamento mecânico	332.168,50
Abastecimento d'água	14.731,80
Administração	39.636,00
	1.000.000,00

No 1.º trimestre de 1952 foram ainda construídos:

Açudes	6

Tanques e cacimbas 8

As despesas do Serviço de Açudagem no exercício vigente já atingiram o total de Cr$ 1.699.980,40, assim discriminados:

	Cr$
Serviço de construção	701.420,90
Equipamento-máquinas-oficinas	468.842,40
Administração	340.000,00
Abastecimento d'água	42.568,20
Instalação residência D.A R.	82.284,00
Estudos e projetos	64.864,90
	1.699.980,40

7. CAMPOS DE AVIAÇÃO

Também a C.O.E.S.P. financiou os serviços de construção dos campos de pouso de avião de Cajazeiras e de Juazeirinho, no município de Soledade, tendo dispendido cêrca de Cr$ 200.000,00 com êsses serviços.

8. DEPARTAMENTO DE ÁGUAS RURAIS

Com o aproveitamento da experiência do serviço de açudagem da C.O.E.S.P., o Govêrno criou o Departamento de Águas Rurais, cuja organização consta do Decreto n.º 431, de 23|4|1952 destinando-se a ampliar e manter em caráter permanente os serviços iniciados sob regime de emergência.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

I — ORGANIZAÇÃO

O Departamento de Estradas de Rodagem tem a seu cargo a construção, conservação e melhoramento das estradas constantes do Plano Rodoviário da Paraíba. Mantém residências nos municipios de Campina Grande, Patos, Cajazeiras e Sapé, que atuam como seus órgãos de serviço.

Os recursos de que dispõe são provenientes das quotas federais e estaduais estabelecidas pela Lei Federal n.º 302, de 13 de julho de 1948, que instituiu o Fundo Rodoviário Nacional. Recebe, ainda, do Govêrno da União, as quotas destinadas aos municípios do Estado, as quais se encarrega de distribuir, e, bem assim, as rendas provenientes de serviços a terceiros, juros bancários e rendas diversas.

II — ATIVIDADES EM 1951 E 1.º TRIMESTRE DE 1952

1. MOVIMENTO FINANCEIRO

a) RECEITA

	Cr$
Fundo Rodoviário Nacional (Estado)	16.009.829,90
Fundo Rodoviário Nacional (Municípios) ..	3.473.344,80
Dotação do Estado	4.166.666,10
Juros Bancários	53.222,50
Serviços a Terceiros	6.190,50
Rendas Diversas	6.616,60
	23.715.870,40

b) DESPESA

	Cr$
Administração Geral	4.387.865,90

Construção de Estradas	3.325.924,80
Conservação de Estradas	4.362.589,10
Estudos e Projetos	107.461,40
Desapropriações e Indenizações	178.556,00
Auxilio aos Municiplos	3.587.285,70
Aquisição de Veiculos e Máquinas	2.004.102,50
Aquisição de Imóveis e Instalações	11.314,80
Móveis e Utensílios	264.440 80
Equipamento Mecânico e Oficinas	1.356.878,/0
Diversos e Eventuais	193.250,90
Melhoramentos por Conta de Auxilio Federal	1.228.487,60
	23.008.158,00

2. DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR SERVIÇOS

a) CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS

	CrS
Estrada Alagoa Grande — Campina Grande	292.705,90
Estrada Antenor Navarro — Marizópolis ..	2.076.198,90
Estrada Cajazeiras — Conceição	1.583.435,80
Estrada Mamanguape — Camaratuba	104.157,50
Estrada Catolé do Rocha — Patu (RN) ..	163.658,90
Estrada Taperoá — Teixeira	844.520,70
Estrada Teixeira — Destêrro	61.247,10
	5.325.924,80

b) CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

	CrS
João Pessoa — Limites com Pernambuco ..	264.223,30
Santa Rita — Sapé	226.273,90
Cuitegi — Araruna	537.025,00
Esperança — Corta Dedo	11.256,00
Santa Rita — Itabaiana — Campina Grande	405.106,70
Itabaiana — Umbuzeiro	206.965,00
Sapé — Alagoa Grande — Campina Grande	1.188.409,30
Sapé — Limites com o Rio Grande do Norte	384.906,60
Soledade — Picui	153.545,50

Patos — Santa Luzia — Barra	20.728,00
Patos — Conceição — Limites com Pernambuco	145.916,00
Patos — Teixeira — Limites com Pernambuco	709.777,70
Santa Rita — Oratório	22.193,60
Triângulo — Catolé do Rocha — Brejo do Cruz	1.050,00
Teixeira — Princesa Isabel	52.487,00
Remígio — Picuí — Carnaúba dos Dantas	32.725,50
	4.362.589,10

c) MELHORAMENTOS POR CONTA DE AUXILIOS FEDERAIS

	Cr$
Melhoramento no traçado rodoviário Alagoa Grande — Alagoinha	38.979,90
Construção da Rodovia Cabaceiras — Central de Caruaru	191.021,50
Construção da Rodovia Guarabira — Araçagí — Mamanguape	642.456,30
Pavimentação da Rodovia João Pessoa — Cabedelo	356.029,90
	1.228.487,60

3. EQUIPAMENTO

Em janeiro de 1951, o D.E.R. dispunha do seguinte material:

5 motor-niveladoras
7 tratores
2 carros de assalto
2 rolos compressores
2 "scrapers"
2 britadores
5 plainas
2 betumeiras
2 bombas para água
1 motor de luz
1 classificador de pedras

1 automóvel "Mercury"
1 micro-ônibus
2 camionetes
11 caminhões
4 caminhões-"jeeps"

Uma das motor-niveladoras teve de ser consertada, no que foram dispendidos Cr$ 80.000,00. Dois tratores "Caterpiller" D-6 estavam imprestáveis. Um dos carros de assalto fôra encostado como sucata. Faltava o motor de um dos compressores. Das cinco plainas sòmente duas podiam ser usadas. Dos onze caminhões, apenas dois apresentavam satisfatório estado de funcionamento. Todos os caminhões "jeeps" estavam em precárias condições.

A fim de suprir as deficiências verificadas foram adquiridos:

1 "trator-escavador" equipado com "shovel" para cavar e carregar
6 caminhões-basculantes
3 caminhões de carrosseria fixa
5 camionetes
1 "Utility Dodge"

Torna-se ainda indispensável a aquisição de mais 15 caminhões-basculantes, 1 escavadeira e 2 motor-niveladoras.

4. ESTUDOS E PROJETOS

Em 1951, realizaram-se estudos e projetos conforme a exposição a seguir:

1 — Estrada Teixeira — Princesa Isabel — Exploração	11,300 Km
2 — Estrada Alagoa Grande — Campina Grande — Exploração	5,000 Km
3 — Estrada Esperança — Corta Dedo — Exploração	21,000 Km
4 — Estrada Teixeira — Taperoá (Trecho Destêrro-Taperoá) — Locação	32,000 Km
5 — Estrada Cajazeiras — Jatobá — Locação	34,000 Km

6 — Estrada Santa Luzia — Junco do Seridó (variante para retificação). Locação .. .. 1,500 Km
7 — Estrada Mamanguape — Limites R. N. — Locação .. .. 13,000 Km
8 — Estrada Remígio — Esperança — Locação (variante de retificação) .. .. .. 3,100 Km
9 — Estrada Taperoá — Estaca Zero — Exploração .. .. 10,180 Km
10 — Estrada João Pessoa — Campina Grande — Exploração .. .. 26,400 Km
11 — Estrada Antenor Navarro — Limites R.N. — Locação .. .. 32,640 Km
12 — Estrada Guarabira — Araçagí — Mamanguape — Exploração .. . . 6,000 Km

No 1.º trimestre de 1952, prosseguiram êsses trabalhos, que tiveram o seguinte desenvolvimento:

— Concluidos os estudos do trecho final de acesso ao Pôrto de Cabedelo;
— Em andamento os estudos do trecho final da estrada Campina Grande — Alagoa Grande:
— Estudo de um pontilhão, no trecho Alagoa Grande — Alagoinha;
— Feitos os estudos totais e concluidos os projetos do trecho Corta Dedo — Esperança;
— Concluídos os estudos necessários á retificação do trecho Itabaiana — Serrinha:
— Efetuados todos os estudos a fim de obter um novo traçado, reduzindo o percurso de 54 para 42 quilômetros, do trecho Patos — Santa Luzia — Junco do Seridó;
— Concluídos todos os estudos do trecho Taperoá — Estaca Zero;
— Em andamento os estudos da estrada Piancó — Garrotes — Princesa Isabel — Flores (Pe);
— Realizados os estudos completos do trecho Luiz Gomes (RN) — Uiraúna — Antenor Navarro.

Os estudos e projetos realizados ficam assim resumidos: Em 1951:

Exploração	79,880 Km
Locação	116,240 Km

No 1.º trimestre de 1952:

Locação	55,000 Km
Exploração	55,900 Km
Total da área explorada	135,780 Km
Total da área locada	172,140 Km

5. CONSTRUÇÃO

Durante o ano de 1951 foram executados serviços de construção de estradas, conforme a relação seguinte:

1 — Estrada Cajazeiras — Jatobá

Serviços preparatórios	127,220 Km
Plataforma em corte	1,640 Km
Plataforma em atêrro	4,160 Km
Valetas laterais	3,280 Km
Boeiros	21 Km
Valetas de proteção	4,760 Km
Pontilhões	—
Caminhões de serviço	20,000 Km

2 — Estrada Destêrro — Taperoá

Serviços preparatórios	162,300 Km
Plataforma em corte	2,000 Km
Plataforma em atêrro	5,020 Km
Valetas laterais	4,000 Km
Valetas de proteção	3,943 Km
Boeiros	2
Pontilhões	—
Caminhos de serviços	6,280 m1
Cêrca	3,075 m1

3 — Estrada Antenor Navarro — Marizópolis

Plataforma construida	4,280 Km
Pontilhões	11

Boeiros	7
Revestimento	14,500 Km

4 — Estrada Alagoa Grande — Campina Grande

Serviços preparatórios	16,200 m2
Corte	10,200 m3
Atêrro	7,800 m3
Valetas laterais	562,000 m1
Valetas de proteção	1,400 m1
Boeiros	1
Muro de arrimo	1

5 — Estrada Mamanguape — Limites R. N.

Serviços preparatórios	3,000 m2
Corte	12,200 m3
Atêrro	6,800 m3
Valetas laterais	5,300 m1
Valetas de proteção	102,000 m1
Revestimento	4,850 m1

6 — Estrada Guarabira — Araçagi — Mamanguape

Corte	10,850 m3
Atêrro	3,020 m3
Boeiros	1

7 — Estrada Queimadas — Cabaceiras

Corte	2,220 m3
Atêrro	2,005 m3

8 — Estrada João Pessoa — Cabedelo

Revestimento em asfalto	1,581 m1

No primeiro trimestre de 1952, os trabalhos de construção desenvolveram-se da seguinte maneira:

— Construidas uma ponte de 15 metros e outra de 8 metros de vão, no trecho Serraria — Arara;

— Concluído um pontilhão de 4 metros de vão no ramal Várzea Nova — Alagoa Nova — Lagoa Sêca, uma ponte com 12 metros de vão;
— Em construção, uma ponte de 12 metros de vão, sôbre o riacho Marinho, no trecho Alagoa Grande — Campina Grande;
— Construídos 14 boeiros e iniciado um pontilhão de 4 metros, no trecho Alagoa Grande — Alagoinha;
— Iniciada a construção de uma ponte com 12 metros de vão, sôbre o rio Una, no trecho BR — 23, Itabaiana;
— Construídos um muro de arrimo e um boeiro, no trecho Itabaiana — Umbuzeiro;
— Construídos 4 boeiros e um muro de arrimo, no trecho BR — 23, Ingá;
— Construídos 9,5 Km no trecho Destêrro — Taperoá;
— Construídos 6 Km no trecho Cajazeiras — Jatobá;
— Concluído o revestimento da estrada Antenor Navarro — Marizópolis, num total de 19 Km e contratadas 4 óbras d'arte.
— Estão em andamento os serviços de construção da estrada de Catolé do Rocha — Patu, embora prejudicados pelo inverno;
— Construídos 10 Km de revestimento do trecho Teixeira — Destêrro, faltando 11 para sua conclusão;
— Construídos 10.861 metros lineares de revestimento, no trecho Patos — Teixeira;
— Construídos os 6 Km restantes entre Teixeira e os limites com Pernambuco;
— Construídos 4.444 metros lineares de revestimento no trecho Mamanguape — limites com o Rio Grande do Norte.

Os serviços de construção de estradas ficam assim resumidos:

Em 1951:

Serviços preparados	308.720,000 m2
Plataforma oronta	28,500 Km
Valetamento	21,977 Km
Boeiros	32
Pontilhões	11
Caminhos de serviço	26,280 Km
Revestimento	20,850 Km

Cêrca	3,075 Km
Muro de arrimo	1
Revestimento de asfalto	1.581 Km

Em 1952:

Plataforma pronta	17.500 Km
Revestimento pronto	60,300 Km
Valetamento	12,000 Km
Boeiros	60
Pontilhões	5
Muro de arrimo	2

Os trabalhos de construção das estradas Cajazeiras — Jatobá — Desterro — Taperoá fôram atacados em regime de urgência em fevereiro de 1951, principalmente para dar colocação a trabalhadores desempregados em consequência da sêca, sendo socorridas, de início, 1.800 pessoas.

6. CONSERVAÇÃO

Os serviços de conservação tiveram, em 1951, grande desenvolvimento, conforme exposição a seguir:

1 — Estrada João Pessoa — Cabedelo	
Em asfalto	31.147 m2
2 — Estrada João Pessoa — Limites Pe.	
Reparo no leito	128.000 m1
Desobstrução de boeiros	5
Revestimento	2.805 m2
3 — Estrada João Pessoa — Santa Rita	
Reparo em paralelepípedo	1.111 m2
Reconstrução de boeiros	2
4 — Estrada Santa Rita — Itabaiana — Campina Grande	
Reparo no leito	146.823 m1
Revestimento	18.869 m2
Reparo em «mata-burro»	2
5 — Estrada Santa Rita — Sapé	
Roço	5.130 m2

Limpa	23.210 m2
Reparo no leito	46.192 m1
Valetamento	7.892 m1
Revestimento	1.076 m2
Desobstrução de boeiro	1

6 — Estrada Sapé — Alagoa Grande — Campina Grande

Reparo no leito	238.764 m1
Revestimento	81.117 m2
Reconstrução	9.352 m2
Boeiros tubulares	2
"Mata-burro"	2
Desobstrução de boeiro	1

7 — Estrada Itabalana — Umbuzeiro

Reparo no leito	87.867 m1
Revestimento	30.404 m2
Boeiro tubular	1
Desobstrução de boeiros	1
Muro de arrimo	145.580 m3

8 — Estrada Remígio — Picuí — Carnaúba dos Dantas

Reparo no leito	29.244 m1
Revestimento	920 m2
Reparo em «mata-burro»	1

9 — Estrada Cuitegi — Araruna

Reparo no leito	203.963 m1
Valetamento	7.057 m1
Revestimento	15.753 m2
Reparo em «mata-burro»	3
Construção de boeiros tubulares	11

10 — Estrada Sapé — Mamanguape — Rio Tinto

Reparo no leito	96.959 m1
Revestimento	952 m2
Construção de boeiros	1
Construção de pontes	1
Reparo em «mata-burro»	4

11 — Estrada Soledade — Picuí

Reparo no leito	69.832 m1
Revestimento	1.170 m2
Construção de boeiro	1

12 — Estrada Patos — Teixeira — Limites Pe.

Revestimento	134.740 m2
Reparo no leito	117.610 m1
Desobstrução de boeiro	13

13 — Estrada Patos — Conceição — Limites Pe.

Reparo no leito	61.470 m1

14 — Estrada Cajazeiras — Conceição

Serviços preparatórios	1.360 m2
Reparo no leito	38.973 m1
Valetamento	1.635 m1

De janeiro a março de 1952, prosseguiram os serviços de conservação, obtendo-se os seguintes resultados:

— Conservação em vários trechos das estradas federais: João Pessoa — Cabedelo, João Pessoa — limites com Pernambuco;
— Café do Vento — Sapé e Sapé — Mulungu, em virtude de o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem não ter atacado em tempo êsses serviços;
— Recomposição do leito da estrada Santa Rita — Espírito Santo — Sapé, para posterior revestimento; no lugar Saboeiro; foram revestidos 600 metros, em virtude de ser o trecho que se encontrava em piores condições;
— No ramal Sapé — Mamanguape foram executados os serviços normais de conservação e revestimento;
— Na estrada Guarabira — Mamanguape — Rio Tinto realizaram-se os serviços de conservação no trecho já construído e na carroçável até Araçagi;
— Foram realizados serviços de melhoramentos e alargamento de curvas no trecho da Serra do Espinho, da estrada Cuitegi — P i l õ e s — Bananeiras —

Araruna;

— Realizaram-se serviços de revestimentos no trecho Pilões — Serraria;
— Manteve-se a conservação normal na estrada Borborema — Pirpirituba;
— Concluido o revestimento entre Areia e Alagoa Grande, permitindo enfrentar o inverno em ótimas condições;
— No ramal Várzea Nova — Alagoa Grande — Lagoa Sêca, continuaram os serviços de conservação, o que permitirá tráfego permanente em todas as estações do ano;
— Realizados 6 Km de revestimento no trecho Remigio — Areia;
— Realizaram-se os serviços de conservação no trecho Itabaiana — Umbuzeiro;
— No trecho Ingá — Itabaiana, continuaram os serviços de reparo do leito;
— Realizaram-se melhoramentos na estrada Boa Vista — Cabaceiras e serviços normais de conservação na estrada Soledade — Pedra Lavrada — Picuí;

Os serviços realizados com a conservação de estradas ficam assim resumidos:

Em 1951:

Em asfalto	31.147 Km
Em paralelepipedos	1.111 m2
Reparo em leito	1.264.652 Km
Revestimento	287.806 m2
Valetamento	17.184 Km
Construção e reconstrução de boeiros	18
Muros de arrimo	145.583 m

Em 1952:

Reparo em leito	300,00 Km

A rêde rodoviária do Estado, sob os cuidados do D. E.R., abrange um total de 1.200 Km. Dispondo de verba insuficiente para a conservação de todas as estradas, deliberou-se conservar apenas as de maior importancia, atacan-

do-se o revestimento de algumas delas e a construção de obras d'arte em várias outras, a fim de garantir tráfego permanente.

7. ASSISTENCIA RODOVIARIA AOS MUNICIPIOS

Embora organizada em 1950, sòmente a partir de 1951 funcionou a Divisão de Assistência Rodoviária aos Municipios, conforme dispõe a Lei Federal n.º 302, de 13|7|1948. Êste órgão tem ação fiscalizadora periódica e já promoveu a organização do cadastro das rodovias municipais, com a verificação das distâncias e enunciado da quilometragem, o que era, as vêzes, ignorado pelas próprias municipalidades. Foi equipada a divisão de veículo próprio para transporte, o que tem facilitado o preenchimento do seu objetivo, tornando-se, entre outros resultados, possível determinar a quilometragem das rodovias municipais, que se eleva a 7.188,60 Km.

8. PLANOS E ESTUDOS

Quanto aos planos do D.E.R., vem manifestando o Govêrno sua orientação no sentido de fazer estudos e atacar serviços, principalmente no interêsse de reincorporar à economia estadual a dos municípios até agora condenados ao isolamento ou a escoarem os seus produtos pela fronteira, como Umbuzeiro, Princesa Isabel, Caiçára, etc.

Interessa, igualmente, a reintegração de algumas zonas, notadamente das praias ao sul da Capital.

9. REVESTIMENTO DA ESTRADA — TRONCO

Embora não seja um serviço a cargo do Govêrno do Estado, merece o revestimento da estrada-tronco BR — 23, que liga a Capital a Cajazeiras, registro nesta mensagem.

Levantando-se insistente e generalizado clamor contra o estado de conservação dessa estrada que se desgastara em anos de abandono a ponto de tornar-se intransitável, dirigi à Bancada Federal o seguinte telegrama, por intermêdio do Senador Ruy Carneiro:

"Peço convocar as nossas Bancadas da Câmara e do Senado para expôr o seguinte caso que assume

o caráter de c a l a m i d a d e pública: desde o início do Govêrno venho apelando para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem salvasse nossas estradas, condenadas ao desaparecimento pelo abandono em que se achavam sem os necessários trabalhos de revestimento e mesmo de simples conservação. Advertia-o da ameaça de ruina total dêsse patrimônio se não procurássemos recuperá-lo antes da época das chuvas. Chegando do Rio encontrei a mesma situação. O residente Campina Grande informa não dispôr de verba nem de material. Os motoristas de todo o Estado levantam verdadeiro clamor alegando duplo e triplo tempo para vencer os percursos, além dos danos irreparáveis ocasionados aos veículos. Reduz-se por isso o tráfego com enormes prejuizos para o comércio e outras relações dentro e fora do Estado. Teme-se dentro de poucos dias a interrupção do trânsito na rodovia central, no momento em que ainda se escôa a pequena safra e começa a campanha da produção com a distribuição de materiais e sementes. Rogo procurarem o Presidente da República, o Ministro da Viação e o Diretor do Departamento de Rodagem, apelando para m e d i d a s urgentes. Alegando o Departamento não dispôr de recursos, sugiro a apresentação de projeto abrindo crédito especial para custear essa obra de emergência que, pelo seu caráter, poderia, correr, aliás, por crédito extraordinário de iniciativa do Executivo. O Ministro da Viação e o Diretor do Departamento, corrigindo a injustiça decorrente do fato de nos ter cabido apenas duas pequenas estradas quando Estados vizinhos tiveram oito e mais, prometeram destacar uma verba de emergência para atacarmos mais três. Estou disposto a renunciar essa concessão se a mesma verba for empregada imediatamente na retificação, revestimento e conserva das estradas federais existentes na Paraíba. Estou certo de que o Presidente Getúlio que já percorreu tantas vêzes nossas estradas, e conhece o seu valor, não deixará que elas se percam. (Ass.) José Américo, Governador".

Compareceu ao Palácio do Govêrno, por determinação do Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o Engenheiro-Chefe do 4.º Distrito, sediado em Recife, que trazia ordens para dar imediato início aos trabalhos de revestimento nos trechos João Pessoa — Campina Grande, Campina Grande — Patos e Patos — Cajazeiras.

Não sendo suficientes os recursos de emergência de que dispunha o D.N.E.R. para êsses serviços, renunciei, como prometera, à importância de Cr$ 3.000.000,00, que tinha cabido à Paraíba, em favor do revestimento da Estrada — Tronco, cujo tráfego ameaçava completa paralização, se não recebesse imediata assistência.

Felizmente, atacados os trabalhos nos vários trechos, foi possível evitar êsse prejuízo que teria sido o mais ruinoso para tôda a economia do Estado.

PAVIMENTAÇÃO

I — FUNDO DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM

1. ORGANIZAÇÃO

No último trimestre de 1951 encaminou o Govêrno à Assembléia Legislativa projetos de lei criando o Fundo Estadual de Pavimentação de Estradas de Rodagem e assegurando os recursos para a execução dêsse plano. Convertidos em lei, começaram a vigorar em janeiro de 1952. Essa organização dispõe de 30% das rendas do Departamento de Estradas de Rodagem, além dos recursos provenientes de três décimos do Impôsto de vendas mercantis e das taxas de pedágio e rodoviário, exclusivamente destinados à pavimentação. Suas disponibilidades, recolhidas ao Banco do Estado e em poder do D.E.R., já se elevam no corrente exercício a Cr$ 7.605.086,40, assim discriminados:

	Cr$
Impostos e Taxas	5.652.821,90
30% sôbre a receita do D.E.R.	1.952.264,50

2. PLANO DE PAVIMENTAÇÃO

O plano de pavimentação inclui, não só a estrada central BR-23, que liga o litoral ao alto sertão, como várias estradas da zona do brejo, mais diretamente castigadas pelas chuvas rigorosas. A sua execução terá início logo após a época chuvosa, o mais tardar até agôsto.

O D.E.R. já concluiu os estudos de toda a extensão do trecho entre Santa Rita e Campina Grande, num total de 111 Km. Concluiu, igualmente, o estudo da variante de 25 Km destinada a melhorar o traçado da referida estrada

na zona montanhosa próxima a Campina Grande, já em condições de ser imediatamente atacada.

Está o Govêrno em entendimento com a emprêsa norte-americana Morrison Knudsen que se propõe, mediante financiamento do "Import and Export Bank", encarregar-se das obras de pavimentação. Não sendo possível a modalidade proposta, que tem a vantagem dos prasos longos, serão as obras atacadas por outras formas de financiamento já estudadas.

No trecho João Pessoa-Goiana, a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, tiveram início os estudos necessários, estando as obras em via de execução. Ainda êste ano será aplicada a importância de Cr$ 5.507.417,00, reservada, de acôrdo com uma emenda apresentada no Senado pelo atual Governador da Paraíba, para comêço dêsse serviço.

II — PAVIMENTAÇÃO DA CAPITAL

1. ORGANIZAÇÃO

Os principais bairros residenciais desta Capital, com suas ruas e avenidas ornamentadas por uma arquitetura moderna, de há muito reclamavam pavimentação adequada que os libertasse da lama no Inverno e da poeira no verão.

Pela Lei n.º 570, de 10|10|1951, foi o Govêrno do Estado autorizado a estabelecer um convênio com a Prefeitura da Capital para colaborar nesse melhoramento.

Em 11|10|1951, constituída uma Comissão autônoma, não remunerada, composta de um diretor técnico, um diretor comercial, um diretor secretário e dois membros fiscais, indicados pelas Secretarias de Agricultura, Viação e Obras Públicas e das Finanças, foram-lhe conferidos poderes para abrir concorrência, dar início aos serviços, pagar os contratantes, extrair as contas das áreas pavimentadas, etc., tendo entrado imediatamente em funcionamento.

2. ATIVIDADES

Iniciadas no fim do exercício passado, as obras já apresentam no exercício vigente considerável desenvolvimento, como indicam os dados seguintes:

PAVIMENTAÇÃO:

Metros quadrados	53.603

Despesas .. .. Cr$ 6.539.437,80

TERRAPLANAGEM:

Metros quadrados 64.549
Despesas .. .. Cr$ 384.861,10

MEIO FIO:

Metros lineares 3.712
Despesas .. .. Cr$ 142.326,40

GALERIAS:

Metros lineares 1.089
Despesas .. .. Cr$ 28.486,30

ADMINISTRAÇÃO:

Despesas com o funcionalismo .. .. Cr$ 52.304,20

EQUIPAMENTOS:

Despesas com ferramentas e conservação de veículos .. .. Cr$ 23.763,90

As despesas realizadas já totalizam Cr$ 7.241.179,70 e referem-se a trabalhos executados em várias artérias, salientando-se as Avenidas Almirante Barroso, Maximiano de Figueirêdo, João Machado e Epitácio Pessoa, cuja pavimentação, concluída ou em fase de acabamento, permite aquilatar o relevante benefício trazido por êsse melhoramento, não só à estética, como à higiêne e ao tráfego público da Capital do Estado.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PORTO DE CABEDELO

I — ORGANIZAÇÃO

A idéia da concessão do Pôrto de Cabedelo nasceu no Governo do Presidente João Pessoa, o que só se concretizou pelo Decreto-lei n.º 3.197, de abril de 1931, sendo Ministro da Viação o atual Governador do Estado. Iniciou-se a construção contando-se com os recursos correspondentes ao produto da taxa-ouro, que voltou, conforme a reforma de iniciativa do mesmo Ministério, a ser aplicada com essa finalidade.

O Pôrto de Cabedelo, explorado pelo Estado, é uma entidade autárquica sob a direção de um Administrador Geral e de um Conselho Administrativo. Acha-se ligado á Capital por uma estrada de ferro e outra de rodagem, revestida de asfalto e por via fluvial, que dá acesso a embarcações de pequeno calado.

II — ATIVIDADES EM 1951

1. EQUIPAMENTO

Durante o exercício de 1951 foram feitas as aquisições seguintes:

	Cr$:
3 guindastes de pórtico, no valor de ..	2.716.000,00
6 autos-carro-transporte e 1 auto-guindaste giratório, no valor de	551.600,00
1 empilhadeira elétrica com 4 H.P. e 800 Kg de capacidade de elevação, no valor de	33.483,20
2 grupos "Diesel", 1 de 120 e outro de	

180 H.P., no valor de 687.000,00
1.000 m de cabo isolado com borracha, para guindaste, no valor de 140.750,00
62 Kg de fio magneto para enrolamento e 180m de fio para outros serviços, no valor de 5.234,00
1 carro extintor de incêndio, com capacidade para 360 L e 1 balanço para pesar até 500 Kg., no valor de 28.550,00
900 m de trilhos de perfil especial, com tala rebitada, e parafuso de fixação e execução, no valor de 342.000,00
3 balanças com gancho, para guindastes, de 3.000 e 6.000 Kg de capacidade, no valor de 18.200,00

2. MELHORAMENTOS

Foram ainda melhorados o escritório e as oficinas da Administração, com os seguintes materiais:

Máquinas de furar, de esmerilhar, de amolar navalhas e pertences para soldar, etc. no valor de 220.000,00
3 máquinas elétricas para mecanização do serviço burocrático, no valor de 168.000,00

Procedeu-se, ainda, aos seguintes reparos e conservação:

Reparos na rêde elétrica
Mudanças de cantoneiras no coroamento do cais
Consêrto e colocação de cadeados nas portas dos armazéns
Conservação da cortina de aço
Pintura de todos os guindastes, armazéns, portões e grades de ferro

Dando início à construção de um novo armazém, foram adquiridos os materiais seguintes:

10.400 Kg de ferro
Tábuas para fôrma de concreto
476,70 m3 de pedra britada.

Dispenderam-se com essas aquisições Cr$ 197.091,00.

Já foi aberta concorrência pública para o fornecimento da estrutura metálica do armazém.

III — REFORMAS

Foi remetido ao Diretor Geral do Departamento de Portos, Rios e Canais o orçamento detalhado para a cobertura da área livre entre os armazéns 3 e 5 das docas do Pôrto, obra estimada em Cr$ 482.240,00 e destinada ao armazenamento de cargas pesadas.

As principais reformas, porém, por que deverá passar o Pôrto de Cabedelo, constam do projeto já entregue aos membros da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, compreendendo tôdas as construções e aquisições necessárias ao seu reaparelhamento.

Prevê o projeto, orçado em Cr$ 54.920.000,00, as seguintes obras, aquisições e melhoramentos, acompanhados da respectiva estimativa em cruzeiros e dólares:

N.º de Ordem	Discriminação	Estimativa Cr$	Estimativa US $
I	Serviço de 500.000 m3 (quinhentos mil metros cúbicos) de dragagem da barra, canal de acesso e bacia de evolução	12.000.000,00	600.000,00
II	Prolongamento de 300 (trezentos) metros lineares de cais acostável	15.000.000,00	750.000,00
III	Construção de um (1) armazém externo com 2.000 (dois mil) metros quadrados	3.000.000,00	170.000,00
IV	Construção de 2 (dois) armazéns internos, com 2.000 (dois mil) metros quadrados cada	6.800.000,00	340.000,00

V Construção de 1 (um) armazém frigorífico .. .	2.500.000,00	125.000,00
VI Cobertura de 1.560 (um mil e quinhentos e sessenta) metros quadrados de área	900.000,00	45.000,00
VII Aquisição de 600 (seiscentos) metros de trilhos de perfil especial, com tala rebitada, inclusive parafusos de fixação e execução, pesando cêrca de 42 (quarenta e dois) quilos por metro	300.000,00	15.000,00
VIII Aquisição de um guindaste de pórtico de 10 (dez) toneladas	1.500.000,00	75.000,00
IX Aquisição de 2 (dois) guindastes de pórtico de 1 ½ (um e meio) tonelada	1.000.000,00	75.000,00
X Reconstrução e reequipamento das oficinas ..	1.200.000,00	60.000,00
XI Construção de 1 (um) prédio para o escritório da Administração	800.000,00	40.000,00
XII Aquisição de 1 (um) auto guindaste giratório com capacidade para 4.000 (quatro mil) quilos	440.000,00	22.000,00
XIII Aquisição de 1 (uma) locomotiva Diesel de 80 (oitenta) H.P.	400.000,00	20.000,00
XIV Aquisição de 6 (seis)		

empilhadeiras com capacidade de elevação até 1.000 (mil) quilos	180.000,00	9.000,00
XV Aquisição de 1 (um) rebocador	2.000.000,00	100.000,00
XVI Captação, construção de adutora e distribuição dágua	6.000.000,00	300.000,00
Total:	54.920.000,00	2.746.000,00

Com as reformas e melhoramentos constantes do projeto encaminhado à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, calcula-se que a expansão dos serviços do Pôrto de Cabedelo possibilite o seguinte movimento financeiro dentro dos próximos dez anos:

Anos	Receita	Despesa	Economia
1952	6.581.000,00	5.900.000,00	681.000,00
1953	7.223.000,00	6.460.000,00	763.000,00
1954	8.186.000,00	7.320.000,00	866.000,00
1955	8.989.000,00	8.020.000,00	969.000,00
1956	10.273.000,00	9.160.000,00	1.113.000,00
1957	11.236.000,00	10.000.000,00	1.236.000,00
1958	12.521.000,00	11.040.000,00	1.481.000,00
1959	13.805.000,00	12.290.000,00	1.515.000,00
1960	14.768.000,00	13.140.000,00	1.628.000,00
1961	16.052.000,00	14.290.000,00	1.762.000,00
Totais:	109.634.000,00	97.620.000,00	12.014.000,00

Em igual período, a estimativa da receita correspondente ao produto da Taxa de Emergência multiplicada sôbre a tonelagem movimentada, seria de:

Anos	Tonelagem	Valor
1952	205.000	1.025.000,00
1953	225.000	1.125.000,00
1954	255.000	1.275.000,00

1955	280.000	1.400.000,00
1956	320.000	1.600.000,00
1957	350.000	1.750.000,00
1958	390.000	1.950.000,00
1959	430.000	2.150.000,00
1960	470.000	2.300.000,00
1961	500.000	2.500.000,00
Soma	34.150.000	17.075.000,00

Somando-se a estimativa da arrecadação da Taxa de Emergência às rendas ordinárias do Pôrto, obter-se-á o total de Cr$ 29.089.000,00 para o primeiro decênio, o que indica margem suficiente para a amortização, no período de vinte anos, da dívida a ser contraída para as reformas dêsse serviço.

IV — MOVIMENTO FINANCEIRO

A receita e a despesa do Pôrto de Cabedelo, no exercício de 1951, foram as seguintes:

Receita	Cr$	6.233.746,90
Despesa	Cr$	5.621.300,40
Saldo que passou para o exercício de 1952	Cr$	612.446,50

Estabelecendo-se um confronto entre as cifras acima e as do exercício de 1950, cuja receita foi de Cr$ 4.572.042,80, contra uma despesa de Cr$ 4.394.652,62, verifica-se um aumento na arrecadação de Cr$ 1.661.703,10 e, conseqüentemente, uma diferença a mais de Cr$ 435.055,32 entre os saldos de 1950 e de 1951.

Releva sallentar que, no exercício de 1951, teve a Administração do Pôrto de efetuar o pagamento de cêrca de Cr$ 350.000,00, referente ao repouso remunerado que deixara de ser pago pela administração anterior desde janeiro de 1949.

O produto da arrecadação da Taxa de Emergência, no ano de 1951, atingiu a Cr$ 1.144.386,30. Recolhido o saldo líquido ao Banco do Brasil S.A., conforme dispõe o Decreto-lei n.º 8.311 de 6|12|1945, foi o depósito ali disponível

elevado a Cr$ 4.881.068,20, importância exclusivamente destinada ao melhoramento e ampliação do Pôrto de Cabedelo.

SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO

Acha-se abreta a concorrência, pelo Departamento de Portos, Rios e Canais para a dragagem da barra que está se obstruindo.

O mesmo Departamento atacou, ultimamente, atendendo a um apêlo formulado pelo Governo do Estado, as obras de defesa da Praia de Ponta de Matc, que vêm sofrendo forte erosão. Correspondendo a um apêlo da mesma origem, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento defende, igualmente, a Praia de Tambaú dos danos causados, periòdicamente, pelas inundações.

Visando a uma justa remuneração dos Portuários, foi feito, êste ano, o aumento dos Doqueiros, mais ou menos nas bases por êles solicitadas.

A administração do Pôrto passou a subvencionar, para maior regularidade dos transportes para esta Capital, a Emprêsa que faz êste serviço.

Empenhou-se o Govêrno do Estado para o melhoramento de vários serviços de comunicação, obtendo os seguintes resultados:

— Inauguração da "Rádio Internacional", antiga aspiração da Paraíba, em Campina Grande, no próximo mês;
— Entendimentos para instalação da "Western Telegraph Co." ainda êste ano;
— Entendimentos para encampação da Emprêsa "Sul Americana de Telefones S.A.", visando sua melhoria e ampliação;
— Acôrdo com a Emprêsa "Aero-Norte" para o estabelecimento de uma linha aérea entre João Pessoa e Cajazeiras, compreendendo também Brejo das Freiras e Princesa Isabel;
— Cooperação para construção dos campos de pouso de Cajazeiras e Soledade e melhoramento do de Itaporanga e Santa Rita, sendo que êste e o de Campina Grande terão soluções definitivas, conforme o plano encaminhado à Bancada Federal do Estado para obtenção de verbas, elaborado pela 2.ª

Zona Aérea;

— E, finalmente, auxílio ao Aero-Clube de João Pessoa, para formação de novas turmas de pilotos e melhoramento de suas instalações.

Foi montada uma estação de rádio-comunicação na Estância Balneária de Brejo das Freiras, sendo plano do Govêrno o desenvolvimento dêsse serviço abrangendo as principais cidades do Estado.

SERVIÇOS ELÉTRICOS E TRANSPORTE COLETIVO

I — ORGANIZAÇÃO

A Repartição dos Serviços Elétricos da Paraíba, antiga Emprêsa Tração, Luz e Fôrça, encampada pelo Estado, foi reorganizada pela Lei n.º 625, de 28 de novembro de 1951, e instituida em órgão de natureza autárquica, sob a denominação de Departamento dos Serviços Elétricos da Capital. Controla os serviços de luz e fôrça e de transportes urbanos.

Constituido de uma Diretoria e duas Divisões, Técnica e Administrativa, o D.S.E.C. está subordinado à fiscalização legal, técnica e contábil de um Conselho Administrativo, cujas deliberações são obrigatória e imediatamente encaminhadas, pelo Secretario da Agricultura, Viação e Obras Públicas, ao Governador do Estado, para decisão final.

Para o abastecimento de energia elétrica da Capital pelo qual é responsável, foram encontrados pelo atual Govêrno na Usina Central duas unidades de 950Kwa e na Usina Auxiliar de Cruz das Armas três grupos geradores de menos capacidade, somando todos a potência de 1.160 Kwa.

No govêrno anterior foi encomendada à Fábrica Stal uma unidade de 2.500 Kwa, cujo recebimento só se dará no fim do corrente ano.

A caldeira "Babcock", aquirida à firma Babcock & Wilcox, de Londres, por intermédio de Ayres, Son S|A., de Recife, somente agora foi recebida. Na aquisição dessa unidade o atual govêrno dispendeu a quantia de Cr$ ..... 1.074.002,00, por não se encontrar depositada, conforme cláusula do contrato, a importância de seu pagamento.

II — ENERGIA ELÉTRICA

1. MELHORAMENTO

A fim de aliviar a sôbrecarga das usinas geradoras e melhorar a iluminação da cidade, em grande parte mergulhada nas sombras, foram adquiridos:

1 conjunto "Diesel" de 4 motores, no total de 390 Kwa, instalado no bairro de Cruz das Armas, no valor de Cr$ 951.740,00.

2 grupos "Diesel" no total de 390 H.P. instalados na vila de Cabedelo, cujo abastecimento de energia elétrica deixou de depender da Usina Central, no valor de Cr$ 687.000,00.

1 Motor "Diesel" de 700 H.P. destinado a fornecer luz e fôrça ao conjunto residencial "Jardim Miramar" e á praia de Tambaú e aos bairros Santa Julia e Torrelândia, no valor de Cr$ 1.300.000,00.

Foi ainda recondicionada uma caldeira "Babcock", da Usina Central, assim como um motor «Surzer», que voltará a funcionar nestes dias.

Procedeu-se ao melhoramento e extensão de linhas de baixa tensão, no total de 5.120 metros, salientando-se o prolongamento da rêde de Cabo Branco, em Tambaú, de 1.000 metros e o de Marés, de 3.800 metros.

Juntamente com a caldeira "Babcock" foram adquiridos 4 tambores de vapor e água, assim como 4 economizadores de combustivel. A firma «Babcock & Wilcox», falta ainda entregar material no valor de Cr$ 579.567,00, cujo pagamento correrá à conta do crédito aberto pelo Decreto n.º 390, de 20 12 1951.

A produção de energia elétrica em 1951 foi de ..... 11.601.480 KW, verificando-se um acrescimo de ..... 1.356.726 KW. sôbre a produção de 1950. O número de instalações elevou-se a 12.734, tendo havido um aumento de 1.194 sôbre o ano anterior.

2. TRANSPORTES

a) CARRIS URBANOS

Foram extendidos 1.960 metros de trilhos de bondes da linha de Mandacaru, dispendendo-se a importância de Cr$ 567.500,00. Repararam-se vários carros que tinham sido retirados da circulação, alguns dos quais já se acham em serviço, devendo funcionar em breve os restantes.

A renda do tráfego geral de bondes, no exercício de 1951, atingiu a Cr$ 1.423.715,20, constatando-se o aumento de 133% sôbre a receita do exercício de 1950, que foi apenas de Cr$ 610.878,30.

b) SERVIÇO DE ÔNIBUS

Tendo se agravado o problema do transporte popular para os bairros de Cruz das Armas, Oitizeiro e Jaguaribe, com a extinção da emprêsa que explorava êsse serviço, o Govêrno resolveu tomar a si o encargo, atribuindo, ao D.S.E.C. o serviço de transporte de passageiros para aquêles subúrbios, em veículos automotores.

Inicialmente, foram adquiridos seis ônibus "Chevrolet" tipo 1951, com lotação para 60 passageiros, no que dispendeu o Estado a importância de Cr$ 1.437.000,00.

No presente ano, nova aquisição foi feita de mais seis unidades, que custaram ao Estado a importância de Cr$ 1.452.000,00, elevando-se a 12 a frota de ônibus em circulação, abrangendo novos trechos da cidade.

A renda bruta do tráfego de ônibus, até 31 de dezembro, foi de Cr$ 597.540,40. Deduzida a despesa de Cr$ ..... 208.793,60 com pessoal, material, combustível e lubrificantes, resulta o saldo líquido de Cr$ 388.746,80.

Êsse serviço, inteiramente criado pelo atual Govêrno, foi decisivo para a solução do problema de transportes urbanos desta Capital, encontrado em janeiro de 1951, nas condições mais precárias, obrigando a população ao sacrifício das filas intermináveis e à insegurança nas suas necessidades de comunicação e transporte.

III — MOVIMENTO FINANCEIRO

RECEITA E DESPESA

A receita geral dos Serviços Elétricos, em 1951, atin-

glu a importância de Cr$ 8.269.534,90. Confrontada com a de 1950, no montante de Cr$ 6.000.482,90, verifica-se o aumento de Cr$ 2.269.052,00, igual a 37,8%. A despesa elevou-se a Cr$ 5.822.470,80. Durante o primeiro trimestre do corrente ano já foi dispendida com a aquisição de materiais e o rsequipamento dos Serviços Elétricos, a importância de Cr$ 2.666.112,60.

IV — REFORMAS

Convidou o Govêrno o Engenheiro Luiz Vieira a vir à Paraiba tendo planejado as principais reformas por que estão passando os Serviços Elétricos, as quais consistem no reaparelhamento completo da Central Elétrica, com um custo previsto de, aproximadamente, Cr$ 5.000.000,00 constante de:

Construção de 1 tanque de refrigeração
Idom, de 2 tanques de óleo combustivel
Idem, de bases para a nova turbina que deverá chegar ainda no corrente ano.
Idem, de bases para as novas caldeiras a serem adquiridas
Aquisição de bombas para água de alimentação dos motores

Encanamentos, sobresselentes, etc.

Com as novas instalações planejadas, os Serviços Elétricos estarão em condições de aguardar o fornecimento da energia de Paulo Afonso, esperado para 1954. Entrementes, encaminhou o Govêrno uma consulta à Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco sôbre a data possível da extensão de suas rêdes até a Paraíba, cuja resposta poderá modificar os planos enunciados.

São os preços de água, luz e transporte cobrados pelo Govêrno, talvez os mais baratos de todo o País. E deverão assim ser mantidos, em benefício de tôda a coletividade.

PRODUÇÃO

I — ORGANIZAÇÃO

O Departamento da Produção é o órgão que superintende as atividades produtoras da vida rural do Estado. Diretamente subordinado à Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, a sua ação se exerce paralela à de variados serviços que visam o fomento, a orientação técnica, a defesa, a seleção, a conservação e outros fins concernentes ao desenvolvimento da produção vegetal e animal. Fôra encontrado pelo atual Govêrno desprovido do equipamento necessário ao preenchimento de suas finalidades. Dispunha de uma só máquina em condições de trabalho, tendo sido gastos Cr$ 250.000,00 em reparos para que pudessem funcionar nove outras restantes. O único veículo de transporte que possuía estava imprestável.

II — ATIVIDADES

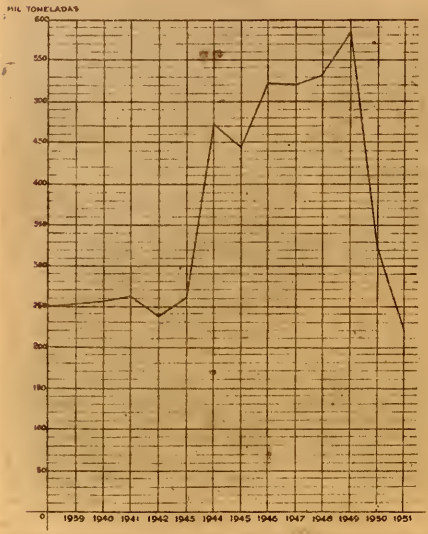
1. CAMPANHA DA PRODUÇÃO

A produção vegetal não acompanhava o consumo. Quanto ao algodão, mantinha-se quase estacionária e, quanto a outros produtos, caia aos índices mais baixos. Sobreveio em 1951, a calamidade da sêca, tornando improdutivas extensas areas nas zonas do Sertão e Cariri. Criou-se, assim, uma situação desesperadora para a economia do Estado, que teve de procurar em outras Unidades Federadas, não só gêneros alimentícios para o abastecimento de sua população, como matérias primas para movimentação de suas fábricas.

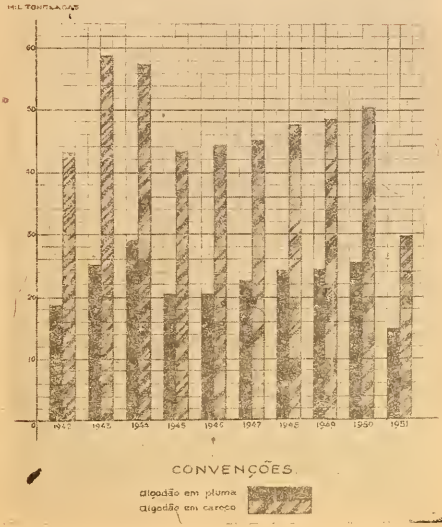
Os gráficos a seguir demonstram essa situação à luz dos dados estatísticos do nosso principal produto expor-

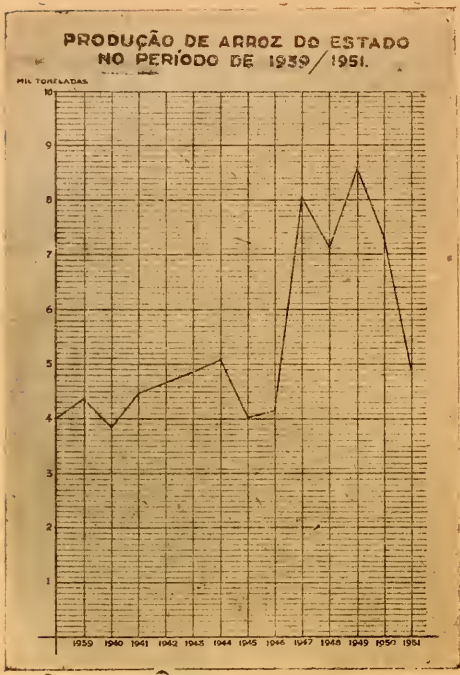
tável — o algodão — e dos principais produtos de alimentação, como a mandioca, o feijão e o arroz:

PRODUÇÃO DE MANDIOCA DO ESTADO NO PERÍODO DE 1939/1951.

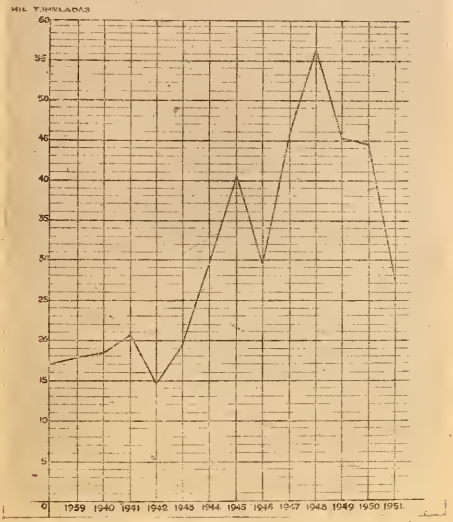


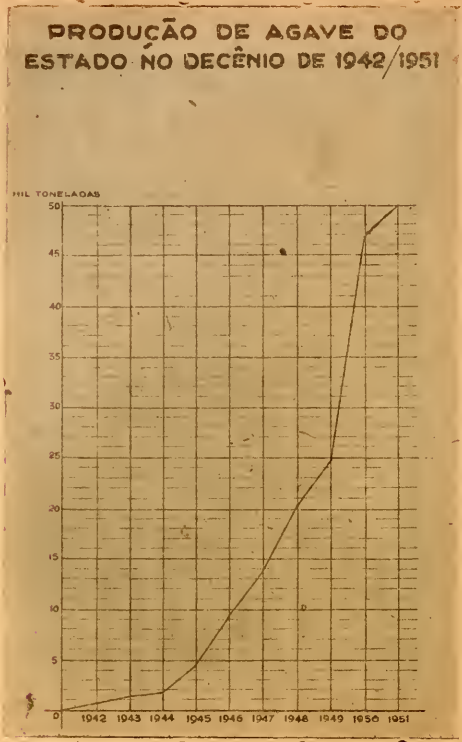
PRODUÇÃO DE ALGODÃO DO ESTADO NO DECÊNIO 1942/51




PRODUÇÃO DE ARROZ DO ESTADO
NO PERÍODO DE 1939/1951.
MIL TONELADAS
10
9
8
7
6
5
4
3
2
1
1939 1940 1941 1942 1943 1944 1945 1946 1947 1948 1949 1950 1951

PRODUÇÃO DE FEIJÃO DO ESTADO NO PERÍODO DE 1939/1951.

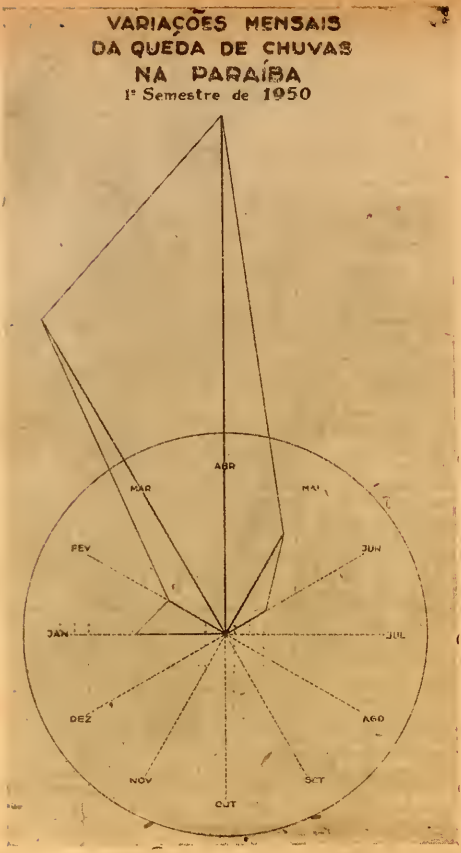




Causas naturais irremovíveis determinaram essa crise de produção do Estado. Prolongou-se, anormalmente, o

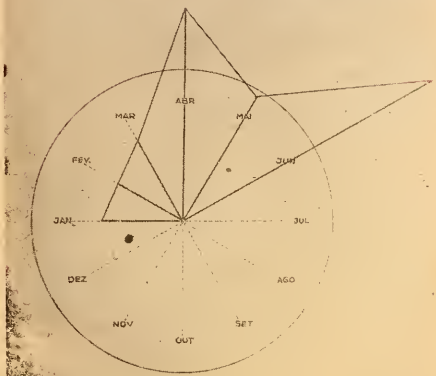
verão até abril e, em junho, caíram chuvas excessivas no litoral, na caatinga e no brejo, prejudicando as plantações e danificando as estradas, além de numerosas casas de residência nesta Capital, Campina Grande, Santa Rita e Umbuzeiro. O quadro a seguir, comparativo da pluviosidade em 1950 e 1951, referente ao primeiro semestre, que é quando são fundadas as culturas, comprova as irregularidades do clima de que se originara a crise:

MÊSES E ANOS	PLUVIOSIDADE, POR ZONAS (mm)							
	Litoral e Mata	Agreste e caatinga litorânea	Brejo	Agreste e caatinga central	Médio sertão dos cariris velhos	Seridó	Baixo sertão do Piranhas	Alto sertão
Janeiro								
1950	158,9	78,5	280,3	152,1	255,7	76,3	732,2	1.362,3
1951	111,7	57,1	133,4	20,1	581,1	20,0	989,9	963,4
Fevereiro								
1950	171,8	38,9	209,2	78,9	325,2	—	272,6	668,2
1951	162,6	25,4	106,4	70,1	255,8	51,0	1.106,9	860,8
Março								
1950	1.057,2	941,2	925,1	649,1	1.233,5	293,4	3.875,4	3.611,9
1951	80,4	42,9	282,7	59,6	315,4	1,0	1.410,0	1.021,7
Abril								
1950	1.676,6	1.742,0	1.109,9	882,5	2.103,2	232,4	4.908,7	5.217,8
1951	486,0	308,4	372,1	197,7	311,6	64,0	2.756,3	3.043,6
Maio								
1950	1.075,0	1.166,7	588,9	447,8	294,1	17,4	220,6	243,7
1951	833,1	556,3	477,1	410,2	261,4	28,0	1.621,9	931,0
Junho								
1950	706,8	305,1	284,6	150,9	113,0	—	8,4	61,5
1950	2.746,1	2.344,4	1.769,0	1.231,0	601,7	27,0	773,2	764,0
1951	1.610,9	3.333,9	3.156,7	1.978,7	2.327,0	182,0	8.693,2	7.634,5
Totais do semestre	4.356,3	4.272,4	3.393,5	2.361,3	2.324,7	679,5	10.517,9	11.165,4


VARIAÇÕES MENSAIS
DA QUEDA DE CHUVAS
NA PARAÍBA
1º Semestre de 1950
ABR
MAR
MAI
FEV
JUN
JAN
JUL
DEZ
AGO
NOV
SET
OUT

VARIAÇÕES MENSAIS DA QUEDA DE CHUVAS NA PARAÍBA

1º Semestre de 1951



Para recuperar os estragos causados, primeiro pelas deficiências e, em seguida, pelos excessos da pluviosidade, teve o Govêrno de lançar mão de recursos e meios extraordinários, empreendendo uma intensa campanha de produção que se desdobrou em mecanização da lavoura, campos para seleção e multiplicação de sementes e várias outras atividades, como passo a referir.

2. MECANIZAÇÃO

Urgia, antes de tudo, mecanizar a lavoura. De Janeiro de 1951 até março de 1952 foram adquiridos para equipamento dos serviços de produção os seguintes veículos:

58 tratores equipados, sendo 4 com "bulldozer"
12 caminhões "Chevrolet"
2 caminhões "Austin"
1 caminhão "White"
4 camionetes «Ford»

Adquiriram-se ainda várias máquinas de tração animal e implementos agrícolas destinados á revenda, avultando os seguintes:

6.500 cultivadores
12.000 enxadas para cultivadores
60.000 enxadas manuais
5.617 pulverizadores e polvilhadeiras.

A Secção de Fomento Agrícola Federal, serviço mantido em regime de acôrdo entre o Estado e o Ministério da Agricultura, adquiriu, também, para revenda, 67 tratores equipados, de vários tipos e capacidades.

Ainda em cooperação com a Secção de Fomento Federal foi organizado um Curso de Tratoristas, tendo sido diplomada a primeira turma de 22 técnicos, já distribuidos de acôrdo com as necessidades da mecanização agrícola.

3. ÁREAS EM COOPERAÇÃO

A deficiência de boas sementes para fundação das safras tornara-se fator depreciativo da produção e prin-

cipal responsável pelo ínfimo rendimento do trabalho agrícola. Selecionar e multiplicar as variedades e linhagens de maior valor, notadamente no que toca ao algodão, tradicional sustentáculo da economia do Estado, teria que ser o trabalho mais urgente. Pequenos núcleos isolados, de multiplicação de linhagens realmente valiosas pelas suas características de produtividade e valor industrial, não atendiam às necessidades da grande lavoura.

Empreendeu-se, preliminarmente, a substituição por linhagens nobres dos velhos algodoais sertanejos, híbridados e, em grande parte, já esgotados, solução que se impunha como única medida para o soerguimento global da nossa produção de fibra longa. Foram os seguintes os resultados dêsse plano:

— Área total de 1.600 hectares, mo-cultivada, nas zonas do cariri e do sertão, plantada exclusivamente com sementes selecionadas do algodão «mocó», principalmente da variedade «P-46» obtida na Fazenda «Pendência», do Estado, permitindo a estimativa de 450 toneladas de novas sementes que se destinarão ao plantio de uma área mínima de 45.000 hectares.

Para o algodão "herbáceo", próprio da zona da mata e do agreste, foram preparados também centros de multiplicação nos municípios de Itabaiana, Ingá, Pilar e Sapé. Eis os resultados alcançados:

— Área total de 3.500 hectares, plantada exclusivamente com a variedade "Campinas 817", de elevado rendimento, precocidade e uniformidade da fibra.
— Renovação dos algodoais das zonas da mata e da caatinga, com a introdução de outras variedades importadas de São Paulo, altamente selecionadas, como o «Texas».

Estendeu-se o serviço de cooperação a outras várias culturas, notadamente de produtos alimentícios, conseguindo-se êstes resultados:

— Área total de 1.900 hectares, plantada com semen-

tes de cereais, rigorosamente selecionadas.

— Tentativa de fixação do homem à terra, escolhendo-se para essa cooperação pequenos lavradores e foreiros que mostraram desejo de martê-la.

Ficou, assim, inteiramente preparada e plantada, com o auxílio dos tratores de que dispõem os serviços de fomento, uma área total de 7.000 hectares.

4. DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

Não dispondo o Estado de sementes selecionadas e em quantidade suficiente, teve que obtê-las nas melhores fontes locais e de outros Estados. Foram adquiridas as seguintes, parte em cooperação com o Ministério da Agricultura:

— Sementes de algodão da variedade "Campinas 817" e "Texas"	1.200.000 Kg
— Idem, idem, da variedade «Mocó»	294.590 Kg
— Idem, idem, da variedade "Herbáceo" ..	596.000 Kg
— Sementes de milho	131.960 Kg
— Sementes de arroz	40.584 Kg
— Sementes de feijão "Mulatinho" .. .	111.200 Kg
— Idem, idem, "Macássar"	30.311 Kg

Foram ainda adquiridas ou produzidas nas propriedades oficiais mudas de plantas alimentícias, ornamentais, etc., assim como tubérculos-sementes, conforme a relação abaixo:

Mudas de café	120.000
Mudas para reflorestamento	213.169
Mudas de coqueiro	44.205
Mudas de fruteiras diversas	9.505
Mudas ornamentais	7.111
Enxertos de fruteiras	32.339
Tubérculos de batatinha	18.942

Das sementes de plantas alimenticias foram distribuidas gratuitamente a agricultores pobres 60 toneladas de milho e 110 toneladas de feijão "mulatinho", conjuntamente com 6.000 enxadas manuais. As mudas e sementes res-

tantes foram vendidas com abatimento de 50% do prêço do custo. Todos os tubérculos-sementes de batatinha estavam devidamente expurgados e protegidos contra o ataque do «pseudococus-maritimus», principal responsável pela decadência que se vem registrando na cultura da batatinha na Paraíba.

5. DEFESA SANITÁRIA VEGETAL

Um dos aspectos da lavoura paraibana que se encontrava, mais do que os outros, esquecido, é o que se relaciona com a defesa sanitária. Tudo quanto havia nesse setor era primário e ineficiente, consideradas as proporções dos danos que as pragas causavam anualmente às lavouras, devorando em média 50% das colheitas nos campos e nos celeiros. No ano passado, a safra do algodão foi reduzida a pouco mais de um terço pela ação do "curuquerê", o que representou um golpe dos mais severos na economia privada e pública.

O atual Govêrno iniciou intensa e ininterrupta campanha de proteção à lavoura, não somente através da divulgação de métodos de combate, como, igualmente, mediante a distribuição, em larga escala, de inseticidas e aparelhos para exterminio das pragas.

Cedido pelo Ministério da Agricultura encontra-se na Paraíba o renomado técnico José Eurico Dias Martins, sob cuja direção organizou-se um serviço especializado que, além de estudar várias pragas e doenças, promove o seu combate.

Para defesa dos coqueirais, tão intensamente praguejados que a sua produção vái se tornando anti-econômica, assim como para a de outros vegetais de alto porte, fôram adquiridos dez pulverizadores de alta-pressão, capazes de elevar o jato à altura de 14 metros.

Manteve-se a cooperação com o serviço federal de Defesa Sanitária Vegetal, o qual, em 1951 e no corrente ano, contribuiu para a defesa das culturas do Estado com o seguinte material e equipamento:

Arsênico	30.318 Kg
Mistura	40.300 Kg
B-H-C	36.958 Kg
Fenatox	11.000 Kg

Sulfato de Cobre	131 Kg
Enxôfre	5.160 Kg
Brometo de Metila	2.037 Kg
Extintor "Werneck"	404 unidades
Pulverizadores e polvilhadeiras	2.280 unidades

Foi, dêsse modo, possível garantir o bom estado sanitário das culturas no ano em curso, debelando-se os surtos de pragas que surgiram nos mandiocais de Mamanguape e nos algodoais de vários centros produtores.

Registra também o Govêrno a cooperação que recebeu das Associações Comerciais e de emprêsas privadas, como a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA) e Anderson, Clayton & Cia. Ltda., que, espontaneamente, trouxeram o seu concurso à campanha de combate às pragas da lavoura.

6. CONSERVAÇÃO DOS PRODUTOS

No período das entre-safras comumente escasseiam cereais e grãos leguminosos, que atingem, por isso, preços elevadíssimos. Logo após as colheitas o lavrador negocia sua produção, tanto pela carência de dinheiro como por falta de depósitos que garantam sua conservação por algum tempo.

Tomou, por isso, o Govêrno, a iniciativa de instalar nos principais centros de produção grupos de silos de grande capacidade. Já alcançou êsse plano os seguintes resultados:

Adquiriram-se 17 silos com capacidade de 60 toneladas cada um.

— Foram escolhidos os municípios de Campina Grande, Guarabira, Itabaiana e Patos para instalação dêsses silos.

— Construção de um armazém para batatinha, do prêço de custo de Cr$ 360.000,00.

— Constroem-se, ainda, sob a orientação de um técnico especializado, silos subterrâneos, localizados nas principais cabeças de zona de produção, já estando bastante adiantada a construção, na Fazenda "Mangabeira", da primeira unidade.

Serão os silos subterrâneos os primeiros a se instala-

rem no País, não constituindo mais uma experiência de vez que o sistema já vem sendo praticado com êxito na Argentina, para conservação do trigo.

7. CAMPOS DE SELEÇÃO E MULTIPLICAÇÃO DE SEMENTES

Além dos campos em cooperação, iniciaram-se os preparativos para a instalação dos seguintes campos destinados ao melhoramento e multiplicação de variedades agrícolas de reconhecido valor econômico:

2 campos para cana de açúcar, em cooperação com o Instituto do Açúcar e do Álcool, localizados nos municípios de Cruz do Espírito Santo e Areia, visando proceder à renovação dos canaviais, sobretudo na zona dos engenhos.

1 campo de coqueiro, localizado no faixa litorânea destinado a produzir variedades do maior rendimento agrícola e industrial e incentivar e racionalizar a cultura dessa palmácea.

1 campo de cajueiro, também situado no litoral, com a finalidade principal de selecionar e fixar variedades altamente produtivas.

A vantagem da manutenção dêsses campos ficou demonstrada com os resultados já obtidos na Fazenda "Pendência", onde foi feita a seleção do tipo "Mocó P-46", cujas sementes estão sendo multiplicadas pelo atual Govêrno na mais larga escala. Apresenta essa variedade característica da mais nobre linhagem, como se vê pelo quadro abaixo:

— Produção por hectare	535 Kg
— Comprimento da fibra	36/38 mm
— Resistência (índice «Pressley»)	7,5
— Pêso por centímetro	135
— Porcentagem de fibra	30%
— Brilho	Ótimo

Um total de 1.250 hectares foi plantado, êste ano, com sementes do tipo "P-46".

8. FRUTICULTURA

A despeito de sua importância econômica, a fruticultura paraibana tem permanecido praticamente abandonada, faltando sôbretudo assistência técnica e defesa sanitária aos fruticultores. Cêrca de 70% dos enxertos distribuidos pela Estação Experimental de Espírito Santo e Hôrto «Simões Lopes», especialmente de variedades citrícolas, morrem logo após o plantio definitivo. A cultura da bananeira que, em tempos passados, era próspera e lucrativa, está reduzida às minguadas plantações de quintais. Êsse decréscimo, acaba de verificar o técnico convidado pelo Govêrno, deve-se à disseminação do «mal de Panamá» e do «cosmopolitis sordidus», que devastam as principais zonas de plantio, bastando referir que a grande maioria de mudas e enxertos saidos da Estação Experimental já é portadora de doenças fatais.

Fez o Govêrno plantar em diversos estabelecimentos públicos 25.000 mudas de bananeiras, provenientes da zona sertaneja, isenta de pragas. Cooperou para o desenvolvimento de vários pequenos pomares na zona do rio Gramame, cujas condições ecológicas favorecem a citricultura, tendo distribuido gratuitamente 6.000 enxertos. Foi criada uma secção destinada ao amparo à fruticultura, sob a direção de um especialista.

O Hôrto «Simões Lopes» produziu êste ano 153.571 mudas e enxertos, o dôbro de sua produção o ano passado, indicando a observação direta e a opinião dos especialistas que a Paraiba possui condições agro-climáticas favoráveis à cultura da uva em escala comercial, na zona do brejo, faixa oriental do agreste e do litoral, foi ali instalado um parreiral com enxêrto de variedades de classe, como «Niagara», branca e rósea.

9. GÊNEROS DE SUBSISTÊNCIA

A elevação do custo da vida é, em parte, uma consequência da falta de produção de gêneros alimentícios. As principais zonas de produção sofreram a incidência da sêca, prejudicando o desenvolvimento das culturas e, em muitos casos, aniquilando-as, como no sertão e no cariri. Tornou-se necessário evitar as migrações em massa por falta de meios de subsistência, tendo sido criado o Serviço Es-

pecial de Abastecimento, que se encarregou da distribuição de gêneros de alimentação em todo o Estado. A solução definitiva, porém, era incentivar o cultivo de cereais, grãos leguminosos e outros produtos alimentícios, o que foi feito sempre em escala crescente desde o aparecimento das primeiras chuvas, utilizando-se inclusive processos desconhecidos na região, como a cultura irrigada por meio de bombas-motor, experiência que deu promissores resultados.

O que antes se fazia no setor do fomento como fonte de produção, restringia-se às culturas de algodão e agave. O atual Govêrno estendeu essa cooperação à cultura das espécies alimentares, integrando as propriedades do Estado, como unidades produtoras, para o abastecimento da coletividade.

Foram os seguintes os principais resultados obtidos nesse setor:

— A cultura do feijão castigada por moléstia e reduzida em suas colheitas, recebeu outra orientação técnica, tendo sido introduzidas sementes da variedade «Goianinha», tida como resistente nas próprias zonas infestadas.

— A cultura da batatinha, introduzida no Estado em 1906 e praticada por processos empíricos, foi agora renovada, cuidando-se, ao mesmo tempo, da assistencia técnica a essa lavoura, da fertilização artificial das áreas de cultivo e da multiplicação de três variedades — duas locais e uma importada da Holanda — selecionadas pela sua alta produtividade, resistencia às moléstias, precocidade e facilidade de conservação; os tubérculos-sementes antes usados nos plantios, justamente os rejeitados pelos mercados consumidores, miúdos, defeituosos e atacados pelo «pseudococcus maritimus», praga que, apesar de surgida há seis anos, nenhuma atenção merecera ainda do poder público, estão sendo substituídos, no corrente ano, por tubérculos-sementes produzidos de acôrdo com processos de seleção positiva, já iniciados no Campo de Novo Areial, em Esperança; para debelar o surto de «pseudococcus maritimus» que, além de infestar os campos, ataca os turbérculos armazenados, inutilizando-os também para o consumo, estão sendo usados vários tratamentos com o emprêgo de inseticidas que agem por contacto e aplicáveis a sêca, sendo os resultados já obtidos os mais satisfatórios; revendeu o Govêrno 18.942 quilos de batatinha

com a diferença de 50% dos preços correntes, garantindo assim a fundação de novas safras no corrente exercício.

— A cultura do milho oscila, de ano para ano, segundo a curva das precipitações pluviais e de sua distribuição, perdendo-se quase sempre os milharais, no sertão e no cariri, na fase do espigamento, á falta de umidade; êsses prejuizos serão, em grande parte, evitados com a multiplicação das sementes da variedade «batité», encontrada no centro da zona sêca, notável pela sua precocidade e resistência aos verões, o que já está sendo feito pelo Estado; procura-se ainda introduzir milhos híbridos, tendo sido escolhida a Fazenda «Riacho dos Cavalos», de propriedade do Estado, dispondo de terras aluvionais de grande fertilidade, para a cultura de extensa área com milho «Cateté», cujas sementes foram fornecidas pelo Serviço Complementar de Obras Contra as Sêcas; o Pôsto Agro-Pecuário de Alagoinha da Secção de Fomento Federal plantou 26 hectares de milho da variedade «Amarelão», rigorosamente selecionada, sendo tôda essa cultura orientada mecanicamente, como meio de instrução aos lavradores; a produção estimada de sementes de milho rigorosamente selecionadas é de 104 toneladas, suficientes para o plantio de uma área de 10.400 hectares, no próximo ano.

— A cultura cafeeira, dizimada pelo «serococus parahybensis», associado ao «rhysoccus lendiae», sem que se tentasse combater as pragas e posteriormente restabelecer a cultura em novas zonas, recebeu do atual Govêrno, em cooperação com o Ministério da Agricultura, o cuidado que merecia, tendo sido elaborado o seguinte plano: introdução da cultura do cafeeiro nos municipios de João Psesoa e Mamanguape; amparo técnico e fomento no município de Umbuzeiro; tentativa de restabelecimento nos municipios do brejo, isto é, Bananeiras, Serraria, Areia, Alagoa Nova e Guarabira, sendo feitas culturas — testes para observação do comportamento do cafeeiro em relação aos novos métodos de cultivo e combate às pragas; criação de postos de fomento e defesa em Bananeiras, Mamanguape, Umbuzeiro, João Pessoa e Areia; execução de trabalhos experimentais de defesa sanitária; distribuição de 120.000

mudas das variedades «Caturra», «Anão», «Crioulo», «Nacional», «Bourbon» e «Maragogipe», destacando-se esta por sua notável precocidade, cuja fase produtiva se inicia em dezoito meses.

— Na Fazenda «Mangabeira» foi empreendido o preparo e cultivo das terras úmidas, abrindo-se drenos numa extensão de 5.000 metros, na recuperação de uma área de 12 hectares; o destocamento está sendo feito com dois tratores equipados com «buildozers» para uma área de 200 hectares, destinada à formação de pomares e plantio de várias espécies alimentares como aipim, batata doce, amendoim, etc; foi contratado um técnico japonês, que já se encarregou da parte de horticultura.

— Nas três fazendas recentemente adquiridas para isolamento da bacia hidráulica de Marés, foram plantados 6 hectares de café, 6 de pimenta do reino, 3 de bananeiras, 4 de coqueiros, 2 de laranjeiras, além de uma área de 7 hectares de feijão e plantio de mil enxertos de parreira.

— A Fazenda «Camaratuba» foi reorganizada com a instalação de uma casa de fôrça, aquisição de uma «Drag Line», montagem de uma casa de farinha mecânica, de uma usina de beneficiamento de arroz, de um conjunto bomba e motor elétrico para abastecimento dágua, com assistência técnica, financeira e médica aos colonos, um pôsto de monta, silos, sementes selecionadas e inseticidas, máquinas agrícolas e de defesa contra as pragas.

— Na Fazenda «Pindobal» empreendeu-se um programa das mesmas proporções, confiado a um técnico recentemente contratado.

— Cooperou o Govêrno com equipamento mecânico para o fomento da agricultura da alimentação, no centro de pequenas propriedades de Alagoa Grande, Campina Grande e outros municípios.

— Elaborou-se um plano de subdivisão de propriedades do Domínio do Estado situadas em Fagundes e Queimadas, do município de Campina Grande, visando o estabelecimento da grande colonização e também como solução de combate ao êxodo.

— Será aproveitada a parte saneada do Vale do Gramame, especialmente a parte úmida para culturas

de verão, a fim de estabilizar os preços nas entre-safras.

— Foram revendido tratores com a condição de cultura de áreas reservadas para cereais.

— Fomentou-se a batatinha, inclusive cooperando-se pela primeira vez para a adubação.

— Estabeleceu o Estado contrato com a Escola de Agronomia do Nordeste, na base de Cr$ 200.000,00 para o fornecimento de legumes e hortaliças a Campina Grande, à maneira do que foi feito na última guerra para a Base Aérea de Natal.

— Fez-se a introdução de novas culturas como a parreira, o arroz e o amendoim.

— Finalmente, promoveu-se a irrigação, por meio de motor-bombas, de 40 hectares de milho, banana, arroz e hortaliças abrangendo 46 propriedades dos municípios de Souza, Cajazeiras, Antenor Navarro, Jatobá e Piancó, o que foi feito em pleno verão, utilizando-se 20 conjuntos de bombas de 3 a 6 polegadas.

10. CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS

O fortalecimento da economia do Estado depende, igualmente, do aumento da produção e da boa qualidade dos produtos. Produz a Paraíba matérias primas que encontram no mercado externo poderosos concorrentes enfrentando grandes competidores.

O algodão e o sisal, principais produtos da nossa lavoura, vinham sendo negociados em precárias condições de beneficiamento e seleção. Tornava-se imprescindível exercer rigorosa fiscalização, tanto para corrigir as falhas do beneficiamento, quanto para melhorar a seleção, garantindo o restabelecimento do bom conceito do nosso mercado exportador. São os seguintes os resultados já obtidos pelas enérgicas medidas postas em prática pelo Govêrno:

— Enquanto na safra de 1950/51 não houve produção de tipo 1, o mais perfeito na escala, na safra de 1951/52 as estatísticas já acusam um volume de 108 toneladas dêsse tipo.

— No mesmo período, o tipo 9, que é o mais baixo da escala, sofreu consideravel decesso, passando de

43.817 a 23.422 quilos, o que representa uma melhoria de quase 50%.

— No decorrer da safra de 1950|51 e oito meses da de 1951/52, respectivamente, foi classificado o seguinte volume de produção: 749.763 volumes, pesando 118.729 toneladas, no valor comercial de ..... Cr$ 1.559.915.000,00 e 320.469 volumes, pesando 47.007 toneladas, no valor comercial de ..... Cr$ 752.861.840,00.

11. SERVIÇOS ARTICULADOS

Os vários serviços federais e estaduais de fomento e defesa da produção, tiveram seus esforços coordenados, como preconizei em minha primeira Mensagem à Assembléia Legislativa, a fim de evitar a ação dispersa de resultados pouco compensadores. Foram mantidos, assim, sob regime de acôrdo com o Ministério da Agricultura, os serviços a cargo da Secção de Fomento Agrícola e feitos novos acordos com o Serviço de Defesa Sanitária e Serviço de Reflorestamento, contribuindo o Estado com um terço das respectivas dotações, no total de Cr$ 1.250.000,00.

Obtiveram-se com essa cooperação os seguintes resultados:

— Eliminação de dualidades na distribuição dos postos de fomento, evitando que funcionassem num só município um pôsto estadual e outro federal, o que permitiu a abertura de dez novos postos em distritos que não dispunham de serviço de revenda de material agrícola nem de assistência técnica.

— Instalação de uma horta com 140 hectares, cuja volumosa produção, destinada ao abastecimento da Capital, foi, infelizmente, em parte sacrificada por uma enchente intempestiva do rio Una.

— Colaboração inestimável com variada cópia de materiais agrícolas, especialmente tratores, inseticidas e sementes para revenda e ajuda aos agricultores.

— Criação do serviço de defesa sanitária dos rebanhos, que inexistia no Estado, apesar da incidência de moléstias as mais graves, como a aftosa, os carbúnculos, a tuberculose, a «raiva» de herbívoros, a linfadenite caseosa dos caprinos, a brucelose e parasitas diversas; a aftosa, desconhecida em alguns municípios sertanejos, aí penetrou constituindo-se

um terrivel flagelo, por faltarem em tempo as medidas de polícia sanitária; firmado o acôrdo com o Ministério da Agricultura, já se acham instalados três postos de defesa em Guarabira, Patos e Campina Grande, êste sob a direção de um veterinário; dispõe do serviço de dois veículos, que facilitam as inspeções, e já no corrente exercício procedeu a 2.411 vacinações contra várias moléstias.

— Organização do Serviço Florestal, com a aquisição de um pequeno trator, uma «mula mecânica», uma camionete, oito máquinas para fabricação de «torrão paulista» e 1.000 caixas para sementeira e replicagem; êsse serviço já conta com dois hortos, um em Mangabeira e outro em Mandacarú, e seis postos de reflorestamento em Sapé, Mamanguape, Bananeiras, Areia, São João do Cariri e Monteiro, devendo outros ser criados futuramente, assim como ser instalado um jardim botânico, um «arboretum» e uma secção de plantas medicinais e fruticolas silvestres; no hôrto de Mangabeira foi instalada uma sementeira que já produziu 136.075 mudas de seis variedades de eucaliptus e 1.000 mudas de «sabiá»; o hôrto de Mandacarú e os postos florestais produziram 77.094 mudas de essências fruticolas, florestais, cafeeiros e ornamentais; apesar de iniciada em abril dêste ano, a distribuição de mudas já atingiu o número de 56.9[illegible] sendo atendidos 49 fazendeiros; cooperando com [illegible] Prefeituras da Capital e do Interior, para a arborização de cidades e casas de fazendas, já tendo entregue o serviço 192 mudas ao Prefeito de João Pessoa e estão sendo preparadas para futura distribuição 4.152 de essências diversas, inclusive de «Felício», recebidas diretamente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, por solicitação do Govêrno; foram ainda contempladas Antenor Navarro, Cajazeiras, Souza e Taperoá, com a distribuição de 3.000 mudas destinadas à arborização urbana cedidas pelo Instituto «José Augusto Trindade» a pedido do Govêrno; mantêm o serviço um guarda em Tambaú e outro em Lucena, a fim de fiscalizarem o corte das matas e a derrubada criminosa dos cajueiros.

— Esteve na Paraiba, a convite do Govêrno, o técnico de educação rural prof. J. Pinto Lima, que percorreu vários municípios, tendo apresentado relatório

propondo a assinatura de um acôrdo com o Ministério da Agricultura, a fim de ser criada uma Federação dos Clubes Agrícolas do Estado; firmado o acôrdo, designou o Govêrno um professor para instalar a Federação, sendo escolhido o Grupo Escolar «Isabel Maria das Neves» para sua sede; utilizando recursos do Govêrno do Estado e do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, foi instalado, encontrando-se em condições de funcionamento o «Clube Agrícola Modêlo»; verificada a impossibilidade de ampliar a ação dos Clubes Agrícolas, por falta de pessoal especializado, aceitou o Govêrno a proposta do Serviço de Informação Agrícola, por intermédio do Dr. Guaraci de Lavour, devendo ser enviadas dez professoras que frequentarão o Curso de Dirigentes de Clubes Agrícolas, a realizar-se em Recife no próximo mês de julho, o que permitirá maior incremento à formação de uma mentalidade ruralista nas novas gerações.

— Incentivo ao movimento associativo rural, com a concessão de auxilio à Associação Rural de Bananeiras e à Federação Rural da Paraíba, e apôio à criação de novas associações no interior, já em número de vinte e uma; esteve na Paraíba o técnico dr. Artur Natividade Seabra que, na qualidade de representante do Ministério da Agricultura, percorreu vários municipios, orientando as classes agro-pecuárias na defesa de seus interêsses.

— Estudos para organização de um Serviço de Fermentação, tendo vindo à Paraíba, a convite do Govêrno, o Dr. Schilderico Bevilacqua, que visitou as culturas de videira existentes em Campina Grande e Bananeiras, dando instruções sôbre o seu melhoramento e traçou um plano para a instalação de um campo especial para a cultura de cajueiro, o que possibilitará o aproveitamento industrial dessa reserva nativa de grande valor para a economia paraibana.

12. PRODUÇÃO ANIMAL

a) Granja «São Rafael»

O fomento da pecuária em bases racionais depende de serviços experimentais de criação. Mantém o Es-

tado, com essa finalidade, a Granja «São Rafael», devidamente aparelhada, dispondo de plantéis de várias espécies e raças sob rigoroso contrôle seletivo. Essa Granja, que passou por grandes reformas e melhoramentos, apresentou resultados plenamente satisfatórios, como os seguintes:

— Em janeiro de 1951, existiam apenas 445 aves, 90 suínos, 45 bovinos e 1 equino, dispondo atualmente de: 5.000 aves, especialmente das raças «Rhode Island Red» e «New Hampshire», as mais aconselháveis para o nosso meio, pelo índice de postura, pêso, rusticidade e qualidade da carne, merecendo registro, também o plantel de «Pescoço Pelado», raça afamada pela sua rusticidade; 150 suínos das raças «Poland China», «Duroc Jersey», «Caruncbinho» e «Piau», de pura linhagem, procedente da Fazenda «Canxim», cedido pelo Ministério da Agricultura; 70 bovinos, sendo 67 «Holandeses», dos quais 12 fêmeas e 4 machos de puro «pédigree» e mais 2 reprodutores puro sangue inglês, 3 bretões e 1 árabe, doados ao Estado pelo Serviço de Remonta do Exercito.

— A produção de ovos, que era, em janeiro de 1951, de 55 unidades por dia, passou a ser de 550 atualmente, devendo em breve exceder de 1.000; essa produção é entregue ao Serviço Especial de Abastecimento que a revende no mercado pelo preço reduzido de Cr$ 7,00 a dúzia; além da quantidade vendida, são incubados semanalmente 1.500 ovos, o que permite um fornecimento em grande escala de pintos já vacinados.

— No período da atual administração já foram vendidos aos criadores 400 leitões, especialmente do tipo «Caruncbinho», excelente para o Nordeste, que é escasso de alimentos e resíduos aproveitáveis, em face de sua precocidade e extraordinária capacidade de engorda, dispondo a granja, de 15 reprodutores dessa raça.

— O rebanho «Holandês», submetido a cuidadosa seleção, destaca-se pela sua capacidade de lactação, alguns animais atingindo produção diária superior a 15 litros, com registro de 20 a 23 quilos; a produção de leite é distribuída diàriamente aos estabelecimen-

tos de assistência pública, especialmente aos Lactários.

— O aumento crescente do rebanho exigiu a construção de um estábulo-modêlo, com a capacidade mínima para abrigar 90 animais, o qual já se acha concluído.

— Em janeiro de 1951, a renda mensal da Granja «São Rafael» era de Cr$ 1.750,00; em abril dêste ano ascendeu a Cr$ 32.240,00.

b) FAZENDA «RIACHO DOS CAVALOS»

Mantém ainda o Govêrno, na zona sertaneja, a Fazenda Experimental de Criação «Riacho dos Cavalos», localizada no município de Catolé do Rocha.

No início da atual administração, achava-se entregue à direção de um leigo, sem preparo sequer para proceder aos registros dos serviços de rotina. Corrigindo essa falha, foi designado um Agrônomo para dirigi-la. Recebeu a mesma fazenda alguns melhoramentos, como os seguintes:

— Para os platéis de gado «Malabar» e «Schwitz», que não possuiam padreadores, foram adquiridos dois reprodutores, sendo o de raça «Schwitz» obtido no Rio Grande do Sul, em cooperação com o Ministério da Agricultura.

— Adquiriram-se igualmente 5 novilhas de raça «Malabar», pela quantia global de Cr$ 15.000,00.

— Funcionou anexo à Fazenda Experimental que contribuiu consideràvelmente para o melhoramento da pecuária na região.

— Dispõe atualmente a Fazenda Experimental «Riacho dos Cavalos», de um rebanho de 85 bovinos, das raças «Malabar», «Gyr», «Nellore» e «Guzerat», além de 54 equinos e asininos de raças diversas.

c) GRANJA DE ITABAIANA

Havia no município de Itabalana uma Granja do Estado, que funcionou por vários anos, concorrendo para o desenvolvimento e melhoria da pecuária local. Por desinterêsse de administrações passadas fôra despovoada, e, praticamente, extinta. O atual Govêrno reparou as suas construções em parte deterioradas e iniciou o seu repovoamento,

tendo para ela transferido:

1 reprodutor equino bretão «Postier»
1 reprodutor «Holandês»
1 plantel de suínos, constituído de 16 animais.

Sendo a zona de Itabaiana apropriada à apicultura, foi feita a aquisição de 15 colmeias, destinadas à Granja. O aviário está sendo reconstruído e, logo esteja em condições, será provido das aves que comportar.

d) GRANJA DE ESPERANÇA

Como a de Itabaiana, a Granja de Esperança foi encontrada pelo atual Govêrno em estado de completo abandono. Acha-se hoje em plena atividade e repovoada com animais de boa linhagem, como os seguintes:

1 reprodutor «Holandês».
1 jumento «Pêga».
25 galinhas «Rhode Island Red»
75 galinhas «New Hampshire».
8 porcos «Mestiços» e «Caruncbinho».

Será essa Granja inteiramente aparelhada para que produza os resultados que se esperam de seu funcionamento.

e) ESTAÇÃO DE MONTA DE PUXINANÃ

Iniciou-se o repovoamento dessa Estação, que na administração anterior fôra completamente despojada de seus animais, tendo sido transferido para alí um reprodutor «Holandês» e outro «Mangalarga».

f) FAZENDA EXPERIMENTAL DE PENDÊNCIA

Localizada em pleno cariri, uma das zonas mais sêcas do Estado, essa Fazenda, além da parte dedicada à experimentação do algodão «Mocó», mantém culturas de agave e cuida da criação e melhoramento de caprinos e lanígeros; tem ainda a seu cargo a multiplicação de mestiços «Holandeses».

Os rebanhos de cabras «Moxotó» e «Marota» e ovelhas «Morada Nova», desenvolveram-se sob cuidados sele-

tivos, tendo sido fornecidos vários reprodutores aos fazendeiros da região.

A multiplicação de mestiços «Holandês Zebu» e «Holandês Schwitz» prosseguiu animadoramente, tendo-se em vista a verificação do seu comportamento ante as condições de clima e possibilidades forrageiras da zona semi-árida. O melhoramento dos rebanhos leiteiros do cariri e outras zonas sêcas do Estado poderá ser consideràvelmente impulsionado pelas experiências que estão sendo levadas a efeito em «Pendência».

Está, assim, a campanha de produção do Govêrno do Estado, em pleno desenvolvimento, cobrindo todas as zonas agrícolas, em algumas delas já mesmo vitoriosa.

Embora as chuvas no alto sertão tenham caído com alguma regularidade, em períodos normais, nas zonas do cariri e da caatinga litorânea há perspectiva de sêca, estando a estiagem se prolongando anormalmente, inclusive já com o sacrifício de algumas culturas.

Tenho, entretanto, a satisfação de registrar que, no corrente exercício, insignificante foi o estrago ocasionado pelas pragas à lavoura, graças à organização de defesa que em tempo foi estabelecida.

Finalmente, qualquer que seja o resultado dos primeiros esforços já desenvolvidos em prol de maior produtividade do Estado, a campanha de produção prosseguirá sem desfalecimento, visto que, em um meio como o nosso, não há outro processo mais eficaz de criar riquezas e elevar o padrão de vida do povo do que o da produção agropecuária.

ABASTECIMENTO D'ÁGUA E SANEAMENTO

I — ORGANIZAÇÃO

O principal órgão dos serviços de abastecimento d'água e saneamento da Paraíba é o Departamento de Saneamento do Estado. Existem ainda a Repartição do Saneamento de Campina Grande e os Serviços de Abastecimento D'água de Alagoa Grande e Catolé do Rocha, êste ainda por inaugurar.

A Comissão de Saneamento de João Pessoa, mantida pelo Escritório Saturnino de Brito, é contratante da administração das obras do Reservatório de Marés e das novas instalações de água e esgôto desta Capital, obras em vias de conclusão.

Pela Lei n.º 611, de 17/11/1951, foi concedida natureza autárquica ao Departamento de Saneamento do Estado, o qual, entretanto, vem funcionando ainda sob o regime de subordinação direta, como órgão integrante da Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas.

II — MELHORAMENTOS

1. Saneamento da Capital

Êsse serviço foi encontrado nas mais precárias condições de rendimento e eficiência. As instalações de Buraquinho funcionavam com «déficit», por insuficiência de fôrça elétrica, o que já foi providenciado com a instalação de um transformador de 200kwa, determinando considerável aumento de rendimento das bombas de recalque. Eis os principais melhoramentos que recebeu em 1951:

— Foram melhoradas e ampliadas as rêdes de água e esgôto

— Efetuou-se a construção e prolongamento de distribuidores de água, numa extensão de 2.419 metros, gastando-se Cr$ 258.751,20
— Construiram-se 268 metros de coletores e 164 ramais de esgotos, cujo custo foi de Cr$ 132.287,10
— Foram instaladas 390 penas d'água em prédios particulares e 152 saneamentos domiciliares
— Em serviços de conservação, inclusive de máquinas e edifício, foi dispendida a importância de Cr$ 247.892,70
— O estoque de material em depósito no Almoxarifado, que em janeiro de 1951, era do valor de Cr$ 474.805,60, passou a ser, em janeiro de 1952, de Cr$ 848.442,40

Durante o primeiro quadrimestre do corrente ano foi dotado de mais os seguintes melhoramentos:

— Construção de 2.462 metros de distribuidores de água
— Idem, de 21 metros de coletores e 61 ramais de esgotos sanitários
— Instalação de 218 penas d'água
— Idem, de um chafariz à Avenida Gouveia Nóbrega
— Idem, de 77 saneamentos domiciliares

A receita dêsse serviço que atingiu, no exercício de 1951, a importância de Cr$ 2.100.593,30, comparada com a de 1950, no montante de Cr$ 1.893.365,50, acusou um aumento de Cr$ 207.231,80.

2. Saneamento de Campina Grande

Como o da Capital, êsse serviço fôra encontrado pelo atual Govêrno apresentando grandes deficiências ocasionadas pela imprevidência administrativa. O racionamento tornou-se prática de rotina, adiando-se as soluções definitivas sempre para amanhã. O atual manancial não tem capacidade para abastecer tôda a cidade, o que tornou necessário o estudo de novas fontes de abastecimento. O Govêrno entrou em entendimento com o Escritório Saturnino de Brito, que já enviou para Campina Grande pessoal técnico que neste momento procede ao estudo da nova adutora, a partir da barragem do Boqueirão

do Cabaceiras, em construção pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, e de uma solução de emergência para o aproveitamento das águas do rio Mazagão, em Areia, prevendo um suprimento de água por meio de recalque para a atual adutora do Serviço.

Durante o exercício de 1951 recebeu o Saneamento de Campina Grande os seguintes melhoramentos:

— Foi iniciado o processo de torpedo na adutora como meio de eliminar suas incrustações, o que determinou um aumento de vasão de cêrca de ... 1.000 m3 por dia
— Instalou-se um grupo motor-bomba para reforço do recalcamento dágua, tendo sido construída em alvenaria, para abrigar êsse conjunto, uma área com 67 m2
— Foi pintada a óleo tôda a ferragem da estação depuradora
— Construiram-se 60 metros de distribuidores d'água e 87 metros de coletores de esgôtos
— Foram instalados 12 novos chafarizes
— Substituiram-se 26 postes telefônicos e melhoraram-se condições de 18 quilômetros da rodagem ao longo da linha adutora
— Fizeram-se 134 instalações d'água e esgôto e ligaram-se 73 penas d'água
— Foi adquirido um motor «Blackstone» de 90 HP para a casa de fôrça do Guarim, assim como um motor «Lister» de 40 HP para a Estação de Refôrço do Quilômetro 13

A receita da Repartição de Saneamento de Campina Grande, atingiu, no exercício de 1951, a Cr$ 1.982.457,00.

3. Abastecimento D'água de Alagoa Grande

Êsse serviço, recentemente inaugurado, funcionou com regularidade, tendo recebido também alguns melhoramentos, salientando-se:

— Execução, no exercício de 1951, de 29 derivações para ligações residenciais
— Pintura a óleo de tôda a ferragem do serviço, inclusive a casa de filtragem

No exercício vigente foram executadas mais 15 derivações residenciais, perfazendo o total de 203 em tôda a cidade. Prosseguiram os serviços de prolongamento da rêde d'água com a construção de mais 500 metros.

4. Abastecimento D'água de Catolé do Rocha

Reiniciados no corrente exercício, os trabalhos de construções dêsse serviço, já apresentam o seguinte desenvolvimento:

— Conclusão do prédio de tratamento d'água
— Assentamento de 1.200 metros da rêde de abastecimento
— Construção de 3 chafarizes
— Assentamento dos filtros
— Assentamento dos motores para o fornecimento de energia às bombas de recalque

Atualmente os trabalhos do Abastecimento D'água de Catolé do Rocha estão centralizados na conclusão de dois poços que irão abastecer a cidade.

III — REFORMAS

1. Comissão de Saneamento de João Pessoa

Os serviços afetos a essa Comissão foram encontrados pelo atual Govêrno pràticamente paralisados. A encomenda de canos para a nova adutora tinha sido suspensa pela fábrica contratante á fálta de pagamento. O empréstimo de Cr$ 15.000.000,00 obtido pelo Govêrno anterior para financiamento das obras de Marés estava esgotado. E, apesar de já ter sido dadas as obras como prontas e inauguradas, verificou-se que ainda era necessário mais de um ano para sua conclusão, com um dispêndio que já se eleva a mais de Cr$ 10.000.000,00, devendo atingir, talvez, o triplo, no final dos serviços.

Durante o ano de 1951, desenvolveram-se, na mais larga escala, os trabalhos de construção da linha adutora, que ficou concluida, de montagem das bombas para o recalque de emergência que entrou imediatamente a funcionar, e da barragem de Marés. As obras tiveram um progresso substancial, como passamos a demonstrar:

— A quota por quinzena da fôlha de pessoal foi au-

mentada de Cr$ 150.000,00, elevando-se em alguns meses a mais de Cr$ 300.000,00.

— Obteve o Govêrno do DNOCS a cooperação de grandes máquinas, como escavadora, «track-tuck» etc. para remate mais rápido das construções, e apelou para a Companhia Siderúrgica Nacional, no que foi prontamente atendido, a fim de que fôsse dada prioridade para a aquisição de aço destinado á tubulação da adutora.

— Foi encontrada uma solução de emergência imediatamente posta em prática, por meio da qual o abastecimento de água da Capital foi aumentado do dôbro, elevando-se a 10.000 m3 por dia.

— Providenciou-se quanto à transferência de 500 operários das obras de emergência da área da sêca para os serviços da barragem de Marés

— Adquiriram-se 2 tratores novos TD-6, que passaram a prestar serviços nas mesmas obras

— No serviço de transporte de terra foram empregados 15 caminhões, com uma produção média diária de 100.000m3 por unidade

— Depois de terminada a fundação, foram colocados 59.318.420 m3 de terra na barragem; alcançou-se assim a quota 11,50, faltando apenas 7,00 m para o coroamento

— Dispenderam-se com êsses serviços, em 1951, Cr$ 8.062.403,10.

Em janeiro do exercício vigente as obras de Marés apresentavam tôdas as suas instalações em funcionamento, faltando apenas, para conclusão, a barragem. Dos .. .. 145.000.000 m3 totais de que precisa, já haviam sido comprimidos 87.527.500 m3, correspondentes a um volume de terra sôlta igual a 174.925.000 m3.

O boletim de obra feita do mês de abril apresentou um volume de atêrro comprimido igual a 129.665.710 m3, correspondente a um volume de terra sôlta colocada igual a 259.231.420 m3, verificando-se que no primeiro quadrimestre dêste ano já foram colocados 84.276.420 m3 de terra sôlta, equivalentes a 42.138.210 m3 de atêrro comprimido.

A fundação da barragem que em janeiro apresentava pouco menos de 2.500 m2 a construir, já se acha concluída, assim como foi colocado o corpo da barragem da quota zero à quota treze, faltando 0,5m para o coroamento, o

que corresponde a 8.250.000 m3 de atêrro comprimido.

Com os serviços realizados no exercício vigente, dispendeu o Govêrno, até abril, Cr$ 2.337.070,30, além de cêrca de Cr$ 1.000.000,00 com indenizações da área desapropriada para o isolamento da bacia hidráulica.

A obra de Marés, entretanto, para ser inaugurada depende ainda da construção do primeiro reservatório elevado, do custo de Cr$ 2.000.000,00, assim como de muitas outras despesas exigidas para complementação do Programa Reduzido que está sendo executado.

2. Projetos e Estudos

Espera o Govêrno, ao encerrar-se o presente ano, estarem concluídos os serviços de água e luz desta Capital, o que lhe permitirá dar cabal execução às obras de saneamento e abastecimento d'água projetadas e em estudo, que irão beneficiar várias cidades do interior, como Campina Grande, Guarabira, Mamanguape, Santa Rita, Patos, Cajazeiras, Souza e Pombal, além da vila de Cabedelo.

4. Serão contempladas nesse plano outras localidades como Itabaiana, já incluída no programa dos próximos estudos.

Para êsse objetivo já foram obtidos recursos extraordinários por meio de uma operação de crédito com o Banco do Brasil S.A. Terão, porém, de ser ampliados, o que já está sendo providenciado pelo atual Govêrno, a fim de que a realização das obras planejadas fique plenamente assegurada.

COOPERATIVISMO E CRÉDITO BANCÁRIO

I — ORGANIZAÇÃO

O Departamento de Assistência ao Cooperativismo é o órgão controlador das cooperativas do Estado. Através dêsse Departamento, são as mesmas registradas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, que distribui, anualmente, um auxílio de Cr$ 50.000,00, para o fomento ao cooperativismo na Paraíba.

O financiamento das cooperativas é constituído pelas quotas-partes de seus associados, depósitos da Caixa de Crédito Agrícola do Ministério da Agricultura e do Govêrno do Estado.

O D. A. C. mantém um serviço de contrôle das cooperativas, encarregado, não só da fundação de novas unidades, como da fiscalização do funcionamento e gestão financeira das unidades existentes.

II — ATIVIDADES

1. MOVIMENTO DO CADASTRO

Cooperativas criadas até janeiro de 1951	123
Dependentes de registro no Serviço de Economia Rural	21
Em funcionamento nessa data ..	65
Cooperativas fundadas de janeiro de 1951 a março de 1952	32
Reorganizadas	7
Em funcionamento nessa data ..	89

Assim, mais 39 novas unidades entraram em funcionamento depois de janeiro de 1951, quase tôdas de crédito agrícola.

2. MOVIMENTO FINANCEIRO

Empréstimos realizados em 1951 ..	10.102
Maior importância emprestada Cr$	5.000,00
Menor importância emprestada Cr$	100,00
Total dos empréstimos . ... . Cr$	73.213.757,60
Cooperativas que receberam financiamento em 1951	32
Depósitos do Estado:	
A' Cooperativa Central	500.000,00
A diversas cooperativas	1.745.000,00
Depósitos da Caixa Central de Crédito Cooperativo nas diversas cooperativas .. .. Cr$	500.000,00
Cooperativas que receberam depósito no primeiro trimestre de 1952	38
Depósitos do Estado nas diversas cooperativas em 1952 .. .. Cr$	8.000.000,00

As cooperativas que tiveram depósitos do Estado, em 1951 Cr$ 2.245.000,00 e em 1952 Cr$ 8.000.000,00, são todas de crédito agrícola, com o objetivo de financiar o pequeno produtor. Pelo financiamento do ano passado, apesar de sua limitação, foram atendidos 10.102 agricultores.

III — CRÉDITO BANCÁRIO

Intervelo o Govêrno junto ao Banco do Brasil para a elevação do limite de operação das suas Agências de João Pessoa e Campina Grande, medida decisiva para a expansão das atividades comerciais e industriais, ameaçadas de estrangulamento, por falta de crédito.

Como meio de atenuar a crise que se manifestava no comércio algodoeiro, pleiteou o Govêrno, em comum acôrdo com o do Rio Grande do Norte, a obtenção do penhor mercantil, providência salvadora que se tornava indispensável para garantir a negociação de grandes estoques acumulados.

Cooperou ainda junto à Superintendência da Moeda e do Crédito para o reconhecimento das Cartas Patentes das novas Agências do Banco da Lavoura de Minas Gerais, Banco Nacional de Pernambuco e Banco do Povo S.A., já instaladas ou em vias de instalação na Paraíba.

Promoveu o revigoramento do Banco do Estado com o aumento do capital, primeiro para Cr$ 5.000.000,00 e, em seguida, para Cr$ 10.000.000,00, o que determinou dentro de um mês, a elevação de seus depósitos de Cr$ 5.000.000,00 para Cr$ 25.000.000,00. Foi nomeado para Diretor-Gerente dêsse estabelecimento de crédito um financista de méritos comprovados, o sr. João Brasil de Mesquita, cuja eficiente ação logo se fez notar nos meios bancários do Estado.

Obteve, finalmente, o Govêrno, o financiamento direto da cana de açúcar até a próxima fundação da Cooperativa dos Fornecedores, em consequência de entendimento que promoveu junto à alta administração do Instituto do Açúcar e do Alcool.

ABASTECIMENTO E CUSTO DA VIDA

I — ORGANIZAÇÃO

Os problemas do abastecimento e da alta do custo da vida têm merecido especial atenção do Govêrno do Estado. De fevereiro a junho de 1951, a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, diante da gravidade da situação econômica, esteve incumbida sôbretudo de atividades de abastecimento, antes estranhas ás suas atribuições. Promoveu o Govêrno, não só medidas para deter a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade, como também a distribuição de víveres aos flagelados da sêca.

Pela Lei n. 559, de 29|9|1951, foi criado o Serviço Especial de Abastecimento, órgão autônomo, subordinado diretamente ao Chefe do Govêrno, como medida de emergência, com a finalidade de intervir nos mercados mediante a revenda, a preço de custo, de todos os gêneros de imediato consumo.

Antes mesmo da instalação dêsse serviço, já havia designado o Govêrno um dos Promotores Públicos do Estado, posteriormente nomeado Superintendente do Serviço de Abastecimento, para controlar as medidas mais urgentes que se tornavam necessárias a fim de atender ás crescentes reclamações do povo contra a especulação desenfreiada.

No auge da sêca foram os Coletores Estaduais e os Chefes de Postos Fiscais encarregados da distribuição de gêneros alimentícios, experiência também posteriormente aproveitada na organização do Serviço Especial de Abastecimento.

II — ATIVIDADES

A Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas teve a seu cargo a distribuição de todos os gêneros alimen-

tícios chegados por avião e pelo navio «Loide América» como os primeiros socorros remetidos pelo Presidente da República para os flagelados, que se concentravam nas obras públicas de emergência e invadiam as cidades à procura de alimento e trabalho.

Com êsses gêneros, parte revendidos e parte distribuídos gratuitamente aos flagelados, arrecadou o Govêrno a importância de Cr$ 3.110.509,70 que foi depositada na Caixa Econômica Federal, à proporção que ia sendo recebida. Descontadas as despesas com a distribuição que montaram a Cr$ 115.461,30 resultou o líquido de Cr$ 2.229.048,40 que o Govêrno procurou recolher ao Banco do Brasil S.A., Agência desta Capital, em virtude de ter sido por intermédio dêsse Banco que recebera os documentos e especificações correspondentes aos gêneros distribuídos.

Não tinha, porém, o Banco do Brasil nenhuma instrução para o recolhimento dessa importância. Dirigi então ao Presidente da República o seguinte telegrama, com o objetivo de dar ao assunto uma solução que consultasse melhor a finalidade assistencial a que êsse dinheiro se prendia:

«Presidente Getúlio Vargas Palacio Catete RIO DF Tendo revendido pelo preço custo acrescido despesas transportes conforme instruções Vossa Excelência gêneros alimentícios recebidos março do ano passado no período sêca via aérea et marítima tenho a recolher produto dessa revenda importância dois milhões novecentos et noventa et cinco mil quarenta et oito cruzeiros et quarenta centavos pt Informado porém que alguns Estados deixaram de fazer êsse recolhimento pedirla a Vossa Excelência caso seja procedente essa versão que Paraíba tenha tratamento igual pt Na hipótese ser atendido consulta pederia ainda autorização aplicar êsse dinheiro na mesma região onde gêneros foram comprados vg em obras et serviços de assistência social pt Para melhor esclarecimento lembro coube nessa época partida Paraíba mesmas proporções do Ceará et Rio Grande do Norte por ter eu dividido em três partes iguais carga transportada aviões encaminhando-as aqueles destinos et Loide América ter transportado quantidades foram distribuídas mesmo critério pt Saudações cordiais JOSÉ AMERICO»

5. Em resposta, transmitiu-me o Presidente da República o seguinte telegrama:

«Com referência telegrama 27 malo acolhi com simpatia sugestão vg apreciando sua habitual correção pt Recomendei outrossim examinar assunto a fim tenha solução uniforme pt Cords. sds. GETULIO VARGAS».

Coube, também, à Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas a responsabilidade pela reorganização da Comissão Estadual de Preços, pela fixação de preços-teto para o pescado, a carne, o leite e outros gêneros de primeira necessidade.

Conquanto sómente a partir de setembro de 1951 o Serviço Especial de Abastecimento tenha tido existência legal, as suas atividades se iniciaram de fato em julho daquele ano. Dessa data até dezembro de 1951, foi o seguinte o seu movimento de revenda de gêneros nos diversos municípios do Estado:

MUNICIPIOS	PRODUTOS REVENDIDOS					
	Farinha de mandioca (Kg)	Feijão (Kg)	"Corned beef" (Lata)	Arroz (Kg)	Inhame (Kg)	Batata doce (Cuia)
João Pessoa	256.727	115.860	69.034	50.643	839	1.978
Taperoá	63.602	33.427	12.374	12.893	—	—
Patos	80.367	30.517	6.624	22.376	—	—
Santa Luzia	46.538	36.915	1.140	10.793	—	—
Araruna	2.968	—	480	595	—	—
Piancó	11.782	1.931	480	3.066	—	—
Itaporanga	23.837	8.455	5.520	8.505	—	—
Conceição	949	—	—	1.735	—	—
Itabaiana	17.143	2.171	6.720	3.374	—	—
Guarabira	3.197	894	2.400	3.474	—	—
Catolé do Rocha	6.896	2.860	—	3.543	—	—
Monteiro	3.130	4.630	—	1.762	—	—
São João do Cariri	7.297	12.487	—	1.182	—	—
Bananeiras	13.762	1.180	1.440	1.339	—	—
Campina Grande	84.557	23.659	12.960	14.413	—	—
Pombal	22.344	9.268	576	4.921	—	—
Soledade	22.346	—	—	—	—	—
Cabaceiras	4.209	—	—	—	—	—
Santa Rita	16.350	2.213	2.400	3.340	—	—
Serraria	14.295	2.986	480	596	—	—
Areia	3.299	1.175	1.920	2.864	—	—
Pilar — Gurinhém	4.964	1.126	—	1.180	—	—
Sumé	2.444	794	—	818	—	—
Mamanguape	—	9.979	9.840	2.930	—	—
TOTAL	663.231	302.527	134.688	156.316	839	1.978

Comparados os preços dos gêneros revendidos pelo S. E. A. com os dos mesmos gêneros vendidos na mesma época pelo comércio desta Capital, verifica-se a diferença de Cr$ 2.909.517,30 em favor da economia popular, conforme se demonstra pelo quadro abaixo:

PRODUTOS	Unidade	Quantidade vendida	PREÇOS (Cr$) POR UNIDADE		TOTAL	
			No S. E. A.	No comércio	No S. E. A.	No comércio
Farinha de mandioca	Cuia	177.957	7,00	15,00	1.245.699,00 697.460,10	2.669.300,00 1.279.780,00
Feijão	Cuia	63.989	10,90	20,00		
Arroz	Quilo	159.926	3,60	5,00	575.733,60	799.630,00
Carne enlatada	Lata	134.544	3,00	8,00	403.632,00	1.076.352,00

Foi coberta com essa assistência, não só tôda a área da sêca, onde os preços teriam atingido cifras astronômicas se o Govêrno não houvesse promovido o abastecimento das principais localidades, como também as zonas do brejo e do carirí, perturbadas pelos reflexos da calamidade. Atendeu-se, do mesmo modo, à situação de extrema pobreza a que infelizmente se encontram reduzidas certas camadas do nosso povo, sôbretudo nos centros urbanos de maior densidade, como a Capital e Campina Grande, tendo sido, igualmente, beneficiados os estabelecimentos de assistência que tiveram seus orçamentos desorganizados pela exagerada elevação do preço dos gêneros necessários a sua manutenção.

III — COMISSÃO DE ABASTECIMENTO DO NORDESTE

1. COOPERAÇÃO DO GOVÊRNO FEDERAL

No primeiro trimestre do corrente ano, às atividades de abastecimento do serviço estadual vieram juntar-se as da Comissão de Abastecimento do Nordeste (C. A. N.), órgão do Govêrno Federal que passou a se encarregar da aquisição dos gêneros no sul do País, cedendo-os pelos preços de custo acrescidos das despesas de transporte e acondicionamento, para revenda pelo Estado.

Foram os seguintes os gêneros recebidos da C. A. N. até abril do corrente ano:

TRANSPORTE UTILIZADO	GÊNEROS ADQUIRIDOS (Quantidade)				VALOR TOTAL (Cr$)
	Arroz (Sacos)	Xarque (Fardos)	Carne em conserva (Latas)	Farinha de mandioca (Sacos)	
Vapor "Rio Branco"	4.942	263	35.969	—	4.702.147,80
Vapor "Midosi"	15.048	990	—	1.618	5.048.236,80
Vapor "Solimões"	—	—	—	2.996	449.400,00
TOTAL	19.990	1.253	35.969	4.614	10.199.784,60

Além dos gêneros acima relacionados, foram adquiridos pela C. A. N. nesta Capital 2.008 sacas de farinha de mandioca no valor de Cr$ 288.040,00.
igualmente para revenda, as seguintes mercadorias:

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor (Cr$)
Bacalhau	Barrica	120	104.900,00
Ovos	Dúzia	1.392	9.744,00
Batata doce	Quilo	1.680	3.054,00
Macacheira	Quilo	3.241	1.695,00
Laranjas da Bahia	Uma	550	510,00
Farinha de mandioca	Saca	1.000	143.515,20
Arroz	Saca	28	3.268,00
TOTAL	—	—	266.686,20

No corrente exercício foram revendidos no interior do Estado e nesta Capital, os gêneros seguintes:

Especificação	Unidade	Quantidade
Farinha de mandioca	Saca	6.745
Feijão	Saca	16.927
Arroz	Saca	7.962
Xarque	Fardos	1.237
Carne em conserva	Lata	20.024
Bacalhau	Barrica	120
Ovos	Dúzia	724
Macacheira	Quilo	1.297

A diferença de preço dos gêneros revendidos pelo Estado no corrente ano, manteve-se pràticamente a mesma do exercício passado em relação aos mesmos gêneros vendidos pelo comércio. Todavia, as primeiras remessas recebidas por intermédio da Comissão de Financiamento da Produção e do Ministério da Agricultura poderam ser revendidas a preços mais accessiveis do que as recebidas por intermédio da C. A. N..

8. Foi das mais valiosas a contribuição da Legião Brasileira de Assistência, de combate à crise alimentar que padeceu a Paraíba o ano passado. Veio especialmente à Paraíba, D. Darcy Vargas, Presidente dessa Legião, organizar a A. V. I. S., destinando Cr$ 500.000,00 para seu funcionamento, o que favoreceu uma assistencia das mais benéficas, mediante a compra e revenda de gêneros alimentícios, além de outros recebidos diretamente no oeste do Estado, na região do crairi.

2. Feiras Itinerantes

O Serviço Especial de Abastecimento, além do serviço de revenda através dos Coletores Estaduais e Fiscais de Postos e da cooperação com as instituições de assistência, cedendo os gêneros de que necessitavam pelos preços de custo, organizou, também, feiras itinerantes em caminhões do próprio serviço, que percorrem os bairros proletários desta Capital uma vez por semana, atendendo, assim, às necessidades da população pobre. Já no corrente exercício essas feiras foram organizadas, igualmente, em Campina Grande.

3. Colaboração das Fazendas Experimentais

A Fazenda Espírito Santo, do Ministério da Agricultura, colaborou nas atividades de abastecimento, dentro do espírito do acôrdo que o Estado mantém com aquêle Ministério. Forneceu para consumo público:

Laranjas (unidades)	302.000
Arroz (toneladas)	20
Tomates, cenouras quiabos, etc. (toneladas)	40
Côcos, tangerinas, melões, etc. (unidades) .	237.755

As laranjas da variedade «Bahia», produzidas por essa

Fazenda, eram vendidas anteriormente a Cr$ 2,00 por unidade e em grande parte exportadas para outros Estados. No ano passado o S. E. A. revendeu-as nos bairros pobres da Capital ao preço de Cr$ 0,20 e Cr$ 0,40.

Nas Fazendas «Mangabeira» e «Camaratuba» começaram sobretudo o arroz. A primeira dessas fazendas já está a ser cultivadas, em grande escala, tubérculos e cereais, fornecendo duas toneladas de tubérculos por semana ao Serviço de Abastecimento e a de Marés começou a fornecer sua grande produção de feijão. A Granja São Rafael fornece cêrca de três mil ovos, igualmente por semana.

IV — OUTRAS ATIVIDADES

Conquanto reorganizada e reestruturada duas vêzes pelo atual Govêrno, a Comissão Estadual de Preços teve de dissolver-se por inoperante.

Pela Lei n. 702, de 28|12|1951, foram dadas novas atribuições à Delegacia de Ordem Política e Social, que passou a exercer atividades de repressão às manobras altistas, fraudes, retenção de estoques, etc., com a denominação de Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica.

Conseguiu o Govêrno evitar a majoração do preço da barba, do cabelo e do cinema, tendo sido esta última providência anulada posteriormente por uma medida de ordem geral da C.C.P.. Procurou evitar a majoração do preço do pão, conseguindo a vinda a êste Estado de um representante do Serviço Nacional do Trigo, que entrou em entendimento com os panificadores, acertando providências no sentido de reduzir o custo dêsse produto. Neste caso, como em vários outros, se não foi possível uma redução acentuada dos preços, deve-se isso a causas de caráter geral que escapam ao contrôle dos órgãos locais de fiscalização e repressão.

Tendo a Comissão Estadual de Preços, no período de sua vigência, majorado o preço do peixe, o Govêrno tornou essa medida sem efeito, fazendo vigorar a tabela anterior. Limitado a Cr$ 16,00 o produto de primeira classe e reduzido os de qualidade inferior.

A fim de que o pescado possa suprir a falta de carne, pleiteou o Govêrno e conseguiu que o Ministério da Agricultura montasse um entre-pôsto de pesca, dotado de um frigorífico com a capacidade de 30.000 toneladas. Depende êsse serviço, para seu completo desenvolvimento, da orga-

nização de uma emprêsa que, em último caso, o Govêrno do Estado promoverá.

Pela Lei Federal n. 1.522, de 26|12|1951, foi criada com jurisdição em todo o País a Comissão Federal de Abastecimento e Preços, dispondo de órgãos estaduais e municipais destinados ao combate à alta do custo da vida.

Já indicou o Govêrno o nome de um funcionário do Estado com as necessárias qualidades para presidir a Comissão Estadual de Abastecimento e Preços, na conformidade da lei federal que a criou.

O problema do custo da vida é, antes de tudo, um problema de produção. Enquanto cuida o Govêrno de promover e prestigiar as medidas de combate à carestia, não tem esquecido o aspecto fundamental dessa questão. Desenvolve assim, por todos os meios a seu alcance, inclusive com a utilização de recursos extraordinários, a maior e a mais ampla campanha de produção já registrada na Paraíba, com o que espera influir, decisivamente, para a baixa dos preços e garantia de gêneros de subsistência a tôda a população.

SAÚDE PÚBLICA

I — ORGANIZAÇÃO

Era o Departamento de Saúde uma organização anacrônica, de estrutura técnico-administrativa incompatível com a evolução da prática sanitária.

Pela Lei n. 721, de 4|1|1952, foi substancialmente modificado o seu esquema estrutural, tendo sido criada uma Divisão Técnica compreendendo as seguintes Secções:

Secção de Doenças Transmissiveis
Secção de Estatística Sanitária
Secção de Fiscalização do Exercício Profissional
Secção de Propaganda e Educação Sanitária

Á Divisão Técnica ficou ainda subordinado o Serviço de Engenharia Sanitária. No Laboratório Central foi criada uma Sub-Secção Industrial. Criou-se, ainda, a Divisão de Assistência Médico-Hospitalar, de cuja falta se ressentia a organização de saúde pública do Estado.

II — MELHORAMENTOS

Durante o exercício de 1951 desenvolveram-se as seguintes atividades:

— Criaram-se Cursos de Atendentes e Visitadoras Sanitárias, com a duração de doze meses, sendo concedidos 16 diplomas às pessoas habilitadas.

— Construiram-se com verba própria, no Hospital «Clementino Fraga»:

1 terraço para recreio de doentes
3 quartos para depósito de material
2 banheiros completos

— Foi reparado o Pavilhão de Doenças Transmissíveis Agudas.

— Com verba do Govêrno Federal, foram construidas na Colônia «Getúlio Vargas»:

1 casa para o médico
2 casas para funcionários
1 pavilhão-alojamento;
2 grupos de casas geminadas
1 pavilhão-refeitório

— Construiram-se ainda com verba federal, na Assistência a Psicopatas, três casas residenciais.

— Por intermédio do Departamento de Obras Públicas, foram realizados mais os seguintes serviços:

— Construção de um ambulatório na Ilha Indio Piragibe, no valor de Cr$ 50.000,00

— Reparos e pintura no Centro de Puericultura de Cruz das Armas, no valor de Cr$ 20.000,00

— Reparos e pintura no Centro de Saúde no valor de Cr$ 40.000,00.

— Ainda no exercício de 1951 foram feitas as seguintes aquisições:

1 ambulância para remoção de doentes portadores de moléstias transmissíveis agudas, no valor de Cr$ 250.000,00;

1 ônibus rural para o serviço de polícia sanitária rural, no valor de Cr$ 115.000,00;

1 máquina elétrica de calcular.
1 mimeógrafo
1 fôrno elétrico
1 balança elétrica de alta precisão
1 colorímetro
1 estufa elétrica
1 distilador elétrico
1 balança de precisão

Vidraria e aparelhamento de laboratório.

— A Secção Vacinogênica não funcionava havia vários anos. Foi agora restabelecida, tendo produzido 75.400 doses de vacina anti-variólica.

— O Laboratório Bacteriológico realizou 25.449 exames

— O Laboratório Farmacêutico produziu 35.611 ampôlas diversas.

— O Serviço de Vacinação Anti-rábica atendeu a 822 pessoas, sendo aplicadas 9.542 injeções.

III — ATIVIDADES NO 1º TRIMESTRE DE 1952

1. Centro de Saúde

Esta é a principal unidade sanitária do Estado. Fôra

encontrada, em janeiro de 1951, inteiramente desprovida de material, faltando até algodão para curativos.

O seguinte quadro comparativo dos exercícios de 1950 e de 1951, demonstra o ritmo acelerado de trabalho que se lhe estão imprimindo:

Comparecimentos	1950	1951
Infantil	4.047	15.237
Pré-Escolar	5.529	52.237
Escolar	5.383	11.695
Dentário	2.433	2.945
Pré-Natal	3.380	15.951
Tuberculose	4.369	24.297
Doenças Venéreas	51.977	58.847
Dermatologia e Lepra	13.067	32.588
Endemias Rurais	25.097	42.892
Merendas: Pré-Escolares	18.234	45.259
Refeições: Gestantes	4.332	15.073
Nº de Abreugrafias	8.014	12.527

No primeiro trimestre de 1952 êsse desenvolvimento ainda mais se acentuou, conforme se vê pelo quadro abaixo:

Comparecimento no primeiro trimestre de 1952

Infantil	5.360
Pré-Escolar	7.188
Escolar	4.209
Pré-Natal	4.142
Tuberculose	6.798
Doenças Venéreas	13.571
Dermatologia e Lepra	8.380
Endemias Rurais	5.668
Nº de Abreugrafias	3.896
Cosinha Dietética	21.456
Merendas: Pré-Escolares	13.822
Refeições: Gestantes	3.204
Refeições: Nutrizes	453

Comparados entre si os trimestres de 1950, 1951 e 1952, verifica-se que foram os seguintes os aumentos mais expressivos:

Entre 1950 e 1951 — 31,9% nos comparecimentos e 108,5% na distribuição de merendas;

Entre 1950 e 1952 — 46,1% dos comparecimentos e 139,7% das merendas.

Foram dispendidos mais de Cr$ 75.000,00 com a compra de gêneros alimentícios destinados exclusivamente às refeições de gestantes e crianças matriculadas nos serviços do Centro.

Com a aquisição de medicamentos gastaram-se cêrca de Cr$ 150.000,00.

Para atender aos bairros pobres e com o fim de descongestionar o Centro de Saúde, resolveu o Govêrno criar uma rêde de ambulatórios, que atingirá também Campina Grande, já estando em funcionamento em João Pessoa os da Povoação Indio Piragibe e de Cruz das Armas.

Está projetada a construção de um novo Centro de Saúde, com tôdas as características de uma organização moderna dêsse tipo, já tendo sido enviadas ao Arquiteto Félix Lamela, de renome universal, os elementos necessários para o respectivo projeto.

2. LABORATÓRIO CENTRAL

Êsse Laboratório foi equipado com o seguinte material:

1 estufa industrial;
1 «banho-maria» grande;
1 autoclave grande.

A Sub-Secção Industrial produziu 22.655 ampôlas assim especificadas:

Discriminação	Nº de ampôlas
Iodêto de sódio de 10 cc	2.274
Vitamina B - 1 de 2 cc	4.155
Gluconato de cálcio de 10 cc	3.270
Esparteina de 1 cc	760
Clorêto de cálcio de 10 cc	4.570
Emetina de 1 cc	1.170
Óleo Canforado de 2 cc	1.185
Hiposulfito de sódio de 10 cc	374
Bismutho de 10 cc	3.885
Sôro Fisiológico de 100 cc	94
Sôro Fisiológico de 10 cc	928
TOTAL	22.655

3. DIVISÃO DOS SERVIÇOS DISTRITAIS

Os serviços subordinados a essa Divisão foram beneficiados com medicamentos e material no valor de .... .. Cr$ 350.000,00.

Tiveram provimento os seguintes cargos vagos:

1 médico para o Pôsto de Higiene de Itabaiana

1 médico-chefe para o Pôsto de Higiene de Santa Luzia.

4. DIVISÃO DE PROTEÇÃO Á MATERNIDADE, Á INFÂNCIA E Á ADOLESCÊNCIA

Esta Divisão subordina as seguintes unidades: Centro de Puericultura de Cruz das Armas, Centro de Puericultura «Teixeira de Vasconcelos» e Lactário «Clarice Justa», todos na Capital.

Foi o seguinte o movimento dêsses serviços, no primeiro trimestre do corrente exercício:

a) Centro de Puericultura de Cruz das Armas:

Consultas	2.845
Higiene Infantil (matrículas)	428
Higiene Infantil (injeções)	4.147
Idem, Idem, (curativos)	195

b) Serviço Dentário:

Consultas	544
Curativos	301
Extrações	315

O movimento do Lactário dêste Centro foi o que se segue:

Dietas fornecidas a lactantes	17.394
Refeições fornecidas a pré-escolares	14.876
Idem, Idem, a gestantes	3.363
Idem, Idem, a nutrizes	7.134

c) Banco de Leite Humano:

Leite ordenhado (litros)	190
Leite doado, vendido e consumido (litros) ..	190
Crianças atendidas	64

Nutrizes frequentadoras do Banco 38

d) Centro de Puericultura «Teixeira de Vasconcelos»:

Consultas novas	241
Consultas subsequentes	1.109
Curativos	78
Injeções aplicadas	5.481

e) Lactário «Clarice Justa»

Comparecimento para inscrição	72
Comparecimento subsequente	6.516
Injeções praticadas	5.134
Infantes recebendo alimentação do Lactário ..	1.450
Consultas	786

Êsse Lactário começou a funcionar no atual Govêrno.

5. INSPETORIA DE HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO E POLICIA SANITÁRIA DAS HABITAÇÕES

As atividades dessa Inspetoria desdobraram-se do seguinte modo:

a) Gêneros alimentícios inutilizados:

Carnes (quilogramas)	1.898
Verduras (quilogramas)	265
Frutas diversas (quilogramas)	2.580
Leite de vaca (litros)	347

b) Serviços Sanitários:

Total de visitas	7.547

c) Outros trabalhos:

Amostras de gêneros alimentícios para análise	933
«Habite-se» concedidos	485
Intimações expedidas	80
Amostras de leite fiscalizadas	617

6. Colônia «Getúlio Vargas»

Em 1º de janeiro dêste ano, o número de internados dessa Colônia subia a 98, sendo 10 provindos desta Capital e o restante de localidades diversas.

Em consequência dos métodos científicos de tratamento aplicados aos doentes internados, verifica-se animadora tendência para a cura.

7. Assistência a Psicopatas

Êsse serviço dispõe de 320 leitos assim distribuidos:

Manicômio Judiciário	53
Sanatório «Clifford»	32
Hospital Geral «Juliano Moreira»	172
Pavilhão «Henrique Rôxo»	63

O Govêrno estabeleceu acôrdo com o Serviço Nacional de Doenças Mentais destinado a aumentar a eficiência e ampliar as instalações da Assistência a Psicopatas, ficando as obrigações assim estabelecidas:

Quota do Estado	Cr$ 300.000,00
Quota do Govêrno Federal	Cr$ 600.000,00

No primeiro trimestre de 1952 foram dispendidos Cr$ 300.000,00 com a manutenção dêsse serviço.

Esteve nesta Capital a convite do Govêrno, o Professor Adauto Botêlho, do Serviço de Doenças Mentais do Ministério da Educação e Saúde. De acôrdo com as suas observações serão empreendidas as reformas necessárias à maior eficiência e desenvolvimento dos serviços.

8. Hospital «Clementino Fraga»

O coeficiente médio específico da tuberculose, por .... 100.000 habitantes, é de 250 decessos anuais nesta Capital.

O Hospital «Clementino Fraga» dispõe, apenas, de 96 leitos para fimatosos, sendo esta a razão de permanecerem as suas enfermarias sempre superlotadas.

Em janeiro dêste ano foram concluidos os trabalhos da Capela do Hospital, passando o pavilhão que era ocupado por esta ao funcionamento da enfermaria «São Francisco». Nesse melhoramento dispenderam-se Cr$ ..... 87.000,00.

Foram feitas, ainda, as seguintes aquisições:

Material para o arsenal cirúrgico:

1 projetor Movie-«Mite» de 300 W x 110 v, com alto-falante, para distração dos enfermos.

O Ambulatório do Hospital «Clementino Fraga» acusou o seguinte movimento:

Radioscopias	125
Radiografias	131
Receitas expedidas	296
Pneumotóraxes aplicados	94
Pneumoperitôneos	106

Convidado pelo Govêrno esteve nesta Capital o Professor Pereira Filho, do Serviço Nacional de Tuberculose, que estudou os planos para ampliação dessa assistência na Paraíba incluindo a assistência na Paraíba, incluindo, além do novo hospital, a construção de um pavilhão anexo ao Centro de Saúde e o recenseamento toráxico.

IV — REFORMAS

1. Unidades Sanitárias Itinerantes

As reformas por que estão passando os serviços de Saúde Pública do Estado visam, sôbretudo, estender os seus benefícios às populações do interior.

Já foram recebidas duas camionetes «Fordson», que se destinam á instalação de unidades sanitárias itinerantes compostas de médico, enfermeiro e dentista. O serviço será dotado da necessária mobilidade a fim de levar aos mais distantes recantos a assistência sanitária indispensável. A primeira das unidades sanitárias será sediada em Patos, atendendo a êsse município, ao Vale do Piancó e áreas circunvisinhas. A segunda terá por sede Campina Grande, destinando-se a atender á zona do Cariri.

Foi reiniciada a construção do Hospital Regional de Campina Grande, que será provido de um serviço de pronto-socorro, devendo em breve reiniciar-se também a dos Hospitais Regionais de Guarabira e Itaporanga, com recursos do Estado até a concessão dos créditos federais necessários à sua conclusão.

Adotou o Govêrno um regime de compras à vista, mediante concorrência de preços, para todos os materiais destinados à fabricação de medicamentos. Essa reforma teve como resultado uma economia em favor do erário, de Cr$ 104.778,00, conforme o quadro abaixo:

MATERIAL	Quantidade	Preço anterior	Preço atual	Diferença para menos
Cibazol	100.000	46.000,00	20.000,00	26.000,00
Enteroviofórmio	50.000	41.500,00	34.000,00	6.500,00
Vacina antipiogênica	5.000	18.000,00	10.000,00	8.000,00
Penicilina de 200.000 unidades	5.000	29.000,00	20.000,00	9.000,00
Sulfadiazine	40.000	23.300,00	18.800,00	4.500,00
Acrosin	10.000	84.000,00	82.000,00	2.000,00
Sulfaguanidina	10.000	5.700,00	4.700,00	1.000,00
Pulmodex	20.000	30.000,00	28.000,00	2.000,00
Vacina contra coqueluche	5.000	11.000,00	8.000,00	3.000,00
Beglucil	5.000	32.400,00	31.850,00	550,00
Protingetol A	10.000	26.500,00	21.200,00	5.300,00
Penicilina de 500.000 unidades	5.000	58.000,00	50.000,00	8.000,00
Protingetol B	10.000	31.000,00	24.800,00	6.200,00
Genitovacin	10.000	28.000,00	22.444,00	5.556,00
Gluconato de Cálcio	50 Kg	5.500,00	4.500,00	1.000,00
Cloreto de Cálcio	50 Kg	1.440,00	1.350,00	90,00
Benz. de sódio	5 Kg	300,00	215,00	85,00
Iodêto de sódio	50 Kg	18.500,00	12.750,00	5.750,00
Vitamina B-1	3 Kg	16.800,00	13.800,00	3.000,00
Vitamina C	10 Kg	9.500,00	7.500,00	2.000,00
Dermatomicol	5.000	32.750,00	27.500,00	5.250,00
		594.190,00	445.409,00	104.778,00

2. S. E. S. P.

Além dos serviços a cargo do Departamento de Saúde, mantém o Govêrno um convênio com o Serviço Especial de Saúde Pública para dar assistência sanitária aos municípios de Alagoa Grande, Areia, Esperança e Alagoa Nova.

A primeira contribuição anual de Cr$ 2.000.000,00, foi paga pelo atual Govêrno no exercício de 1951.

O Hospital Regional de Alagoa Grande, iniciado no ano passado e devendo concluir-se no corrente ano, e a obra principal resultante daquele convênio.

3. REORGANIZAÇÃO HOSPITALAR

Esteve na Paraíba, por solicitação do Govêrno ao Ministério de Educação e Saúde, o Dr. Mário Reis, que veio estudar e planejar a reorganização hospitalar do Estado. De suas observações, conforme o parecer aprovado por aquêle Ministério, já resultou o aumento dos auxílios e subvenções pagos pelo Govêrno Federal, que passaram a ser distribuidos de acôrdo com o número de leitos de cada hospital.

Foram, por fim, duplicadas as subvenções pagas pelo Estado aos hospitais de Sapé, Itabaiana, Cajazeiras e Patos.

4. CENTROS DE PUERICULTURA

Em colaboração com a Campanha Nacional da Criança, dirigida pelo Senador Assis Chateaubriand, serão construídos novos Postos de Puericultura nesta Capital, em Campina Grande e outras cidade do interior.

EDUCAÇÃO

ORGANIZAÇÃO

1. ESTABELECIMENTOS EXISTENTES

O ensino na Paraíba abrange os cursos: superior, normal, secundário, profissional e primário, e é ministrado em 5.624 estabelecimentos, assim distribuídos:

Escolas superiores	De Agronomia	1
	De Direito	1
	De Ciências Econômicas	1
	De Medicina	1
	De Filosofia	1
	De Odontologia	1
		6

A Faculdade de Odontologia, criada pela Lei Estadual n.º 646, de 5|12|1951, funcionará a partir de 1953. As demais encontram-se em funcionamento.

Escolas normais	Do 2.º ciclo	8
	Do 1.º ciclo	9
		17
Escolas secundárias	Ginásios	10
	Colégios	7
		17
	Particulares	8

Escolas profissionais	(Federais	1
	(Estaduais	1
		10
Escolas primárias	(Estaduais	1.909
	(Municipais	496
	(Particulares	169
		2.574

O Ministério da Educação mantêm no Estado 850 cursos de alfabetização de adultos.

2. ENSINO SUPERIOR

O atual Govêrno patrocinou a federalização da Escola de Agronomia do Nordeste e o reconhecimento oficial das Faculdades de Direito e Medicina. Criou as Faculdades de Filosofia e Odontologia que serão mantidas pelo Estado. Auxiliou com materiais de construção e recursos financeiros a instalação das Faculdades de Direito e de Medicina, do Curso de Assistentes Sociais e a ampliação do edifício da Faculdade de Ciências Econômicas. Obteve, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, a colaboração de eminentes professores estrangeiros para lecionar nas escolas de Medicina e Filosofia. Contratou, ainda, os serviços do Professor Gilberto Freyre como consultor cultural dessa última Faculdade, que funcionará, não só como órgão de formação do professorado secundário, mas também como núcleo de altos estudos e pesquisas científicas. Nela serão organizados cursos intensivos, ministrados por especialistas de renome, visando ao aperfeiçoamento intelectual da Paraíba.

3. ENSINO NORMAL.

a) INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

ORGANIZAÇÃO

O ensino normal, destinado à formação do professorado primário, tem como principal estabelecimento o Instituto de Educação, mantido pelo Estado

Êsse Instituto que inclui em seu conjunto a Escola de Professores, a Escola de Aplicação e o Ginásio Feminino, êste ainda desintegrado do órgão central. Foi encontrado pelo atual Govêrno em lastimável situação. O seu professorado não recebia remuneração "pro-labore" havia um ano. Não funcionavam as instalações hidráulicas. O prédio da Escola de Aplicação ameaçava ruína e não havia, siquer, um "bureau" para os trabalhos da diretoria. Tudo, porém, já foi providenciado, aproveitando-se o período de férias escolares. Não eram realizados exames vestibulares para o ingresso na Escola de Professores, requisito essencial que, a partir de 1952, passou a ser observado. Já se acha elaborado e será aprovado o Regimento do Instituto, abrangendo tôda essa organização.

b) ESCOLA DE PROFESSORES

A Escola de Professores sofria as mesmas falhas e deficiências.

As aulas de Puericultura passaram a ser dadas em práticas semanais na Maternidade "Cândida Vargas".

Foi adquirido um aparelho elétrico destinado às aulas de Trabalhos Manuais. Havia seis anos que a Escola de Professores não participava das exposições de Trabalhos Manuais do fim do ano, falha que foi corrigida em fins do ano passado.

Na Biblioteca do Instituto, reduzida a três pequenas estantes de livros, foi substituída uma mesa velha para leitura por seis bancas modernas e apropriadas.

O Arquivo, que não passava de um montão de embrulhos de provas, cadernetas e documentos importantes, sem nenhuma distribuição por série e por ano letivo, acha-se com todos os seus papéis devidamente classificados e catalogados.

O salário dos professores encontrado pelo atual Govêrno com atraso de cinco meses, está sendo mantido rigorosamente em dia.

Foi instituído o ensino de Canto Orfeônico, havendo o Côro Orfeônico do Instituto de Educação se exibido em público, com pleno êxito, com 35 figuras.

Fundou-se o «Jornal Pedagógico», que circulou em várias edições, obtendo grande receptividade no interior do Estado.

A Caixa Escolar do Instituto, encontrada apenas com

uma ata feita em 1944 e em cofre Cr$ 45,00, foi inteiramente restaurada e, já no exercício de 1951, movimentou cêrca de Cr$ 10.000,00.

Organizará o Instituto, no corrente exercício, a 1.ª Semana de Estudos Pedagógicos. Já se encontra elaborado o Regulamento do Ensino Normal que virá preencher uma grande lacuna.

O movimento escolar acusou os seguintes índices:

Alunos matriculados em 1951	70
Idem, idem, em 1952	52
Frequência média	26
Professores diplomados em 1951	24

c) ESCOLA DE APLICAÇÃO

Essa Escola, que compreende o Grupo Escolar e o Jardim de Infância, funciona em edifício inadequado, de poucos compartimentos, a tal ponto que o Jardim de Infância está oprimido num antigo corredor, transformado em sala de instrução. Foram feitas 194 substituições de vidros que se encontravam quebrados. Reparos gerais na coberta evitaram a invasão das águas nas salas de aula. Prosseguem, ainda, os serviços de consêrto.

O movimento escolar acusou os seguintes índices:

a) NO GRUPO ESCOLAR

Alunos matriculados em 1951	264
Idem, idem, em 1952	226
Frequência média	187
Conclusões de curso em 1951	43

b) NO JARDIM DE INFANCIA

Alunos matriculados em 1951	58
Idem, idem, em 1952	33
Frequência média	38
Conclusões de curso em 1951	9

A direção do Instituto de Educação julga desaconselhável a matrícula de grande número de alunos no Jardim de Infância, em virtude da deficiência de suas acomodações.

Foram realizadas reuniões de pais e mestres e instituiu-se o ensino de canto orfeônico, em franco progresso.

4. ENSINO SECUNDÁRIO

a) COLÉGIO ESTADUAL DE JOÃO PESSOA

a) ORGANIZAÇÃO

É êste o estabelecimento líder do ensino secundário na Paraíba. Mantém os cursos ginasial e colegial, inteiramente gratuitos, funcionando em três turnos. Dispõe de Secretaria, um gabinete dentário, uma caixa escolar e um centro de cultura. O movimento escolar acusou os seguintes índices:

Alunos matriculados em 1951	1.204
Idem, idem, em 1952	1.242
Frequência média	1.108
Alunos diplomados em 1951	111

A educação física tem sido prejudicada, durante as épocas chuvosas, por falta de um "ginasium" para prática dos esportes e das aulas. Êsse melhoramento é julgado urgente.

b) MELHORAMENTOS

Como o Instituto de Educação, foi o Colégio Estadual encontrado nas piores condições, necessitando suas dependências de rebôco, pintura e reparos gerais na coberta e nas instalações sanitárias, o que já foi feito. Procedeu-se à substituição dos bebedouros e torneiras imprestáveis e construíram-se dois balcões e pratleiras a marmorite e azulejo, na cantina.

Funcionou o Gabinete Dentário, cujo movimento foi o seguinte:

Consultas	666
Extrações	128
Obturações	476
Curativos	70
Altas	22

Foram adquiridos vários mapas e coleções completas de discos para a Secção de Canto Orfeônico, assim como novos instrumentos para a Banda Marcial.

A Caixa Escolar "João Bráulio" dispendeu com fardamentos, calçados, ingressos para teatro e prêmios a importância de Cr$ 28.476,00. Forneceu ainda por empréstimo aos alunos pobres, livros escolares.

b) REFORMAS

O Gabinete Médico necessita, para seu pleno funcionamento, do seguinte material:

1 tensiômetro
1 aparelho para aplicações de raios infra-vermelhos
1 idem, ultra-violeta
1 aparelho de diatermia
1 aparelho de ondas curtas
Seringas hipodérmicas

b) COLÉGIO ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE

Êsse Colégio, a ser inaugurado no início de 1952, constituirá o segundo estabelecimento de ensino secundário de importância no Estado. Tem capacidade para cêrca de 2.000 alunos e virá concorrer para maior desenvolvimento do ensino no interior, proporcionando às classes pobres o acesso à instrução secundária, sem o pagamento das taxas exorbitántes que tornam quasi proibitivo o ensino particular.

Pelo decreto n.º 340, de 6|9|1951, foi aberto o crédito de Cr$ 2.500.000,00. destinado à sua conclusão, tendo sido gastos, durante o exercício de 1951 e 1.º trimestre de 1952, Cr$ 950.000,00. O material escolar e didático, destinado às primeiras séries ginasial e colegial, já está sendo encomendado no sul do país.

5. ENSINO PROFISSIONAL

a) ESCOLA PROFISSIONAL "PRESIDENTE JOÃO PESSOA"

A Escola "Presidente João Pessoa", apesar de dispôr

de boas oficinas para o aprendizado de várias profissões, vinha sendo confinada, pela sua subordinação à Secretaria do Interior e Segurança Pública, à simples condição de colônia correcional de menores anormais, desprezando-se a parte de preparação profissional a que também se destina.

Pela Lei n.º 595, de 27|10|1951, passou a ser subordinada ao Departamento de Serviço Social, e atualmente recebe vários melhoramentos, conforme é referido nesta Mensagem, a fim de que possa, em breve, preencher tôdas as suas finalidades.

b) ESCOLA TÉCNICA PARA EMPREGADAS DOMÉSTICAS

Era intenção do Govêrno construir uma escola doméstica, com cursos rápidos para cosinheiras, arrumadeiras, copeiras e pagens, conforme consta da Mensagem dirigida ao Legislativo em 1.º de junho de 1951.

Propuzeram-se as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, com sede na Casa do Calvário, desta Capital, a organizar êsse curso, desde que pudessem contar com o auxílio do Govêrno, proposta que foi aceita.

Custeou o Estado o transporte, por via aérea, de uma das Irmãs, que foi ao Rio de Janeiro tratar da organização da escola e do recrutamento do professorado que não se encontrava nesta Capital.

Para a abertura dos cursos, além das despesas de instalação que montaram a cêrca de Cr$ 100.000,00, concorreu o Estado com móveis e outros utensílios.

Empenhou-se, ainda, junto aos Prefeitos Municipais, a fim de que apoiassem a nova instituição, que já se acha inaugurada e em funcionamento. O movimento dêsse curso, onde foi instalada também uma escola de adultos, é verdadeiramente surpreendente, elevando-se a matrícula a 90 e a frequencia média a 80 alunas.

c) ARTEZANATO

O Govêrno entrou em entendimento com a Escola do S.E.N.A.I., de Campina Grande, no sentido de dar desenvolvimento à formação do artezanato na Paraíba. As bases para essa cooperação já foram estabelecidas, devendo ser, oportunamente, encaminhado o assunto à aprecia-

ção do Legislativo. É materia de maior interêsse para o Govêrno do Estado, a fim de, poder, por falta de grandes indústrias, observar as nossas disponibilidades de mão de obra.

6. ENSINO PRIMÁRIO

a) UNIDADES ESCOLARES E PROFESSORADO

É o ensino primário o setor onde o Estado tem maiores responsabilidades. Dispõe de 1.909 unidades escolares e de 2.608 professores primários, conforme os quadros abaixo:

Grupos Escolares	94
Escolas Reunidas	30
Escolas Pré-Primárias	13
Escolas Elementares Rurais do I.N.E.P.	277
Escolas Elementares	1.495

Dessas unidades escolares 605 foram encontradas pelo atual Govêrno desprovidas de professor, falha que vem sendo sanada à medida das possibilidades do erário e das dotações concedidas.

b) PROFESSORES PRIMARIOS ESTADUAIS:

Diplomados	1.223
Não diplomados	1.385
Regentes de Classe admitidos a partir de fevereiro até dezembro de 1951	237
Regentes de Classe admitidos no 1.º trimestre de 1952	225
Regentes de Classe readmitidos em 1951	85
Regentes de Classe readmitidos no 1.º trimestre de 1952	58
Professores nomeados em 1951	1
Professores nomeados no 1.º trimestre de 1952	18

7. EDUCAÇÃO FÍSICA E ARTÍSTICA

Dispõe o Estado, apenas, de 32 Monitoras e 6 Professores

de Educação Física, dos quais 19 têm exercício nesta Capital e 15 no interior. Está o Govêrno dedicando maior atenção a êsse setor do ensino, que foi encontrado pràticamente abandonado. Para brilhantismo da parada cívica de 7 de Setembro foram adquiridos calçados e uniformes para 1.500 alunos das escolas primárias desta Capital.

A Educação Artística passou, igualmente a merecer maiores cuidados da administração. Pelo Decreto n.º 331, de 17 de agôsto de 1951, foi criado o Curso de Canto Orfeônico, que já no exercício corrente diplomou a primeira turma, composta de 35 professoras.

8. SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESCOLAR

Pela Lei Estadual n.º 608, de 13|11|1951, foi reestruturada a carreira de Inspetor Técnico do Ensino. A essa reforma, que visou dar maior eficiência à inspeção escolar, seguir-se-á outra, com a criação de Delegacias Regionais do Ensino. A inspeção escolar tem a seguinte estrutura:

Zonas Escolares	15
Inspetor Geral	1
Inspetores Técnicos	21
Inspetores Auxiliares	44

Cada Zona Escolar abrange três municípios, excetuando-se a 1.ª, 8.ª e 9.ª, que são constituídas por dois municípios. Em média, cabem 91 escolas para cada inspetor.

São Inspetores Auxiliares do Ensino os diretores de Grupos Escolares das sedes dos municípios, com exceção da Capital e de Campina Grande.

9. APARELHAMENTO ESCOLAR

a) MOBILIÁRIO

Carteiras escolares existentes em janeiro de 1951	12.038
Carteiras escolares construídas em 1951 pelo D.O.P.	420
Carteiras escolares adquiridas no 1.º trimestre de 1952	5.000
	17.458

Mesmo com aquisição de 5.000 novas carteiras, e a fabricação de 420 nas oficinas do Estado, o mobiliário escolar continua a apresentar índice deficiente, como seja, de oito carteiras para cada escola.

b) ASSISTÊNCIA DENTÁRIA ESCOLAR

Para se ter uma idéia do que são as deficiências dessa assistência, basta referir que apenas nove gabinetes dentários servem à população escolar do Estado, sendo cinco na Capital, dois em Campina Grande, um em Santa Rita e um em Cajazeiras.

A Lei n.º 458, de 16.3.1950 autorizou o Govêrno a instalar pelo menos dois gabinetes dentários por ano, mandando consignar no Orçamento a importância de Cr$... 50.000,00 destinada a êsse fim, o que não foi providenciado.

A Lei n.º 721, de 4.1.1952, deu nova orientação ao assunto, que passou à competência do Departamento de Saúde, já estando em andamento as providências necessárias a seu atendimento com a criação do serviço médico-dentário itinerante.

c) MATERIAL DIDÁTICO

Em janeiro de 1951 somente os Grupos Escolares de 1.ª Categoria existentes na Capital dispunham de algum material didático, assim mesmo na sua quasi totalidade já gasto e imprestável.

Para suprir essa falta foi feita a aquisição do seguinte material:

Contadores mecânicos	124
Coleções de sólidos geométricos	124
Mapas diversos	3.264
Despesa com essa aquisição .. .. Cr$	248.020,00

Além do material acima, foram encomendados 50.000 mapas do Estado da Paraíba, 1.896 globos e 1.896 Bandeiras Nacionais.

10. PRÉDIOS ESCOLARES

Prédios escolares existentes em janeiro de

1951, de propriedade do Estado	234
Idem, idem, pertencentes aos municipios e utilizados pelo Estado	5
Idem, idem, pertencentes ao Govêrno Federal e utilizados pelo Estado	13
Idem, idem, pertencentes a particulares e alugados ao Estado	679
Escolas rurais construidas com verbas do INEP	271

Prédios escolares concluídos de 1.º de janeiro de 1951 a março de 1952:

Escolas rurais	8
Grupos escolares	6

Uma comissão composta do Diretor de Obras Públicas, do Inspetor Geral do Ensino e do inspetor Técnico da 1.ª Zona Escolar, incumbida de verificar o estado dêsses prédios em 1951, chegou à seguinte conclusão: "O estado de conservação dos prédios escolares do Estado é bastante precário, sendo que na quasi totalidade estão a precisar de reparos nas esquadrias, fôrro, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, necessitando ainda de limpeza, caiação e pintura, chegando a existir grupos que há 19 anos não são pintados, como acontece com o de Antenor Navarro, e outros que foram pintados na época da construção».

Pelo Decreto n.º 340, de 6.9.1951, foi aberto o crédito de Cr$ 9.000.000,00, destinado a reparos, reconstrução, conclusão e aparelhamento dos prédios escolares.

De dezembro de 1951 a março de 1952, foram realizados por conta dêsse crédito, os seguintes serviços:

Escolas e grupos restaurados		22
Grupos escolares concluídos		6
Despesas com êsses serviços	Cr$	596.358,70

Estão ainda em serviço os seguintes:

Escolas rurais	19
Grupos escolares	6
Escolas normais	2

11. REFORMAS

a) EQUIPE DE TÉCNICOS

Carece a organização do ensino primário de várias reformas. Para atender a êsse objetivo, foi convidada uma equipe de técnicos selecionada dentre os elementos da Secretaria de Educação do Distrito Federal, a qual deverá iniciar os seus trabalhos ainda no corrente ano.

b) COMISSÃO DE ASSESSORES

Foi constituida, ao mesmo tempo, uma Comissão de Assessores Técnicos que já se encontra em atividade, como órgão de consulta e observação das falhas e necessidades do ensino primário, coligindo os elementos indispensáveis às reformas capazes de assegurar maior desenvolvimento e aprimoramento à instrução pública.

A Comissão de Assessores Técnicos já elaborou os seguintes trabalhos:

Programa de ensino para as escolas primárias
Estudo sôbre a adoção de livros didáticos mais atualizados
Levantamento do material didático e mobiliário escolar
Estudo para reorganização do serviço dentário escolar
Estudo para criação de um curso e colônia de férias para professores

Trabalha a Comissão, atualmente, nos seguintes projetos de reforma:

Criação de um centro de pesquisas educacionais
Criação de um serviço de fiscalização das Inspetorias Técnicas
Construção de uma escola-modêlo
Reorganização do serviço de merenda escolar e demais instituições auxiliares do ensino
Organização de concursos para provimento efetivo na classe inicial da carreira de "Professor"
Criação de uma biblioteca especializada
Criação de um centro de pré-orientação de trabalhos manuais para professores.

12. ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Funcionaram em 1951, na Paraíba, 850 cursos de alfabetização de adultos, com o seguinte movimento:

Alunos matriculados	27.217
Alfabetizados	14.450
Índice do rendimento escolar	53.092
Importância recebida para financiamento dêsse serviço .. .. Cr$	2.829.538,80

O ensino supletivo vinha sendo ministrado por professores, em sua maioria, não legalmente habilitados. No corrente exercício procedeu-se ao concursamento de todo o professorado, registrando-se os seguintes resultados:

Inscritos	1.311
Aprovados	1.061
Inabilitados	250

As bancas examinadoras tiveram a seguinte constituição:

Presidente	Juiz de Direito da Comarca
1.º Examinador	Inspetor Técnico Regional
2.º Examinador	Inspetor Auxiliar do Ensino

Ainda no exercício vigente será realizada a primeira Missão Rural de Alfabetização de Adultos e inaugurado o cinema educativo.

O professorado primário estadual e os inspetores técnicos do ensino cooperam com a Campanha de Alfabetização de Adultos em todo o território do Estado.

CULTURA

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

I "A UNIÃO" E IMPRENSA OFICIAL

Êsse Departamento, que subordina a "A UNIÃO" e a Imprensa Oficial fôra encontrado pelo atual Govêrno com os seus serviços em lastimável abandono. O edifício da "A UNIÃO" tinha a quasi totalidade de suas vidraças quebradas, três das oito linotipos não funcionavam e todos os aparelhos sanitários obstruídos. Faltava papel para impressão do "Diário Oficial" e as lâmpadas para fotografias vendidas nesta Capital por Cr$ 7,20 e em Recife Por Cr$ 7,00 eram adquiridas ao preço de Cr$ 19,50.

II — MELHORAMENTOS

Em 1951 foram restaurados o mobiliário e o telhado do edifício, bem como as instalações d'água e esgôto. Adquiriram-se seis máquinas novas de datilografia e um rádio-receptor para o serviço telegráfico. Foi providenciada a compra de papel para impressão. Adquiriram-se novas matrizes. E, ao encerrar-se o exercício passado, verificou-se que o movimento financeiro superava o de 1950 no total de Cr$ 52.980,50.

III — REFORMAS

Cedido pelo Governador de Pernambuco veio até à Paraíba um técnico da Imprensa Oficial daquele Estado, que procedeu a todos os reparos de que careciam as máquinas linotipos. Está ainda o Govêrno em entendimento com modernas organizações gráficas da Capital Federal com o objetivo de adquirir novas máquinas impressoras, linotipos e material destinado à restauração das máquinas

existentes. Com êsses melhoramentos será a capacidade das oficinas da Imprensa Oficial aumentada na razão de 80% sôbre a sua atual produção industrial. Também será recuperado todo o serviço de "clichérie" e reorganizado o quadro de Redatores, Revisores e Impressores.

Imprimiu-se a "A UNIÃO" um novo feitio intelectual, compreendendo não só a reforma do seu corpo redacional, como também a organização de coleções destinadas à publicação de trabalhos literários, históricos e científicos, tendo sido editados já os primeiros livros dentro dessa orientação.

BIBLIÒTECA PÚBLICA

I — ORGANIZAÇÃO

Fundada há quase um século, continuava a Biblioteca Pública desprovida da mais rudimentar organização. Sob o aspecto biblioteconômico, nenhum indício apresentava de tentativas anteriores para sua reforma. As instalações eram as mesmas de 1856, quando foi fundada.

Durante o exercício de 1951, o prédio foi restaurado e pintado. As instalações sanitárias e elétricas, substituidas totalmente. Os móveis, que na sua maioria, estavam inutilizados, foram restaurados e envernizados.

Foi organizada uma Secretaria para contrôle do acêrvo. Com a cooperação da Diretoria do Patrimônio do Estado, foi feito o Inventário dos livros e demais pertences, que foram fichados em fichas duplas, num total de 16.000.

II — ACRÉSCIMO DO PATRIMÔNIO

O patrimônio, em 1951, foi enriquecido de:

Livros (volumes)	400
Estantes	6
Móveis para leitura	2
Móveis para exposições permanentes	2
Móvel especial para mapoteca	1
Pequenas mesas	2

Observa-se que êsses melhoramentos foram realizados, apesar da redução de 75% feita no Orçamento do exercício de 1950 e mantida no de 1951.

III — REFORMAS

O Govêrno contratou, no exercício vigente, o técnico em biblioteconomia Edson Nery da Fonseca, que já se acha em função, a fim de planejar e superintender a execução das reformas necessárias à Biblioteca Pública.

E' o seguinte o resumo do plano elaborado para êsse serviço:

Construção de um novo edifício, em lugar central e silencioso

Criação de um curso de Biblioteconomia, anexo à Faculdade de Filosofia e em colaboração com o Instituto Nacional do Livro, de acôrdo com o ante-projeto de lei a ser encaminhado à Assembléia Legislativa

Reorganização do Arquivo Público, com seleção dos documentos de interêsse histórico, que passarão a integrar a Secção de Manuscritos e Livros Raros da Biblioteca Pública

Descentralização administrativa da Biblioteca Pública, que passará a funcionar como órgão de aperfeiçoamento cultural da comunidade, promovendo conferências, concêrtos, exposições, cursos, etc

Apresentação de ante-projeto de lei tornando obrigatória, para os estabelecimentos tipográficos do Estado, a remessa à Biblioteca de um exemplar de cada trabalho que imprimirem.

Plano de organização de bibliotecas em diversos municípios e orçamento para um serviço de bibliotecas ambulantes, a funcionarem como sucursais da biblioteca central

Além do planejamento dos serviços da Biblioteca Pública, elaborará o mesmo técnico planos para organização de bibliotecas modernas, a serem instaladas em cooperação com os govêrnos municipais em várias cidades do

RÁDIO TABAJARA DA PARAÍBA

I — ORGANIZAÇÃO

A Rádio Tabajara compõe-se de um Departamento

Técnico, um Departamento Artístico e um Departamento Comercial. As suas instalações, adquiridas à S. A. Philips do Brasil, custaram ao Estado a importância de ..... Cr$ 1.833.573,00, que não foi de todo liquidado. Encontrada com graves defeitos técnicos, além de completa desorganização administrativa, não dispunha de rendas para sua manutenção, estando, por outro lado, sobrecarregada de pessoal.

II — MELHORAMENTOS

No exercício de 1951, recebeu a Rádio Tabajara vários melhoramentos. Dentre êstes, salientam-se:

Construção de uma cabine para locutores
«Stúdio» para gravador, de acetato
Idem, para radiator, provido de celotex
Aquisição de um gravador de fita «Revére», para reportagens externas.
Idem, um piston inglês.
Dois violões.
Idem, uma tuba e dois bongos.
Idem, quatro máquinas «Remington», duas «Siemag» e duas «Halda».
Idem, três «bureaux» para produtores.
Idem, uma máquina para calcular.
Idem, válvulas para transmissor e mesa de contrôle
Idem, um relógio «Silco» para o «Studio».

Foi, ainda, instalada iluminação florescente em tôdas as dependências do edifício, construída uma bilheteria envidraçada, uma ribalta em palco-auditório, uma borboleta para entrada do público e reparados todo o instrumental e o mobiliário do auditório, além de pintura dêste a óleo «Duco».

II — REFORMAS

1. Departamento Técnico

No começo do atual exercício, contratou o Govêrno um técnico para planejar e executar as reformas que se fizessem necessárias para o perfeito funcionamento da Rádio.

Foram adquiridos para êsse fim materiais no valor de

Cr$ 329.132,50. Iniciaram-se os serviços de montagem das tôrres de emissão e do transmissor de 1.000 «wats» em ondas curtas que funcionará em breve, logo após a concessão de metragem conveniente pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.

Dispunha a Rádio Tabajara de um Transmissor F. M. (Freqüencia Modulada), que se achava na Agência Philips de Recife desde a inauguração da emissora, não tendo sido utilizado á falta de um veículo apropriado. No corrente ano adquiriu o Govêrno uma camionete «Utility Dodge» para êsse serviço.

2. Departamento Artístico

Além das reformas por que passou a Orquestra Tabajara, com a aquisição de melhores instrumentos e uniformes novos para seus componentes, foram melhorados a programação de «studio», a discoteca e a musicoteca, instituindo-se «broadcastings» recreativos, educacionais e culturais. Dentre êstes, salienta-se a criação da «Universidade do Ar», contando com a colaboração de professores do magistério superior e secundário.

Foram atraídos à Paraíba artistas de grande projeção nacional e internacional, como Tommy Dorsey e Agustin Lara.

O corpo de cooperadores foi melhorado com o contrato de novos locutores, cantores, músicos, radiatores, etc.

3. Departamento Comercial

O seguinte confronto das rendas de publicidade demonstra o progresso que se vai alcançando e o apôio que o público tem dado às reformas introduzidas pelo Govêrno na emissora oficial:

MESES	1951	1952
	Cr$	Cr$
Janeiro	98.477,40	116.610,90
Fevereiro	59.639,00	99.276,40
Março	73.317,10	146.186,30
Cr$	231.433,50	362.073,60

Convém notar que na demonstração acima não está computada a renda das operações realizadas pelo repre-

sentante da emissora na Capital do País, referente ao 1º trimestre de 1952.

ARTES E LETRAS

Atraiu o Govêrno para a Paraíba valores novos para estímulo do nível espiritual, como o professor francês François-Luc Charmont e Senhora, vindos diretamente de Paris, e o professor Agostinho da Silva, da Faculdade Nacional de Lisboa. Colaborou, também, intercedendo junto ao Itamaraty, para a vinda do professor Geraldes Barba, assistente do professor Celestino Costa, de Lisboa, a fim de lecionar na Faculdade de Medicina.

Como manifestação de aprêço do Estado à moderna literatura brasileira, foi comemorado oficialmente o cinquentenário do escritor paraibano José Lins do Rêgo, vindo á Paraíba, por essa ocásião, numerosa caravana de intelectuais residentes na Capital da República que se associaram ás comemorações.

CONGRESSOS E INSTITUIÇÕES DE ARTE

Auxiliou o Govêrno a realização de congressos científicos e a instituições de finalidade artística, como a VII Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Congresso de Engenheiros Civis, Congresso Esperantista, Teatro do Estudante, Centro de Artes Plásticas, etc.

VISITANTES ILUSTRES

Visitaram a Paraíba várias personalidades de relêvo, dentre as quais destacam-se as seguintes: Cardeal D. Jaime Câmara; D. Darcy Vargas, Presidente da Legião Brasileira de Assistência; João Café Filho, Vice-Presidente da República. MINISTROS: Horácio Láfer, da Fazenda; João Cleophas, da Agricultura; Souza Lima, da Viação. GOVERNADORES: Dixsept Rosado Maia, do Rio Grande do Norte; Sylvio Pedrosa, do Rio Grande do Norte; Amaral Peixoto, do Rio de Janeiro, acompanhado de sua exma. espôsa, dona Alzira Vargas do Amaral Peixoto; Raul Barbosa, do Ceará; Agamenon Magalhães, de Pernambuco; Pedro de Freitas, do Piauí; Arnon de Melo, de Alagôas; Ernesto Dorneles, do Rio Grande do Sul. MILITARES: Generais José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Paulo Figueirêdo; A-

mericano Freire; Brigadeiro Ivo Borges; Brigadeiro Alvaro Haebker; Inácio José Veríssimo; Canrobert Pereira da Costa. OUTRAS PERSONALIDADES: Madame Gertrude Lutz, Diretora do FISI no Brasil; Escritor Gilberto Freyre; Dr. Brasílio Machado Neto, Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Dr. Dean Roberts, da Organização Mundial de Saúde; Ministro Peter Hayden, da Austrália; Professor Jean Colomés, da Faculdade de Direito de Lyon.

ORDEM PÚBLICA

I — ORGANIZAÇÃO

A Secretaria do Interior e Segurança Pública é o órgão centralizador, que superintende a ordem pública no Estado. Inclui em seus serviços, além da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, os Departamentos de Polícia Civil, de Presídios e de Publicidade, as Delegacias Especiais de Ordem Política, Social e Econômica, de Investigações e Costumes, de Trânsito, Delegacias Regionais, Arquivo Policial-Criminal. Instituto de Polícia Técnica, Inspetoria de Polícia Marítima e Aérea e Guarda Civil. Pela Lei n. 594, de 26|10|1951, foi desmembrada dessa organização a Rádio Tabajara da Paraíba.

II — ATIVIDADES

1. Polícia Militar

Achava-se a Polícia Militar desprovida de tudo: fardamento, viaturas, armamento, munições, materiais para acampamento. Os quartéis desta Capital e de Campina Grande careciam de urgentes reparos. Muitas praças havia dois anos não recebiam fardamento.

Durante o exercício de 1951 foi distribuído regularmente às praças o fardamento a que tinham direito. Criou o Govêrno e já está em funcionamento um Ambulatório anexo ao Hospital Militar. Foram pintados os edifícios do quartel desta Capital e de Campina Grande e reparadas as instalações hidráulicas dêste último. Construiu-se um pavilhão de invernada na Fazenda «Simões Lopes» e criou-se um Armazém Reembolsável na Cantina do 2.º Batalhão. Já no corrente exercício adquiriu o Govêrno armamentos e munições para suprimento do arsenal militar, além de novas viaturas para transporte. As promoções entraram a obedecer a um rigoroso critério de justiça.

Mas, a reforma mais importante por que passou essa

corporação foi ter sido reintegrada em sua finalidade constitucional de mantenedora da ordem pública, de que se tinham transviado alguns de seus elementos por culpa do próprio Govêrno que os lançava em campanhas políticas ou os empenhava a serviço de mandonismos municipais.

2. Corpo de Bombeiros

Todo o material dêsse serviço foi encontrado imprestável. Dispunha de dois únicos carros antiquados e gastos — um auto-material e um auto-bomba. Embora tivesse pessoal suficiente e apto ao desempenho de sua tarefa, possuía apenas duzentos metros de mangueiras estragadas.

Já foi aberta e aprovada pelo Govêrno concorrência pública para a aquisição de material novo e para reparo do existente.

A sede do serviço foi retirada do pardieiro em que se achava alojada, sendo instalada numa ampla dependência do Quartel da Polícia Militar. Dotou-se também essa corporação de novos meios de transporte.

O maior melhoramento, porém, que recebeu o Corpo de Bombeiros foi a organização de seu Serviço de Saúde, composto de um quadro de médicos de tôdas as especialidades.

3. Departamento de Polícia Civil

a) Delegacias Especiais

Foi o seguinte o movimento da Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica no exercício de 1951:

Novos estrangeiros registrados	20
Atestados de conduta concedidos	1.372
Fôlhas corridas	176
Atestados de ideologia	55
Prontuários abertos	14
Indivíduos fichados	28
Licenças e renovações de licença para porte de armas	154

A partir da vigência da Lei n. 702, de 28|12|1951, que deu novas atribuições a essa Delegacia, sua atuação passou a exercer-se igualmente em favor da economia popular. Instalou um Pôsto de Reclamações contra as infrações do tabelamento dos preços no Mercado Central desta Capital,

tendo exercido, ainda, rigorosa repressão contra os açambarcadores.

Foi o seguinte o movimento da Delegacia Especial de Investigações e Costumes:

Inquéritos remetidos à Justiça	61
Queixas registradas	601
Autos de apreensão	184

Essa Delegacia exerceu ainda severa fiscalização dos costumes, zelando pela moralidade pública nas ruas e praças desta Capital.

A Delegacia Especial de Trânsito acusou o seguinte movimento:

Veículos registrados	4.062
Renda proveniente de vários serviços .. Cr$	1.198.185,70
Idem, idem de multas impostas por infrações regulamentares .... Cr$	181.965,00

Convidado pelo Govêrno, veio à Paraíba o Cel. Geraldo de Menezes Côrtes, abalisado técnico em questões de trânsito, que planejou a reforma de todos os serviços dessa Delegacia. O plano que elaborou após cuidadosas observações realizadas nesta Capital e em Campina Grande, consiste, em síntese, do seguinte:

— Promover uma assistência técnica de engenharia de tráfego da qual se possam beneficiar todos os municípios paraibanos, graças a uma Comissão de Engenharia do Estado, encarregada de planejar as medidas de correção e introduzir nas vias públicas atuais e de aconselhar a orientação certa para os novos projetos ou, até mesmo deles cuidar em suas linhas essenciais.

— Melhorar o aparelhamento da ação policial ostensiva, para que seja possível o patrulhamento de nossas estradas por fôrças adequadamente equipadas e acionadas e para que mais eficiente se torne a fiscalização nas cidades e nas zonas rurais, de modo a punir severa e indistintamente a todos os infratores de trânsito, que comprometem a segurança de outros e prejudicam o interêsse coletivo. Para isto, adquiriremos viaturas apropriadas para a polícia, equipadas com material de socôrro urgente e para perícia de acidentes e dotados de rádio-fonte para suas intercomunicações. Dispostos no interior do Estado, inicial-

mente em Campina Grande, Patos e Cajazeiras, a Paraíba será progressivamente melhor policiada; motocicletas e triciclos, conferidos como «Servi-car» também dotados de rádio-fonia, possibilitarão melhor patrulhamento, especialmente em João Pessoa e na estrada para Cabedelo. Aperfeiçoaremos os nossos policiais, com instruções adequadas e não deixaremos que a especialização comprometa a unidade na ação policial ostensiva, para que ela possa ser rigorosamente eficiente, em sua ampla missão de assistência pública.

— Aperfeiçoar as normas administrativas, no tocante a trânsito, criando um sistema adequado e padronizado para os informes de acidentes, de cujos estudos dependem, em larga escala, as providências para maior segurança, realizando exame de habilitação de motoristas segundo orientação moderna, controlando os motoristas para eliminação dos incapazes ou perigosos e vistoriando o equipamento obrigatório dos veículos, como um dos fatores de segurança.

— Desenvolver uma ampla campanha educativa permanente de trânsito, tanto nas escolas primárias e secundárias, quanto para o público em geral. Para difundir os conhecimentos essenciais que todo motorista precisa saber, fizemos imprimir um folheto de perguntas e respostas, para larga distribuição gratuitas, entre motoristas e candidatos. Utilizaremos, como convém e é indispensável, a imprensa e o rádio para difundir, entre os pedestres, os ciclistas e os condutores de pequenos veículos, tôdas as normas essenciais a serem obedecidas no interêsse coletivo e no de cada um.

Essa reforma já se acha em execução, devendo em breve atingir o seu completo desenvolvimento.

b) Delegacias Regionais

Criadas de acôrdo com a Lei n. 620, de 24|11|1951, essas Delegacias que serão providas de bacharel em direito nomeados em comissão, superintenderão o serviço de policiamento em cada uma das seis regiões policiais em que está dividido o Estado.

Já foram providas, dentro dessa orientação, as Delegacias Regionais com sede em Patos e Souza.

c) Arquivo Policial
e) Inspetoria de Polícia Marítima e Aérea

Exames periciais realizados	623
Carteiras de identidade expedidas	2.643
Individuos identificados judiciàriamente	327
Cópias fotostáticas extraídas	2.827
Cópias individuais dactiloscópicas permutadas ..	289

Foi o seguinte o movimento dêsse serviço:

Prontuários confeccionados	467
Fichas de delinqüentes	1.814
Fôlhas corridas	280
Atestados de conduta	1.631

d) Instituto de Polícia Técnica

Estão a cargo dêsse Instituto os serviços de técnica antropológica e pericial. O seu movimento, no último exercício, foi o seguinte:

Foi dado impulso a êsse serviço já no corrente exercício com o provimento do cargo de Inspetor. Está sendo devidamente aparelhado para o desempenho da importante missão que lhe cabe na nova organização da Polícia Civil do Estado.

f) Guarda Civil

A manutenção da ordem e a polícia preventiva, com exceção desta Capital, estiveram sempre a cargo da Policia Militar.

Com a nova organização do Departamento da Policia Civil está o Govêrno preparando o pessoal necessário a fim de entregar à Guarda Civil a responsabilidade pelo policiamento das principais cidades do Estado, a começar por Campina Grande, onde já se iniciou êsse melhoramento.

4. DEPARTAMENTO DE PRESÍDIOS

a) Casa de Detenção

Os estabelecimentos penais do Estado estão sob a ju-

risdição do Departamento de Presídios, criado pela Lei n. 518, de 8|2|1951.

O Govêrno encontrou os órgãos que integram o sistema judiciai-penitenciário em alto grau de afrouxamento da disciplina e falta da higiêne mais rudimentar.

A Casa de Detenção, principal estabelecimento penitenciário do Estado, apresentava o mais indescritível estado de imundicie, agravado pela carência de acomodações para os detentos, e assistência médica e dentária e da própria segurança na maioria das prisões. Recebeu no último exercício os seguintes melhoramentos:

— Foram adquiridos cobertores e rêdes para os reclusos, que na maioria dormiam no chão.

— Repararam-se as instalações sanitárias, procedendo-se à limpeza geral do prédio.

— Transferiram-se cinqüenta detentos, inclusive menores, para a Colônia Penal de Mangabeira, após entendimento com o Juiz das Execuções Criminais, melhorando-se consideràvelmente a acomodação dos restantes reclusos, cujo número, superior a 360, ultrapassa a capacidade do estabelecimento.

— Foi reorganizado o serviço médico-dentário e melhoradas as condições da alimentação fornecida.

— Adquiriram-se 685 roupas para presos e 44 fardamentos, além de calçados e quepis para os guardas.

— Os dormitórios foram supridos de colchões, lençóis, travesseiros e fronhas, gastando-se, com todo o vestuário do estabelecimento, Cr$ 113.887,00.

Durante o ano de 1951 entraram na Casa de Detenção 401 presos, sairam (transferidos e requisitados) 411 e faleceu 1. Em 1.º de janeiro do corrente ano existiam 310.

b) Colônia Penal de Mangabeira

As condições dêsse presídio, que tinha decaído ao ponto de a sua direção cumpliciar-se com a evasão noturna de sentenciados para assaltos na Capital e cidades circunvizinhas, foram também melhoradas, à parte a implantação de um regime de moralidade e disciplina.

Construíram-se duas casas modestas para moradores e abriram-se vários quilômetros de estradas vicinais dentro da propriedade, inclusive marginando o paul.

Intensificou-se o plantio, que fôra encontrado abandonado, de hortaliças e tubérculos. Por determinação do Govêrno, tôda a atividade agrícola passou à superintendência do Departamento de Produção.

A produção de madeiras, de fevereiro a outubro, foi a seguinte:

Lenha (m3)	11.432
Enxamês (unidades)	41.158
Estacas (unidades)	974
Esteios (unidades)	913
Caibros (unidades)	2.904
Andaimes (unidades)	790
Ripas (dúzias)	47
Varas (unidades)	7.850
Linhas (unidades)	382
Mourões (unidades)	4

No exercício vigente conseguiu o Govêrno a vinda de colonos japoneses, esperados dentro em breve, a fim de desenvolver em grande escala a cultura de hortaliças da Colônia Penal de Mangabeira.

c) Reformas

A convite do Govêrno, chegou à Paraíba o Dr. João da Silva Teles, Diretor do Instituto de Biotipologia Criminal do Estado de São Paulo que planejará a reforma dos presídios do Estado, inclusive a construção de uma penitenciária-modêlo nesta Capital e de modernas cadeias públicas nas cidades do interior.

SERVIDORES PÚBLICOS

I — ORGANIZAÇÃO

O Departamento do Serviço Público é o órgão controlador das atividades do funcionalismo estadual. Pela Lei n.º 645, de 3|12|1951, foi restaurada a antiga Divisão de Organização e Orçamento que passou a se denominar Divisão de Organização e Coordenação, excluída, assim, a competência orçamentária que a Constituição do Estado atribuiu à Secretaria das Finanças.

II — PESSOAL

1. INGRESSO E VACÂNCIA

a) FUNCIONÁRIOS

Verificou-se em 1951 e no 1.º trimestre de 1952, a seguinte movimentação de pessoal:

a) NOMEAÇÕES

	Em 1951	1.º Tri. 1952	Total
Em caráter efetivo	52	11	63
Interinamente	92	58	150
Em comissão	33	12	45
Totais	177	81	258

b) EXONERAÇÕES

A pedido	57	26	83
A critério do Govêrno ..	75	14	89
Totais	132	40	172

c) DEMISSÕES

Por abandono do cargo ..	6	2	8
Em virtude de processo ..	6	1	7
Totais	12	3	15
Totais das vacâncias	144	43	187

d) READMISSÕES

No total das nomeações figuram 62 funcionários que já ocupavam outros cargos e funções estaduais, o que limita a 196 o número dos novos ingressos no serviço público, número êste superior apenas em 9 ao total das vacâncias verificadas de fevereiro de 1951 a março de 1952, não se computando as readmissões que representam, na totalidade, atos de reparação.

b) EXTRANUMERÁRIOS

a) ADMISSÕES

	Em 1951	1.º Tri. 1952	Total
Contratados	60	12	72
Mensalistas	320	59	379
Diaristas	241	65	306
Totais	621	136	757

b) DISPENSAS

Contratados	61	4	65
Mensalistas	334	28	362
Diaristas	51	2	53
Totais	446	34	480
c) READMISSÕES	75	—	75

Entre o total das admissões e o das dispensas há a diferença de 277 admissões, sendo de notar que no número

destas estão compreendidos 249 regentes de classes e Inspetores de alunos, cuja admissão se relaciona com o plano de desenvolvimento do ensino primário.

2. PROMOÇÕES

Fôram anuladas por irregularidades substanciais diversas promoções realizadas na passada administração e processadas novas promoções com a observância das formalidades legais, ficando desta sorte definitivamente cancelados noventa daqueles atos, distribuidos pelas seguintes carreiras:

Médico	28
Oficial Administrativo	10
Escriturário	6
Contabilista	2
Estatístico	2
Estatístico-Auxiliar	5
Auxiliar de Escritório	10
Motorista	2
Atendente	19
Contínuo	6

Nas épocas regulamentares de junho, setembro e dezembro de 1951 e março do corrente ano, foram assinadas 283 promoções de funcionários integrantes das seguintes carreiras:

Agente Fiscal	28
Atendente	4
Auxiliar de Escritório	15
Contabilista	2
Contabilista Auxiliar	4
Contínuo	9
Escriturário	13
Estatístico	2
Fiscal de Rendas	11
Motorista	6
Oficial Administrativo	20
Professor	169

3. MELHORIAS DE SALÁRIO E MENSALISTAS EXCEDENTES

Paralelamente às promoções de funcionários tiveram de ser canceladas diversas melhorias de salário de extra-numerários mensalistas, por terem sido concedidas sem a observância do interstício legal e com acesso de mais de uma referência de salário.

Em conseqüencia dessa e de outras irregularidades, apurou-se a existência de 229 mensalistas excedentes às dotações orçamentárias, cuja dispensa foi imediatamente efetuada e compreendia as seguintes séries funcionais:

Apontador	2 excedentes
Apropriador	2 excedentes
Apurador	4 excedentes
Armazenista	1 excedente
Arquivista	3 excedentes
Atendente	1 excedente
Auxiliar de Administração	4 excedentes
Auxiliar de Campo	1 excedente
Auxiliar de Escrita	1 excedente
Auxiliar de Redação	4 excedentes
Classificador	1 excedente
Contabilista Auxiliar	2 excedentes
Datilógrafo	10 excedentes
Desenhista	1 excedente
Educadora Sanitária	2 excedentes
Enfermeiro	8 excedentes
Estatístico	1 excedente
Fiscal do D.C.P.A.P.	17 excedentes
Guarda-Presídio	1 excedente
Laboratorista	2 excedentes
Monitor de Educação Física	7 excedentes
Motorista	4 excedentes
Praticante de Escritório	1 excedente
Regente de Classe	149 excedentes

Dêstes mensalistas dispensados já foram readmitidos

4. ESTATÍSTICA DO PESSOAL

(Informações relativas ao ano de 1951)

a) FUNCIONÁRIOS

A) SEGUNDO AS CONDIÇÕES DE EXERCICIO

	Homens	Mulheres	Total
Efetivos	1.397	993	2.390
Interinos	391	338	729
Comissionados	31	1	32
Totais	1.819	1.332	3.151

B) SEGUNDO A JURISDIÇÃO FUNCIONAL

	Homens	Mulheres	Total
Na Capital	986	600	1.586
No Interior	833	732	1.565
Totais	1.819	1.332	3.151

C) SEGUNDO OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO

	Homens	Mulheres	Total
Administração geral	532	90	622
Saúde Pública	143	87	230
Educação	213	1.122	1.335
Obras Públicas	215	15	230
Agricultura	39	1	40
Justiça	380	15	396
Policia Civil	297	1	298
Totais	1.819	1.332	3.151

D) SEGUNDO O VENCIMENTO MENSAL

	Homens	Mulheres	Total
Até 900 cruzeiros	556	803	1.359
De 901 a 1.000	162	219	381
De 1001 a 1.200	86	133	219
De 1201 a 1.400	277	134	411
De 1401 a 1.600	157	10	167

De 1601 a 1.800	142	6	148
De 1.801 a 2.000	111	8	119
De 2.001 a 2.200	41	3	44
De 2.201 a 2.400	56	15	71
De 2.401 a 2.600	5	—	5
De 2.601 a 2.800	3	—	3
De 2.801 a 3.000	66	1	67
De 3.001 a 3.500	5	—	5
De 3.501 a 4.000	34	—	34
De 4.001 a 4.500	53	—	53
De 4.501 a 5.000	40	—	40
De mais de 5.000	25	—	25
	1.819	1.332	3.151

b) EXTRANUMERÁRIOS

A) SEGUNDO AS CONDIÇÕES DE EXERCICIO

	Homens	Mulheres	Total
Contratados	125	91	216
Mensalistas	338	1.592	1.930
Diaristas	706	186	892
Totais	1.169	1.869	3.038

B) SEGUNDO A JURISDIÇÃO FUNCIONAL

	Homens	Mulheres	Total
Na Capital	817	612	1.429
No Interior	352	1.257	1.609
Totais	1.169	1.869	3.038

C) SEGUNDO OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO

	Homens	Mulheres	Total
Administração geral	623	134	757
Saúde Pública	138	193	331
Educação	113	1.526	1.639
Obras Públicas	47	3	50
Agricultura	248	13	261
Totais	1.169	1.869	3.038

D) SEGUNDO O SALÁRIO MENSAL

	Homens	Mulheres	Total
Até 600 cruzeiros	476	1.781	2.257
De 601 a 900	460	85	545
De 901 a 1.000	76	—	76
De 1001 a 1.200	63	2	65
De 1201 a 1.400	29	—	29
De 1401 a 1.600	19	—	19
De 1.601 a 1.800	4	—	4
De 1.801 a 2.000	33	1	34
De 2.001 a 2.200	2	—	2
De 2.201 a 2.400	1	—	1
De 2.401 a 2.600	2	—	2
De 2.601 a 2.800	—	—	—
De 2.801 a 3.000	4	—	4
	1.169	1.869	3.038

5. LICENÇAS

Durante o período de 31 de janeiro a 31 de dezembro de 1951 e o primeiro trimestre do ano corrente foram concedidas aos funcionários e extranumerários do Estado as seguintes licenças:

	Em 1951	1.º tri. 1952
Para tratamento de saúde ..	738	190
À funcionária gestante	316	76
Para tratamento em pessoa da família	4	1
Para tratar de interêsses particulares	12	4
Licença especial	32	33
	1.102	304

III — REFORMAS

Novas leis, exposições de motivos, pareceres, etc., foram elaborados com o fito de melhorar a situação dos servidores do Estado. São as seguintes as principais reformas objetivadas:

1. CRIAÇÃO DE CARGOS

Pela Lei n.º 412, de 17|1|50, modificada pelas Leis n.ºs 454 e 497, respectivamente, de 8|12|50 e 23|11|50, foi instituida a carreira de Dentista, mediante o aproveitamento dos profissionais então a serviço do Estado. Tornando efetiva a execução das leis citadas, foram nomeados para a referida carreira 21 dentistas, sendo 2 ocupantes de cargos isolados e 19 extranumerários mensalistas.

A fim de serem satisfeitas exigências da lei do ensino secundário, foram, pela Lei n.º 640, de 29|11|51, criados 6 cargos de Professor de Educação Física, do Colégio Estadual. O preenchimento dêsses cargos se deu com o aproveitamento de servidores já existentes e que vinham exercendo a função na qualidade de extranumerários.

Visando regularizar a situação dos diaristas beneficiados pelo art. 122, da Lei n.º 127, de 28 de dezembro de 1936, segundo a qual tais servidores que na data da mencionada lei contavam mais de cinco anos de serviço público efetivo, passaram a ser considerados funcionários do quadro, foi proposta e objetivada pela Lei n.º 574, de.... 11|10|51, a transformação em cargos públicos, incluídos na tabela de extintos quando vagarem, com denominação adequada, das funções exercidas por aquêles diaristas, em número de 148, tendo sido expedido aos mesmos os títulos respectivos.

2. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS E DE SÉRIES FUNCIONAIS E ELEVAÇÃO DE PADRÕES

Foram sancionadas diversas leis, reestruturando carreiras e elevando padrão de cargos, a saber:

— Lei n.º 544, de 14|9|51, que elevou para J o padrão do cargo de Guarda Chefe da Casa de Detenção;

— Lei n.º 556, de 21|9|51, que reestruturou as carreiras de Estatístico e Estatístico Auxiliar;

— Lei n.º 561, de 2|10|51, que elevou para G o padrão do cargo de Fotógrafo do Instituto Médico Legal;

— Lei n.º 608, de 13|11|51, que reestruturou a carreira de Inspetor Técnico do Ensino Primário, tendo sido preenchidos os novos cargos com o aproveitamento de professores do Quadro que já vinham exercendo a função;

— Lei n.º 620, de 24|11|51, que criou 2 cargos de Delegado Especial de Campina Grande, 6 cargos de Delegado Regional, 1 cargo de Diretor do Instituto de Policia Técnica, 1 cargo de Inspetor da Policia Maritima e Aérea, 1 cargo de Diretor da Guarda Civil, 56 cargos de Escrivão de Polícia, 10 cargos de Inspetor de Polícia; reestruturou as carreiras de Guarda Civil e Fiscal de Trânsito; criou a carreira de Investigador, e elevou para 3 os cargos de Ajudante de Inspetor da Polícia Maritima e Aérea, não tendo sido ainda preenchidos os novos cargos criados;

— Lei n.º 634, de 29|11|51, que elevou para I o padrão dos cargos de Tesoureiro dos Serviços Elétricos, Saneamento de João Pessoa e Saneamento de Campina Grande;

— Lei n.º 645, de 5|12|51, que restaurou 1 cargo de Diretor de Divisão do D.S.P.;

— Lei n.º 681, de 21|12|51, que elevou para F o cargo de Ajudante de Inspetor da Policia Maritima e Aérea;

— Lei n.º 703, de 28|12|51, que elevou para D o padrão dos cargos de Guarda Presidio.

— Pelo Decreto n.º 290, de 17|3|51, foram reestruturadas as séries funcionais de mensalistas e aprovadas a nomenclatura das funções dos extranumerários diaristas e a padronização dos respectivos salários.

— Com o Decreto n.º 293, de 19|4|51, deu-se nova estrutura à Tabela Numérica de Mensalistas, de modo a assegurar maior possibilidade de acesso dos mensalistas às referências de salários, de vez que a Tabela é organizada por séries funcionais e não por órgãos administrativos como a anterior.

3. CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES ESTADUAIS

Por Decreto n.º 328, de 9|8|51, foi instituido o Curso de Aperfeiçoamento dos Servidores Públicos Civis do Estado, a cargo da Divisão do Pessoal, Seleção e Aperfeiçoamento, do D.S.P. Cada curso, que é facultativo, terá a duração de quatro meses. Ao portador de certificado de conclusão do curso é assegurada a preferência para o exercicio de função gratificada e, pela Lei n.º 641, de 29|11|51, em igualdade de condições de merecimento, terá o mesmo prioridade para efeito de promoção, além do que terão os

que ocuparem cargo interinamente a possibilidade de serem efetivados no mesmo, desde que satisfaçam as condições de habilitação estabelecidas pelo D.S.P., para cada carreira, em função do número e natureza dos cursos realizados e os requisitos mínimos determinados pelo grau de aproveitamento.

O curso inaugural efetuou-se nos meses de setembro a dezembro, compreendendo as seguintes matérias: português, matemática, datilografia, estatística e prática de administração. O número de inscrições e aprovações verificadas foi o seguinte:

Português: alunos inscritos 68, aprovados 43;
Matemática: alunos inscritos 64, aprovados 36;
Datilografia: alunos inscritos 33, aprovados 14;
Estatística: alunos inscritos 31, aprovados 23;
Prática de Administração: alunos inscritos 44, aprovados 10.

Em janeiro dêste ano iniciou-se novo curso, que já se encerrou, tendo tido o seguinte número de servidores matriculados, nas seguintes matérias:

Português	44
Matemática	54
Prática de Administração	48
Estatística	29
Datilografia	24
Contabilidade Pública	24

Já foram tomadas as providências necessárias a fim de que, a partir do curso que se iniciou em maio, os servidores residentes no interior possam auferir êsse benefício, reservando-se determinado número de inscrições, que serão distribuídas sucessivamente pelos municípios localizados nas diversas regiões fisiográficas.

4. PAGAMENTO AO FUNCIONALISMO

O pagamento aos servidores estaduais residentes na Capital vinha sendo efetuado, desde longos anos, por intermédio do Banco do Estado da Paraíba, mas, por determinação do Govêrno, a partir de fevereiro último, passou a ser feito, em cada Secretaria ou Departamento de su-

bordinação direta ao Governador, pelas Pagadorias criadas pelo Decreto n.º 408, de 30 de janeiro do corrente ano.

O pagamento é feito agora no próprio local de trabalho do servidor, evitando-se, assim, o afastamento dêste, com a perda mensal de, no mínimo, o prejuizo para os cofres públicos de aproximadamente Cr$ 600.000,00 por ano.

5. REESTRUTURA DO QUADRO ÚNICO DO ESTADO

Com a nomeação e posse do respectivo Diretor, a Divisão de Organização e Coordenação, criada pela Lei n.º 645, de 3 de dezembro de 1951, veio dar sensivel incremento às atividades dêste Departamento.

Limitada ainda, em sua fase inicial, aos trabalhos pròpriamente de instalação, a Divisão em aprêço já deu início a estudos relacionados com modificações a serem introduzidas nos serviços públicos, visando subordiná-los a princípios definidos, ajustando-os à sua verdadeira finalidade.

Começam a ser recolhidos os elementos que servirão de base ao processo tendente a uma revisão geral no quadro do funcionalismo, cujo lastro, consolidado em 1940 e modificado, sucessivamente, em conseqüência de reestruturações parciais, não oferece atualmente fisionomia condizente com o seu real objetivo, que é o de colocar em bases racionais a solução de vários problemas compreendidos na esfera da administração do pessoal.

6. RELOTAÇÃO DAS REPARTIÇÕES

Tão logo seja ultimada a confecção dos questionários encomendados à Imprensa Oficial, serão intensificados os trabalhos relativos à lotação e relotação das repartições públicas, cuja objetivação, sôbre constituir tarefa de relevante importância no que respeita à coordenação do trabalho, reclama, paralelamente, um processo contínuo em condições de refletir, a qualquer momento, a exata situação do elemento pessoal no serviço público.

7. AUMENTO DE VENCIMENTOS

Pela Lei n.º 568, de 8|10|51, foi concedido aumento de vencimentos à Magistratura, funcionários do Quadro Único,

da Polícia Militar e inativos, com reestruturação de padrões dos cargos de diretores de repartição e técnicos e das carreiras de Agrônomo, Médico e Técnico de Laboratório.

O valor do aumento correspondeu a 26,6% no padrão inicial e 10% no padrão mais elevado, tendo sido criados os novos padrões T, U e V, com os valores, respectivamente, de sete, oito e nove mil cruzeiros, para atender a uma retribuição condigna à Magistratura e altos cargos da administração.

A despesa decorrente do aumento atingiu a Cr$ ..... 11.887.600,00 anuais.

8. DIFERENÇA DE VENCIMENTOS

O Govêrno sancionou a Lei n.º 649, que incorporou aos vencimentos dos funcionários a que se refere a Lei n.º 574, de 11 de outubro de 1951, antigos diaristas beneficiados pela Lei n.º 127, de 1936, a importância correspondente à diferença entre o aumento que lhes foi concedido pela Lei n.º 424, de 28|1|50 e o atribuído pela mesma lei aos funcionários públicos estaduais, bem como a diferença resultante do seu provimento nos cargos criados pela Lei 574 e o aumento concedido pela Lei n.º 568, de 9|10|51, aumento que foi integralmente concedido aos que não foram contemplados com acréscimo de vencimentos pela mencionada Lei n.º 574.

9. ABONO DE NATAL

A Lei n.º 670, de 19|12|51, concedeu aos extranumerários contratados, mensalistas e diaristas que percebem até Cr$ 1.500,00 de salário mensal, e não contemplados no aumento concedido pela Lei n.º 568, o Abono de Natal, variando de Cr$ 500,00 a Cr$ 350,00, na razão do maior salário.

10. OUTRAS REFORMAS ATINENTES AO PESSOAL

Aprovando o estudo do D.S.P., em face das conclusões da Comissão Revisora dos Atos da Administração Anterior, encaminhadas pelo Secretário do Interior e Segurança Pública, o Govêrno adotou, por Decreto n.º 574, de 11|10|51, novo critério para o cálculo do provento da aposentadoria de funcionário que percebe pelo sistema de remuneração.

Pela Lei n.º 674, de 20|12|51, foi alterada a denominação dos cargos de Ajudante de Tesoureiro e Ajudante de Almoxarife, para Tesoureiro Auxiliar e Almoxarife Auxiliar, com a transformação dos mesmos em cargos de provimento efetivo.

A Lei n.º 629, de 29|11|51, assegurou aos ocupantes das classes finais das carreiras de Contabilista-Auxiliar e Estatístico-Auxiliar o acesso, mediante promoção por merecimento, à classe inicial, respectivamente, das carreiras de Contabilista e Estatística.

Aprovando a Exposição de Motivos n.º 49, do D.S.P., o Govêrno adotou nas promoções de funcionários o uso de decreto coletivo, expedido para cada carreira.

O Governador igualmente aprovou a Exposição de Motivos n.º 61, em que o D.S.P. propõe se torne aplicável ao pessoal extranumerário o disposto no art. 177 do Decreto-lei n.º 202, de 28|10|41, referente à concessão do auxílio-funeral.

11. ATIVIDADES DIVERSAS

Exposição e projeto relativos à restauração da Divisão de Organização e Coordenação;

Parecer sôbre o estudo referente à reorganização do Departamento Estadual de Estatística e elaboração do anteprojeto que foi convertido na Lei n.º 556, de 21|9|51;

Estudo e projeto de reorgnaização dos Serviços Elétricos e sua transformação em órgão de natureza autárquica, do que resultou a Lei n.º 625, de 28|11|51;

Estudo e parecer referentes à organização do Serviço Estadual de Transportes Aéreos (SETA), de que resultou a Lei n.º 598, de 21|10|51;

Estudo e parecer acêrca da proposta originária da Secretaria de Educação e Saúde, relativa à criação da Divisão de Documentação e Cultura;

Parecer à Resolução n.º 48, de 5|11|51, do Conselho Rodoviário do Estado, que amplia o Regulamento do Departamento de Estradas de Rodagem.

Além disto, aprovou o Govêrno várias providências sugeridas pelo D.S.P., referentes:

a) à centralização e elaboração pelo D.S.P. de todos os atos referentes aos servidores estaduais pertencentes ao

Quadro Único, a fim de ser mantida uniforme observância das normas regulamentares;

b) à rigorosa observância dos Decretos-leis n.º 202, de 28|10|41 e n.º 230, de 19|11|42, pertinentes aos horários de trabalho e assinatura do ponto diário, bem como sôbre a uniformização do expediente horário nas repartições e serviços estaduais;

c) ao cumprimento do disposto na Lei n.º 424, de... 28|1|50, com referência ao pagamento do pessoal extranumerário diarista que não estava sendo observada por algumas repartições, notadamente os serviços industriais;

d) à alteração do expediente das repartições e serviços estaduais durante a vigência da hora legal de verão.

IV — MATERIAL

No período de 31 de janeiro a 31 de dezembro de 1951, a Divisão do Material, dêste Departamento, recebeu de 43 repartições e serviços públicos estaduais 1.371 requisições de material, para o que realizou 11 concorrências públicas, 236 concorrências administrativas e 23 coletas de preços e expediu 2.487 pedidos de fornecimento, dos quais 67 foram cancelados.

As compras de material efetuadas por intermédio do D.S.P. atingiram à importância de Cr$ 5.957.375,60, assim distribuídos:

	Cr$
Govêrno do Estado	75.954,00
Departamento do Serviço Público	67.476,50
Departamento de Classificação de Produtos Agro-Pecuários	155.933,00
Secretaria do Interior e Segurança Pública	2.353.131,00
Secretaria de Educação e Saúde	642.255,30
Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas	2.400.880,50
Secretaria das Finanças	261.745,30

Durante os meses de janeiro a março últimos a mesma Divisão recebeu 241 requisições de material havendo realizado 5 concorrências públicas, 48 concorrências administrativas e 66 coletas de preços e expediu 427 pedidos de fornecimento dos quais 5 foram cancelados.

As compras efetuadas foram:

	Cr$
Govêrno do Estado	21.129,00

D.S.P.	11.926,00
Departamento de Estatística	14.148,00
Departamento de Serviço Social	4.819,20
Poder Judiciário	937,50
Secretaria do Interior	755.166,00
Secretaria de Educação	51.621,20
Secretaria da Agricultura	1.943.495,80
Secretaria das Finanças	34.242,00
Total	2.837.484,70

Foi observada, finalmente, a percentagem constitucional atribuida às despesas com o funcionalismo, não permitindo o Govêrno a violação dêsse preceito, responsável, muitas vezes, pelo desequilíbrio de toda a administração financeira.

MONTEPIO DO ESTADO DA PARAÍBA

O Montepio do Estado da Paraíba, instituição de natureza autárquica destinada à prestação de assistência ao funcionalismo público estadual, em caráter mutuário, desenvolveu as suas atividades em diversos setores, conforme explanação a seguir:

— Empréstimos a Longo Praso — A Carteira de Empréstimos a Longo Praso, que se encontrava com um volume de operações no valor de Cr$..... 600.000,00, depois de despachados favoràvelmente todos os requerimentos pendentes, realizou novas operações no total de Cr$ 1.155.412,60.

— Carteira Imobiliária — Com a despesa de Cr$ ..... 558.373,40, foi construído o 10.º Grupo Residencial constante de 12 casas, trabalho iniciado em dezembro de 1951 e concluído no corrente exercício: encontram-se em construção seis prédios destinados a igual número de segurados; foram dispendidos Cr$ 1.493.519,30 em construções e aquisições de casas, Cr$ 200.810,00 com ampliações de prédios e Cr$ 133.000,00 com hipotecas, desde o último exercício.

— Pensões — No ano de 1951 e primeiro trimestre de 1952, o pagamento de pensões atingiu a Cr$..... 298.988,60 e o auxílio-funeral a Cr$ 8.000,00.

— Ambulatório — Inaugurado nos fins de 1951, vem funcionando regularmente o Ambulatório do M.E.P., instalado em prédio próprio, especialmente construído para êsse fim; abrange as finalidades mais necessárias, como: clínica médica, pequena cirurgia, clínica e cirurgia odontológica, etc.

Os trabalhos dessa autarquia, conduzidos de acôrdo com a legislação vigente, foram solucionados a contento; vale

salientar que a legislação foi usada com a possível liberalidade, em benefício dos segurados pobres, na concessão de empréstimos, política que não acarretou prejuízos materiais á Instituição.

O atual Govêrno manteve em dia o pagamento dos descontos do funcionalismo, tendo recolhido ao M.E.P., de uma só vez, a importância de Cr$ 3.064.726,90, no 1.º trimestre do corrente exercício, fato que contrasta com a administração passada, quando o M.E.P. chegou a ser credor de mais de Cr$ 2.000.000,00, por falta de recolhimento das quotas descontadas, situação encontrada pelo Govêrno atual.

CASAS POPULARES

Além das construções do M.E.P., o atual Govêrno, com o objetivo de concorrer para o aumento da habitação popular, doou terrenos no valor de Cr$ 360.000,00 ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas; entrou em entendimento com a Fundação da Casa Popular para a construção em breves dias de dois novos conjuntos residenciais nesta Capital, doando o Govêrno o necessário terreno; está também em entendimento com os Institutos dos Bancários e dos Comerciários, visando a construção de casas e de um edifício residencial para seus associados.

Em outubro do ano passado encaminhei à Assembléia Legislativa um projeto de lei solicitando autorização para abertura do crédito especial de Cr$ 1.000.000,00, a fim de ocorrer a despesas com a construção de casas populares que serão vendidas a longo praso aos servidores do Estado, de condição mais humilde. Esse plano será executado em cooperação com a Caixa Econômica, com a qual o Govêrno já entrou em entendimento, devendo beneficiar, ao mesmo tempo, a Capital do Estado e as cidades de Campina Grande e outras.

SERVIÇO SOCIAL

I — ORGANIZAÇÃO

Antes de sua atual organização, o D. S. S. limitou-se a fornecer pequenos auxílios a cêrca de 500 famílias fichadas, que eram contempladas semanalmente com importâncias que variavam de Cr$ 10,00 a Cr$ 120,00.

Além dos desajustados comuns, o D. S. S. recebia e encaminhava à «Casa do Pobre» os doentes desamparados procedentes do Interior e desta Capital, abrigando-os, em promiscuidade — velhos, rapazes e crianças portadores de males os mais diversos.

Pela Lei n. 595, de 27|10|1951, o Govêrno criou o Departamento de Serviço Social, extensivo a todos os municípios, ao invés do âmbito restrito a esta Capital, e desdobrado em várias Secções: de Assistência Social; de Assistência Médica e Higiene; de Assistência Econômica; de Assistência Judiciária; de Educação e Readaptação; e Secção de Administração.

II — ATIVIDADES DO SERVIÇO

1. Assistência Social

Famílias assistidas, por semana, em 1951		500
Despesa com essa assistência, em 1951 ..	Cr$	337.138,00
Idem, idem, no 1.º trimestre de 1952	Cr$	160.635,00
	Cr$	497.773,00
Casas cobertas em 1951		394
Idem, idem, no 1.º trimestre de 1952		251
		645
Despesas realizadas com essa assistência ..	Cr$	74.461,20

Pessoas avulsas não fichadas, atendidas em 1951		5.537
Idem, idem, no 1.º trimestre de 1952		2.508
		8.045
Despesas com essa assistência, em 1951	Cr$	226.845,60
Idem, idem, no 1.º trimestre de 1952	Cr$	90.400,00
	Cr$	317.245,60
Pessoas assistidas com passagens, em 1951		891
Idem, idem, no 1.º trimestre de 1952		648
		1.539
Despesas realizadas com essa assistência, em 1951	Cr$	32.489,00
Idem, idem, no 1.º trimestre de 1952	Cr$	20.742,00
	Cr$	53.231,00
Instrumentos de trabalho fornecidos em 1951		582
Idem, idem, no 1.º trimestre de 1952		161
		743
Pessoas assistidas com livros escolares, em 1951		12
Idem, idem, no 1.º trimestre de 1952		8
		20
Despesa realizada com essa assistência, em 1951	Cr$	1.371,50
Idem, idem, no 1.º trimestre de 1952	Cr$	1.062,00
	Cr$	2.433,50
Roupas de criança distribuídas em 1951		500
Cobertores de lã		500
		1.000

Com a organização do Natal dos Pobres foi dispendida a importância de Cr$ 76.233,00. Três bolsas de estudo

para cursos de serviço social foram fornecidas a funcionários do D. S. S. para especialização.

2. Assistência Médica

Pessoas assistidas com medicamentos, em 1951		5.232
Idem, idem, no 1.º trimestre de 1952		1.347
		6.579
Despesas com essa assistência, em 1951	Cr$	31.391,60
Idem, idem, no 1.º trimestre de 1952	Cr$	12.093,00
	Cr$	43.484,60
Gabinete médico em 1951 (consultas		3.807
(injeções		50.149
(curativos		1.833
(receitas		5.232
(pessoas encaminhadas a hospitais		1.083
Gabinete dentário em 1951 (consultas		839
(extrações		839
Gabinete médico em 1952 (consultas		1.611
(injeções		14.707
(curativos		345
(receitas		1.347
(pessoas encaminhadas a hospitais		614
Gabinete dentário em 1952 (extrações		188
Pessoas assistidas na «Casa do Pobre», em 1951		4.807
Idem, idem, no 1.º trimestre de 1952		20.880
		25.687
Refeições fornecidas em 1951		5.043
Idem, idem, no 1.º trimestre de 1952		52.200
		57.243

Despesas realizadas com essa assistência, em 1951	Cr$	240.000,00
Idem, idem, no 1.º trimestre de 1952 ..	Cr$	80.000,00
	Cr$	320.000,00
Árvores frutíferas plantadas em 1951		2.900
Idem, Idem, no 1.º trimestre de 1952		1.500
		4.400
Instituições auxiliadas pelo serviço, em 1951 ..		8
Idem, Idem, no 1.º trimestre de 1952		12
		20
Despesas com essa assistência em 1951 ..	Cr$	106.000,00
Idem, Idem, no 1.º trimestre de 1952	Cr$	529.200,00
	Cr$	635.200,00
Total das pessoas atendidas em 1951		14.602
Idem, Idem, no 1.º trimestre de 1952		2.508
		17.110

3. Assistência por Crédito Extraordinário

Pescadores assistidos com os recursos do Crédito Extraordinário aberto pelos Decretos ns. 310, de 18|6|1951, 313, de 5|7|1951 e 339, de 6|9|1951 199

Equipamentos fornecidos aos mesmos em 1951:

12 jangadas novas
5 botes reformados
1 jangada reformada
100 quilos de correntes para amarras
3 rêdes de pesca
200 metros de tecidos para velas
120 quilos de cabos
65 novelos de fio

Despesa com essa assistência	Cr$	30.000,00
Pescadores assistidos em 1952		7
Embarcações fornecidas aos mesmos		7
Despesa com essa assistência	Cr$	7.000,00
Casas danificadas pelas chuvas e que receberam consêrto em 1951		320
Casas que receberam madeiramento		67
Despesas com essa assistência, em 1951 ..	Cr$	329.816,50

Realizada por intermédio de duas comissões constituídas pelo Govêrno, nesta Capital e na cidade de Campina Grande, os benefícios dessa assistência se estenderam pelos municípios da Capital, Santa Rita, Umbuzeiro e Campina Grande.

4. Educação e Readaptação

Escola de Educação e Readaptação

Matrícula em 1951		592
Freqüencia média		522
Refeições fornecidas em 1951		469.800
Despesa com essa assistência	Cr$	120.000,00

O corpo docente da Escola é composto de 13 professores. Mantém a E. E. R. uma «créche» que recolhe filhos de mães operárias. Funciona anexa à Escola uma oficina experimental de carpintaria, trabalhos de flandres, móveis de vime, etc. Essa organização constitui o núcleo de uma futura escola profissional.

Pessoas reajustadas em 1951	1.604
Idem, idem, no 1.º trimestre de 1952	166
	1.770

5. Asilos e Recolhimentos

a) «CASA DO POBRE»

A «Casa do Pobre», pela sua situação de desconfôrto

e falta de orientação e técnica de serviço social, teve de ser substituida por um estabelecimento condigno. Assim, o Govêrno entrou em entendimento com o Asilo de Mendicidade «Carneiro da Cunha» e construiu, numa das dependências dêsse edifício, o Albergue do Serviço Social, já em funcionamento. Caracteristicas dêsse melhoramento:

Área coberta 668,50 m2

Capacidade de Albergamento (número de leitos) 110

Despesas com essa realização .. .. Cr$ 312.188,90

O Albergue está sob a imediata direção das Irmãs da Ordem de Santa Catarina de Senna.

b) Abrigo «Jesus de Nazaré»

O Abrigo «Jesus de Nazaré» foi dotado de pintura nova e reformas no berçário, em 1951.

O internato acusou o seguinte movimento:

Em 1951 .... 151 menores
No 1.º trimestre de 1952 .... 170 menores

9. O Govêrno anterior limitara a admissão a 130 menorse, como medida de economia.

Estão atualmente em construção duas enfermarias, uma para doentes comuns e outra para isolamento, um gabinete médico, uma sala de curativos, dormitórios para enfermeiras e sanitários. Projeta ainda o Govêrno construir uma «crèche» orçada em Cr$ 400.000,00. A área total da construção será de 153 metros quadrados.

c) Escola «Presidente João Pessoa»

A Escola «Presidente João Pessoa», de Pindobal, foi encontrada com as suas oficinas paradas e os menores envolvidos na mais perniciosa promiscuidade, sem nenhum espirito de reforma.

O internato acusou o seguinte movimento:

Em 1951 .... 115 menores
No 1.º trimestre de 1952 .. .. 132 menores

Verificou-se a necessidade de execução das seguintes reformas e melhoramentos:

Caiação e pintura dos edifícios.
Cobertura de um pavilhão.
Consêrto das instalações de água e esgôto.
Consêrto de uma caldeira.
Ajustamento de tôdas as máquinas de marcenaria e carpintaria.
Consêrto de uma bomba hidráulica.
Substituição do gado estabulado por gado holandês para produção de leite
Contrato de um técnico agrícola
Aquisição de um trator
Contrato de um médico e de um dentista
Nomeação de três professores
Instalação de uma horta
Aquisição de uma bancada com seis tornos paralelos
Idem, de três safras
Idem, de uma ventoínha para três algaravis
Idem, de uma máquina de furar, com capacidade para uma polegada
Idem, de um esmeril
Idem, de um torno mecânico com 1,50 m de passo
Idem, de três martelos de bilro de uma libra e três de meia libra
Idem, de um limador de 0,30 m de passo
Idem, de uma tarracha de 1/8 a 3/8 e de outra de 3/16 a 3/4
Idem, de uma tarracha para tubos de 1/4 a 3/4 e de outra de 3/4 a 2 polegadas
Idem, de um dínamo de 8 H. P.

Procedeu-se a rigoroso inquérito para seleção dos menores transviados, separando os que devem permanecer e os que terão de sair da Escola, trabalho que se fez em cooperação com o Dr. Juiz de Menores. Passará, assim, a Escola «Presidente João Pessoa» a preencher a sua finalidade específica de reeducação dos menores delinquentes e abrigo dos abandonados, com o necessário preparo profissional.

Além da cooperação de caráter material foram aumentadas as subvenções do Asilo de Mendicidade «Carneiro da Cunha», Asilo do «Bom Pastor», do Instituto dos Cégos da Paraíba e do Preventório «Eunice Weaver».

6. Salões de Costura

O Serviço Social de Grupo iniciou-se com a instalação de dois salões de costura, inaugurados a 1.º de maio dêste ano, com as seguintes características:

14 máquinas da marca «Singer»
Secções de corte, costura e «tricot»
Localização nos bairros operários
Cursos avulsos de puericultura, educação infantil e primeiros socorros
Cinema educativo
Palestras, debates, conferências, comemorações cívicas, etc.
Despesas com essa assistência .. Cr$ 30.000,00

7. Núcleos de Serviço Social no Interior

Foram organizados e já se encontram em funcionamento os Núcleos de Serviço Social de Bananeiras, Areia e Guarabira. Estão sendo realizados inquéritos sociais em Campina Grande, pelos funcionários técnicos do D. S. S. com o mesmo fim. A responsabilidade com os indigentes daquele município, desde o mês de fevereiro, vem cabendo ao Estado, que emprega semanalmente a importância de Cr$ 9.500,00. Até o mês de maio dêste ano foi dispendida em Campina Grande a importância de Cr$ 104.500,00 com essa assistência.

Estão recebendo instrução especializada duas candidatas procedentes do município de Patos, para onde logo retornarão, a fim de se dar início ao Núcleo do Serviço Social que alí será instalado.

Deverão também ser inaugurados em breves dias os Núcleos de Itabaiana, Mamanguape e Cabedelo.

8. Audiências Públicas

Além da organização adequada para atender à população inválida ou desamparada, desempenha o Govêrno outros encargos de proteção à pobreza.

As audiências públicas, uma vez por semana, chegam a ser freqüentadas, como já tem acontecido, por mais de tresentas pessoas, cada qual com seu caso a resolver. Presentes os Secretários de Estado e o Diretor do Departamento de Serviço Social, são todos os pedidos e reclamações en-

caminhados no mesmo momento, para soluções imediatas, quando possível, sinão para receberem os necessários estudos. As situações mais comoventes e que se apresentam com impressionante frequencia decorrem da viuvez ou do abandono das mulheres pelos maridos, ficando mães de família com numerosa prole, sem o mínimo arrimo, curtindo as mais penosas necessidades. Pensa o Govêrno em organizar uma instituição de amparo às mães pobres que se encontram nesse estado.

A mais vasta forma de assistência, porém, foi a prestada durante a sêca do ano passado, sob tôdas as formas já descritas em outra parte desta Mensagem.

CAPITULO FINAL

REEDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E MORALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Foi assegurado o exercício de tôdas as liberdades, notadamente as que interessam à vida partidária, como as de reunião e imprensa.

Não é facil erradicar de relance uma mentalidade política primária que ainda reponta aqui e ali, como remanescente do velho mandonismo. Mas o Govêrno não deixou ainda de atender a um só pedido de garantias, parta de onde partir, recomendando aos órgãos responsáveis pela ordem pública as providências urgentes.

Empenhou-se, igualmente, o Govêrno em libertar os serviços públicos do exclusivismo partidário. Autorizou depósitos nas cooperativas de crêdito agrícola, beneficiando da mesma forma as que se encontram em mãos dos adversários. Determinou que o professorado do ensino supletivo seja selecionado mediante concurso, dando assim oportunidade para todos, sem a preocupação do matiz político. E essa norma extensiva a todos os outros setores da administração.

A maior prova, porém, a que fica sujeito um dirigente, quanto à sinceridade dos seus principios democraticos, é cadinho das Campanhas Eleitorais. Para demonstração da conduta do atual Govêrno nos três pleitos que se feriram o ano passado e êste ano, exaramos os testemunhos espontâneos do órgão capaz dêsse julgamento insuspeito: o Tribunal Regional Eleitoral. Assim se manifestaram seus Presidentes:

«TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DA PARAIBA — João Pessoa P. B. — Em 15 de agôsto de 1951 — Senhor Governador: Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, segundo despachos telegráficos dos senhores Juízes Eleitorais, realizaram-se, domingo último, eleições em tôdas as zonas desta Circunscrição, para a escolha dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores às Câmaras dos diversos municípios do Estado. Cumpre-me declarar a Vossa Excelência que, afora os lamentáveis acontecimentos verificados na Vila de Remígio, do conhecimento dêsse Govêrno, o pleito decorreu em absoluta ordem, em todo o Estado, não incluindo ligeiros incidentes sem maiores consequencias. Para conseguir-se êsse resultado, quero ressaltar as eficazes medidas tomadas por Vossa Excelência, que não poupou esforços no sentido de cercar a Justiça Eleitoral de amplas garantias, a fim de que as eleições de 12 de agôsto se processassem num ambiente de liberdade. Em nome do Tribunal Regional Eleitoral, agradeço a Vossa Excelencia o ato que pôs à disposição desta Presidência as autoridades policiais nos municípios onde essa medida se impunha, confiança essa que julga ter sabido corresponder, em benefício da Justiça Eleitoral e do Estado. Sirvo-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de alto aprêço e distinguida consideração». (Ass.) SEVERINO MONTENEGRO — Presidente».

«TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DA PARAIBA — João Pessoa P. B. — Em 11 de março de 1952 — Excelentíssimo Senhor Governador — Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que, de acôrdo com as informações recebidas dos Juízes Eleitorais desta Circunscrição, o pleito de domingo último realizou-se em absoluta ordem, em todo o Estado. Cumpre-me agradecer a V. Excia. as prontas medidas tomadas por êsse Govêrno, no sentido de serem asseguradas amplas garantias aos eleitores e partidos políticos, e, ainda, a cooperação prestada à Justiça Eleitoral, por intermédio das Prefeituras Municipais. Ao ensejo, renovo a V. Excia. a expressão da minha estima e elevada consideração. — (Ass.) SEVERINO MONTENEGRO — Presidente».

«TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DA PARAIBA — João Pessoa, P. B. — Em 30 de abril de 1952 — Senhor Governador: — Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência haver se realizado, a 20 e 27 do corrente mês, sem qualquer incidente, a renovação de eleições nos municípios de Pombal e Monteiro, conforme comunicações dos juízes das citadas zonas. Em nome da Justiça Eleitoral, cumpre-me agradecer a Vossa Excelência as prontas e decisivas providências tomadas pelo Govêrno do Estado, no sentido de garantir a ordem e assegurar plena liberdade aos partidos políticos que disputaram o referido pleito. Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência os meus protestos de estima e elevada consideração. — (Ass.) JOSE' DE FARIAS — Vice-Presidente em exercício».

A democracia para se prestigiar precisa ser praticada e impôr-se, acima de tudo, por seus exemplos de moralidade.

Proibiu-se o jôgo do bicho que, com seus mil subterfúgios, se torna de dificil repressão. E, cada vez mais se ativa a vigilância contra êsse vicio renitente. Foram desfeitos os coitos de criminosos, sem nenhuma contemplação. Suprimiram-se as passagens de favor para amigos itinerantes. Coibiu-se o abuso do automóvel oficial, sendo tomadas as providências seguintes:

«1) — O carro oficial, de qualquer tipo, sòmente será utilizado nos dias e horas de expediente e no interêsse do serviço público, ressalvada a representação oficial do Govêrno;

2) — Não será permitido o transporte de pessoas ou cousas estranhas ao serviço público, inclusive da família do funcionário;

3) — O funcionário poderá ser acompanhado de sua família ou de pessoas estranhas quando tiver de fazer obrigatoriamente o percurso ou em objeto de representação oficial do Govêrno;

4) — Os carros oficiais sòmente poderão ser dirigidos pelos motoristas do Estado;

5) — Nenhum carro oficial poderá trafegar sem placa, salvo em diligência policial devidamente autorizado pela Chefatura de Polícia.

A inobservância das Instruções acima referidas determinará a imediata apreensão do veículo pelos Guardas de Trânsito e autuação do funcionário transgressor, para o que já recebeu a Delegacia de Trânsito e Vigilância as necessárias ordens».

Passaram as compras a ser feitas mediante concorrência pública, ou coleta de preços, salvo apenas os casos de dispensa dessa formalidade previstos pelo código de Contabilidade Pública.

Instituiu-se, afinal, um regime de publicidade, a começar pela divulgação diária dos balancetes da Fazenda, a fim de que se exerça a fiscalização do povo sôbre a aplicação dos dinheiros públicos, como uma verdadeira prestação de contas.

Renovando a segurança de meu reconhecimento pela cooperação que vem essa Assembléia proporcionando à ação administrativa, formulo o meu apêlo, de um Poder para outro Poder, a fim de que não me falte a compreensão conjunta, já tantas vêzes manifestada, dos mais elevados interêsses da Paraiba.

João Pessoa, 1.º de junho de 1952.

JOSE' AMERICO DE ALMEIDA -- Governador

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

			Imp. Nacional —

M. FAZENDA
D.A - N°
1 9 99
C
POR. 114,73

1596-55 353.98133
M548

1596-55 352.98133
M548

Paraiba. Governdores.
AUTOR

Mensagem. 1952.
TITULO

Este livro deve ser devolvido na última data carimbada

1596.55 352.98133
M 548